

Sínteses das Atas das vereações do Fundo Câmara Municipal de Grândola-séc. XVII¹

LIVRO AB1/3.1-1611.10.29 a 1615.03.21		
Fólio	Data	Deliberações/assuntos
1	1612.02.03(?)	Brás do Couto e saboaria da vila de Grândola.
2v	1611.10.29	Termo da Câmara. Presenças: vereadores Miguel Martins, Estácio Mateus e Jorge Luís; André Carvalho, procurador do Concelho e o escrivão da Câmara Domingos Leitão. Exéquias pela morte da rainha e traslado da carta enviada pelo secretário Cristóvão Soares ao ouvidor da Comarca.
4	1611.10.30	Termo da Câmara. Presenças: João Martins, juiz ordinário; vereadores Miguel Martins, Estácio Mateus e Jorge Luís; André Carvalho, procurador do Concelho e o escrivão da Câmara Domingos Leitão. Inexistência de assuntos.
4v	1611.10.29	Termo da metida de 64 cabeças de porcos, grandes e pequenos, machos e fêmeas, de Diogo Vaz, rendeiro da Comenda de Santiago do Cacém, para engordarem no soveral e montado de Brás Mateus, em Apaúl. Foi fiador e principal pagador Manuel Álvares desta vila. Referências ao foral desta vila. Testemunhas: Tomé Dias, porteiro do Concelho e Simão Carvalho, alcaide.
6v	1611.10.29	Metida de 50 cabeças de porcos de Domingos Martins, lavrador e morador no termo da cidade de Beja, na freguesia de Santa Catarina que vieram engordar no soveral e montado de António Rodrigues das Ferrarias, que foi fiador por ser abonado em bens e fazenda. Testemunhas: Tomé Dias, porteiro do Concelho e Simão Carvalho, alcaide.
7v	1611.10.31	Termo de como o escrivão leu ao juiz e vereadores o seu regimento, constante nas Ordenações.
7v	1611.11.01	Termo da Câmara. Presenças: o juiz, vereadores, procurador e escrivão supra referidos. Termo da arrematação da carniçaria desta vila e seu termo a António Rodrigues; Termo de um requerimento que o procurador do Concelho, André Carvalho, fez por muitas vezes ao juiz e vereadores para que mandassem acabar de arrecadar todos os róis de fintas e de coimas.

¹ Sínteses e transcrições efetuadas pelo Técnico Superior de História do Arquivo Municipal de Grândola, Dr. Idálio Nunes.

8v.	1611.11.05	Termo da Câmara. Presenças: o juiz, os vereadores e o escrivão. Inexistência de assuntos a tratar.
8v.	1611.11.09	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Miguel Martins e Jorge Luís, André Carvalho, procurador do Concelho e o escrivão. Inexistência de assuntos a tratar.
9	1611.11.16	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Miguel Martins e Estácio Mateus, André Carvalho, procurador do Concelho e o escrivão. Termo de leitura do regimento ao juiz e vereadores.
9v	1611.11.19	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Miguel Martins e Estácio Mateus, o procurador André Carvalho e o escrivão. Inexistência de assuntos a tratar.
10	1611.12.03	Termo da Câmara. Presenças: o juiz ordinário João Martins Parreira, os vereadores Miguel Martins e Estácio Mateus, o procurador André Carvalho e o escrivão. Termo de como o escrivão leu ao juiz, vereadores e procurador o seu regimento.
10v	1611.12.10	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Estácio Mateus e Miguel Martins, o procurador André Carvalho e o escrivão. Inexistência de assuntos a tratar.
11	1611.12.18	Termo da Câmara. Presenças: o juiz João Martins Parreira, os vereadores Miguel Martins e Jorge Luís, o procurador André Carvalho e o escrivão. Inexistência de assuntos a tratar.
11v	1611.12.19	Termo de correição que o juiz, vereadores e procurador do Concelho fizeram na vista dos coutos e marcos do termo desta vila de Grândola, conforme o seu regimento. Presenças: o juiz João Martins Parreira; Miguel Martins, vereador mais velho; Estácio Mateus e Jorge Luís, vereadores; o procurador e o escrivão. Levaram cinco dias a realizar esta visita e verificaram que tudo estava em conformidade com a carta de demarcação, encontrando-se todos os marcos levantados e nos seus devidos lugares.
12v	1611.12.24	Termo da Câmara. Presenças: o juiz João Martins Parreira, o vereador Jorge Luís, o procurador André Carvalho e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho para que os almotacés fizessem correição pelas estalagens e tabernas da vila a tal obrigadas.
13	1611.12.25	Junta de vereadores em Câmara, dia de Natal depois da missa, para procederem à abertura do pelouro. Presenças: João de Vilhana e João Martins Parreira, juízes ordinários; Miguel Martins, Estácio Mateus e Jorge Luís, vereadores, André Carvalho, procurador do Concelho e o escrivão. Descrição muito completa de todo o procedimento. Saíram eleitos para juízes ordinários Bartolomeu Vaz Frayão e André Vilhana, do Tanganho; para vereadores Martim Parreira de Andrade, Noutel Fernandes <i>o moço</i> e Heitor Nunes Raposo, todos da vila, e para procurador Estêvão Dias, da vila.
15	1611.12.28	Termo da Câmara. Presenças: os juízes ordinários João de Vilhana e João Martins Parreira, os

		<p>vereadores Miguel Martins e Jorge Luís, o procurador André Carvalho e o escrivão. Termo da arrematação da renda da sisa e correntes, por tempo de três anos, a Romão Chainho, morador nesta vila e rendeiro da renda em questão nos três anos anteriores, por 30 000 réis anuais, apresentando por fiador Manuel Álvares do Pombal. Referência a Manuel Dias da Índia que lançou 31 000 réis anuais mas que não conseguiu apresentar fiador.</p>
16	1611.12.31	<p>Termo da Câmara. Presenças: os juízes João de Vilhana e João Martins Parreira, os vereadores Miguel Martins, Estácio Mateus e Jorge Luís, o procurador do Concelho André Carvalho e o escrivão. Termo de juramento dado aos vereadores que saíram no pelouro que se abriu dia de Natal de 1611; Termo de juramento dado aos dois almotacés que serviriam por três meses: Estêvão Pires Ichoa, desta vila, e João Martins, do Cidrão; Termo de juramento dado ao vereador Heitor Nunes Raposo para servir de juiz em lugar do vereador Martim Parreira, vereador mais velho, por este não se encontrar na terra por ter ido à cidade de Lisboa, enquanto não viesse a confirmação do corregedor; Lembranças que os oficiais da Câmara que haviam servido no ano anterior fizeram aos oficiais que entraram das coisas que em seu ano não puderam acabar: - Ficou por cobrar de João Fernandes Valadão a provisão que ele tinha obrigação de alcançar de Sua Majestade, à sua custa, para se pagar as casas para a casa da Câmara; - Ficou por cobrar o dinheiro das alvíssaras que este povo dava de sua livre vontade ao licenciado Francisco Lopes, de Alcácer, pela sentença que ele obteve em favor deste povo, que estava em mãos de Bartolomeu Vaz [Frayão], desta vila; - Ficou por cobrar a quitação do padre guardião de Santo António de Alcácer, de como estavam pagos os 16 000 réis da esmola dos sermões da quaresma e acabar de arrecadar o que estava por cobrar da dita finta; - Estavam por acabar de arrecadar as fintas dos lobos, enfeitados e do curral do Concelho; - Estava por derrubar o portal novo de pedra e barro que fez Tomé da Costa, <i>o velho</i>, no valado da sua vinha a São Domingos, por o ter posto na serventia do Concelho e sendo-lhe mandado que o derrubasse o não ter feito; - Ficaram por pagar 500 réis ao escrivão da Câmara.</p>
21v	1612.01.04	<p>Termo da primeira junta dos vereadores em Câmara. Presenças: o vereador mais velho servindo de juiz, Heitor Nunes Raposo, em lugar de Martim Parreira de Andrade que fora à cidade de Lisboa, o vereador Noutel Fernandes Chainho, o procurador Estêvão Dias e o escrivão. Termo de eleição de um vereador que os vereadores fizeram em lugar de Martim Parreira de Andrade tendo saído eleito João Dias Paião, morador nesta vila, pessoa das principais do governo desta vila; O juiz e os vereadores mandaram ler a carta de confirmação do juiz de fora da vila de</p>

		Setúbal, Nuno Vaz Fialho, que servia de ouvidor desta Comarca, na ausência do licenciado Francisco Lopes de Barros, ouvidor desta Comarca; Bartolomeu Vaz Frayão saíra no pelouro para juiz ordinário, conjuntamente com André Vilhana, mas não aceitou o cargo invocando o facto de estar ocupando o lugar de provedor da Santa Casa da Misericórdia; Termo sobre o selo do Concelho; Termo da entrega das chaves do cofre onde estavam fechados os pelouros dos oficiais da justiça desta vila; Termo de entrega dos padrões, balanças, medidas e pesos do Concelho que estavam fechados no armário da Câmara. Termo de acordo e juramento que o juiz, vereadores e procurador do Concelho fizeram com Tomé Dias, morador nesta vila, para servir de porteiro do Concelho.
28	1612.01.06	Termo da Câmara. Presenças: vereadores João Dias Paião, Heitor Nunes Raposo e Noutel Fernandes Chainho, Estêvão Dias, procurador do Concelho e o escrivão. Termo de arrematação da renda da almotaçaria a Pêro Vaz Corte Real, morador nesta vila, por 35 000 réis em dinheiro pagos em três quartéis com as ordinárias costumadas. Rui Dias Santos, morador nesta vila, foi seu fiador.
29	1612.01.11	Termo da Câmara. Presenças: André Vilhana, juiz ordinário; os vereadores João Dias Paião, Heitor Nunes Raposo e Noutel Fernandes Chainho, o procurador Estêvão Dias e o escrivão. Romão Chainho, rendeiro das sisas e correntes do ano anterior, apresentou uma quitação do almoxarife da <i>tabolla</i> da vila de Setúbal, que mostrava estar liquidado o dinheiro e cera que esta vila pagava cada ano a Sua Majestade.
29v	1612.01.14	Termo da Câmara. Presenças: o juiz André Vilhana; os vereadores Paião, Raposo e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de como elegeram a Romão Chainho, morador nesta vila, para recebedor das sisas do cabeção; Termo de juramento dado aos juizes ordinários saídos no pelouro que se abriu dia de Natal; Foi aberta uma carta do corregedor da Comarca na qual rogava a Bartolomeu Vaz Frayão que aceitasse o cargo de juiz ordinário, o que foi aceite por este mencionando que isso não prejudicasse o privilégio que tinha por ser provedor da Santa Casa da Misericórdia.
32	1612.01.18	Termo da Câmara. Presenças: Juiz Bartolomeu Vaz Frayão; vereadores Martim Parreira de Andrade, Heitor Nunes Raposo e Noutel Fernandes Chainho, o procurador Estêvão Dias e o escrivão. Termo da entrega das chaves da caixa das esmolas das comutações e jubileus: mandaram chamar o padre prior da Matriz, Barnabé Afonso Barradas, o vereador mais velho Martim Parreira de Andrade e o procurador do Concelho e entregaram-lhes as chaves da dita

		caixa.
33	1612.01.25	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Vilhana, os vereadores Andrade e Raposo, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos para tratar.
33	1612.01.26	Termo da Câmara. Presenças: O juiz Frayão; os vereadores Raposo, Chainho e Andrade, o procurador e o escrivão. Termo sobre o sabão que se havia de vender nesta vila: apareceu presente Pêro do Couto, sobrinho e procurador de Brás do Couto, meirinho da Corte de Sua Majestade e morador na cidade de Lisboa, que apresentou uma provisão régia na qual fazia mercê ao dito Brás do Couto da saboaria desta vila de Grândola, bem como um mandado do ouvidor da Comarca em que mandava que se guardasse a referida provisão. A Câmara impôs algumas condições sobre a venda do sabão; Traslado da provisão pela qual constou dar Sua Majestade ao meirinho da Corte, Brás do Couto, a saboaria desta vila; Traslado do mandado do ouvidor desta Comarca.
37v	1612.02.04	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Bartolomeu Vaz Frayão; vereadores Martim Parreira de Andrade, Heitor Nunes Raposo e Noutel Fernandes Chainho, o procurador do Concelho Estêvão Dias Soares e o escrivão. Apareceu Pêro Fernandes, caminheiro do Juízo do corregedor da Comarca, o licenciado Francisco Lopes de Barros, com uma carta de diligência do dito corregedor e duas provisões régias; Traslado da carta do corregedor desta Comarca, ouvidor do Mestrado de Santiago, sobre uma lei nova; Traslado de uma provisão régia proibindo a circulação dos reais singelos, cerceados e de menor peso; Traslado de uma lei sobre a muita opressão que sofriam os povos com os encargos dos Concelhos e fintas que se lançavam para as obras públicas por “a gente poderosa ser liberta disso”.
41	1612.01.28	Requerimento do procurador ao juiz Bartolomeu Vaz Frayão protestando contra o facto de pretender cumprir com o seu dever mas que não se encontrava nenhum vereador na Câmara nem na terra sendo dia de obrigação de se juntarem todos na Câmara para despacho de muitas coisas necessárias ao povo.
43v	1612.02.05	Termo de pregão das duas provisões anteriores feito pelo porteiro Tomé Dias, em alta voz na Praça, ao meio dia, ao sair a gente da missa. Estas provisões versavam sobre se não tomarem os reais de prata, sobre os privilegiados e sobre os peditórios.
43v	1612.02.08	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Bartolomeu Vaz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade, Raposo e Chainho; o procurador do Concelho, Estêvão Dias e o escrivão. Sem assuntos mencionados.

44	1612.02.11	<p>Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo sobre se dar execução à lei sobre os privilegiados. Privilegiados existentes: Miguel Martins tinha o peditório dos cativos, João Fernandes Valadão tinha o peditório dos meninos órfãos, Gaspar Gonçalves Neves tinha o peditório da Santíssima Trindade. É referido que estes gozavam dos privilégios e liberdades dos ditos peditórios, sendo pessoas poderosas, ricas e “afazendadas” e que cada um teria de seu mais de 1500 cruzados, o que era contra a lei. Por estes motivos foram os três despedidos e elegeram a Jorge Luís, morador nesta vila, para pedir para os cativos; Manuel da Costa, o moço, para os meninos órfãos e Manuel Rodrigues Carvalho para a Santíssima Trindade, aos quais foi dado o juramento dos Santos Evangelhos; Termo de como o escrivão Domingos Leitão leu aos vereadores o seu regimento, constante das Ordenações; Foi mandado chamar o rendeiro da Comenda Cosme Ribeiro para com ele tratarem do preço do trigo e centeio do terço que pertencia ao povo. Acordaram que o trigo se daria a 150 réis o alqueire e o centeio a 90 réis; Termo de notificação aos antigos privilegiados para que trouxessem à Câmara os privilégios que tinham; Termo de como foi eleito para juiz do ofício dos moleiros Bastião Dias, moleiro do moinho de Brás Nunes, por ter falecido Manuel Lourenço que servira o dito cargo e por ele ser autossuficiente para desempenhar o dito cargo; Termo de um requerimento que fez em Câmara Romão Chainho, morador nesta vila, rendeiro das sisas e correntes sobre a lei dos reais de prata cerceados dado que ele havia recebido muito dinheiro das sisas e dos bens de raiz nesta moeda que pretendia que lhe fosse levado em conta, pois o recebera antes da lei ser divulgada.</p>
49	1612.02.18	<p>Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de eleição do juiz do ofício dos alfaiates desta vila e seu termo, por ter falecido Bastião Rodrigues, morador nesta vila e juiz do referido ofício. Elegeram André Carvalho, alfaiate, morador nesta vila, por ser bom oficial do dito ofício, antigo em usar dele e ser dos homens honrados desta vila e da sua governança, o qual prestou juramento; Termo de uma notificação feita a João Rodrigues, estalajadeiro nesta vila, para que ele não continuasse a matar porcos na sua estalagem, pois a sentença da Relação que ele tinha não lhe dava licença para o fazer, sob pena de pagar 2000 réis de pena, sendo metade para a Santa Bula da Cruzada e a outra metade para o acusador.</p>
51	1612.03.03	<p>Termo da Câmara. Presenças: o juiz ordinário André Vilhana, os três vereadores, o procurador da Câmara e o escrivão. Termo de como trataram nesta dita Câmara de levantar o preço da carne ao marchante António Rodrigues; Termo de eleição dos quatro fintores que haviam de fazer a finta para o padre pregador que faria os sermões da quaresma na igreja Matriz por ordem do juiz e</p>

		vereadores: Vila – João Fernandes Valadão e João Dias Paião; Freguesia da vila – Manuel Carrasqueiro e para o Canal (?) Bartolomeu Rodrigues, de Corte Pequena; Termo de juramento dado aos fintores que realizariam a finta da quaresma na vila e sua freguesia.
53v	1612.03.05	Termo de um requerimento que o procurador do Concelho, Estêvão Dias, fez ao juiz e vereadores para que eles derrubassem ou mandassem derrubar o valado da horta que fora de André Luís, defunto, e que ao momento era de Manuel Lopes, o moço, seu filho, e que se situava na estrada pública que ia da vila para a forca.
54	1612.03.07	Termo de como o escrivão notificou a Manuel Lopes a pena de 6000 réis estipulada no termo atrás.
55	1612.03.10	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Bartolomeu Vaz Frayão, os vereadores Parreira de Andrade e Raposo, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
55v	1612.03.18	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores e o procurador. Termo de como o escrivão leu aos vereadores o seu regimento constante das Ordenações.
56	1612.03.20	Termo de como o escrivão notificou Jorge Luís e Romão Chainho, moradores na vila, por mandado dos oficiais da Câmara, para que eles trouxessem as suas fianças até dia ao dia 24 do mês em questão.
56v	1612.03.31	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores, o procurador e o escrivão Gonçalo Calado, tabelião servindo de escrivão por ausência de Domingos Leitão. Termo de juramento dos almotacés Jorge Luís, vereador mais moço do ano anterior e André Carvalho, procurador do Concelho do dito ano; Termo sobre o sabão estando presente João Lourenço, rendeiro da saboaria desta vila e seu termo; Traslado da provisão dos frades da Trindade.
60v	1612.04.07	Termo da Câmara. Presenças: o vereador Martim Parreira de Andrade e o escrivão Gonçalo Calado.
60v	1612.04.14	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo sobre a carne segundo o qual notificaram António Rodrigues, marchante das carnes do açougue desta vila; Termo de como se houve por abonador em Câmara a Romão Chainho, morador nesta vila, recebedor das sisas e depositário dos bens de raiz.
62	1612.04.21	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
62	1612.04.26	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Bartolomeu Vaz Frayão, o vereador Heitor Nunes Raposo, o procurador e o escrivão efetivo Domingos Leitão. Termo de como se concertaram com o calceteiro Luís Sardinha, que se encontrava nesta vila: acordaram que ele calçasse algumas ruas

		que estavam por calçar, o que era muito necessário para a boa serventia desta vila pelo grande prejuízo que as lamas faziam à servidão. Preço – a Câmara pagava 20 réis por vara e o dono disponibilizava a pedra e o entulho, se necessário. Os oficiais da Câmara mandaram que se fizesse rol das pessoas que eram obrigadas a calçar as testadas de suas portas e que lhe fosse notificado com pena de 2000 réis para as rendas do Concelho e bula da Santa Cruzada.
63	1612.04.30	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, vereadores, procurador e escrivão. Inexistência de assuntos.
64	1612.05.05	Termo de Câmara. Presenças: o juiz André Vilhana, os vereadores Parreira de Andrade e Raposo, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
64	1612.05.12	Termo da Câmara. Presenças: juiz Frayão, os vereadores, procurador e escrivão. Termo da notificação que o escrivão fez às partes; Termo da entrega ao alcaide João Gonçalves do rol das coimas que o provedor condenou para o Concelho na importância de 4410 réis.
65	1612.05.16	Termo da Câmara. Presenças: juntaram-se os juizes e os vereadores com o ouvidor da Comarca, o licenciado Francisco Lopes de Barros, o procurador e o escrivão. A requerimento do procurador foram todos ver a estrada e caminho que seguia da vila para as Fontainhas e mais lugares daquela banda por causa do valado que havia feito André Luís e o seu filho, Manuel Lopes, o moço, pela estrada pública junto à horta do dito André Luís. Este valado estava por fora do antigo e ocupava parte do domínio público mas, como havia largura suficiente para passarem carretas e carros, o corregedor mandou que o valado ficasse no lugar onde estava feito, com a condição que ele não fosse aumentado nem para a banda da forca nem da vila.
65v	1612.05.19	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, o vereador Martim Parreira de Andrade, o procurador e o escrivão. Termo de como Pêro Fernandes, da Algeda, apresentou em Câmara uma pele de uma loba e cinco peles de lobinhos novos da cor “tirantes” a pretos, que foram mortos no sítio do Carvalhal, deste termo, entre Vale de Joana e o Azinhal, requerendo que lhos mandassem pagar; Termo da notificação que os juizes e vereadores mandaram fazer a Gaspar Gonçalves Neves, morador nesta vila, sobre ele não pedir para a Santíssima Trindade.
67	1612.05.21	Termo da notificação que feita a Gaspar Gonçalves Neves, morador nesta vila, para que ele não pedisse mais o peditório da Santíssima Trindade, com pena de 20 cruzados para as rendas do Concelho e de dois anos de degredo para África, e que o pedidor fosse o eleito Manuel Rodrigues Carvalho. Gaspar Neves respondeu que não daria o seu privilégio a ninguém e que iria à Câmara agravar da dita notificação.

67v	1612.06.02	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Raposo e Chainho, o procurador e o escrivão. Notificação ao marchante António Rodrigues para que, com pena de 6000 réis, apartasse do curral do Concelho os chibos e cabras que estavam gafos para não se pegar a doença aos animais sãos; Nova notificação a Gaspar Gonçalves Neves, para entregar de imediato a Manuel Rodrigues de Carvalho o seu privilégio da Santíssima Trindade.
69	1612.06.26	Termo da Câmara. Presenças: o vereador Martim Parreira de Andrade e o escrivão “por os outros ofíciaes serem ocupados”.
69	1612.06.09	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores e o escrivão. O escrivão leu o regimento dos juízes e vereadores.
69v	1612.06.16	Termo da Câmara. Presenças: o procurador do Concelho e o escrivão. Mandaram ao porteiro Tomé Dias dar recado aos juízes e vereadores para irem à Câmara por serem horas de entrarem nela para proverem as coisas necessárias ao bem comum e para fazerem a finta de 10000 réis que o rei mandava fintar, nesta vila e seu termo, para a ponte do rio Zêzere. O porteiro deu a sua fé de que não se encontravam na terra.
70	1612.06.17	Termo da Câmara. Presenças: juízes Frayão e André de Vilhana, vereador Parreira de Andrade, procurador e escrivão. Termo da eleição dos fintores que haviam de fazer a finta de 10000 réis para a ponte do Zêzere, dando cumprimento ao mandado do provedor Luís Martins Pinheiro. Fintores: vila e freguesia – Diogo Raposo, desta vila e Pêro Carvalho Verdelho; para Santa Margarida da Serra Aleixo Fava e para os Barros Bartolomeu Nunes, lavrador e morador na aldeia dos Barros.
70v	1612.06.20	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Raposo e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de um requerimento que fez o vereador Heitor Nunes Raposo explicando que não tinha podido ir às sessões por estar anojado por morte de seu sogro e sogra e que, de momento, se encontrava de caminho para a cidade de Lisboa, “a negócio”, pelo que faltaria também às próximas sessões. Solicitava, assim, que elegessem um vereador em seu lugar, enquanto durasse a sua ausência.
71v	1612.06.23	Termo da Câmara. Presenças: o vereador Parreira de Andrade, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
71v	1612.06.27	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, o vereador Chainho, João Dias Paião, o procurador e o escrivão. Termo de eleição de um vereador em lugar de Heitor Nunes Raposo, por este se encontrar fora da terra. Elegeram João Dias Paião, morador na vila, por ser autossuficiente;

		Termo da eleição dos sacadores que haviam de arrecadar a finta da ponte do rio Zêzere: vila e freguesia – Bento Álvares; para a freguesia de Santa Margarida da Serra André Gonçalves Caldeira e para a freguesia de Nossa Senhora dos Barros, Alonso Sanches, por serem autossuficientes.
72v	1612.06.30	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade, João Dias Paião e Chainho; o procurador e o escrivão. Termo do peso do pão. Acharam valer um alqueire de trigo 150 réis e sete vinténs e assentaram que o pão de oito réis pesasse doze onças e, assim não sendo, as padeiras que o amassassem pagariam de pena todas as vezes que fossem encoimadas quinhentos réis para as rendas do Concelho; Decidiram também que nenhuma pessoa amassasse pão de centeio sob pena dos mesmos quinhentos réis; Termo de juramento dado a dois almotacés que haviam de servir nos três meses seguintes: Miguel Martins e Estácio Mateus, por terem sido vereadores no ano antecedente; Termo de uma notificação que o escrivão fez ao alcaide João Gonçalves para estar presente na sessão seguinte, que se realizaria a quatro de Julho, e trouxesse todos os róis que tivesse arrecadado sob pena de 6000 réis e de ser suspenso do seu ofício; Termo do pregão do preço do pão e do que havia de pesar cada pão de oito réis que deu o porteiro do Concelho Tomé Dias, em alta voz, ao domingo após a missa.
74v	1612.07.03	Termo de notificação que o escrivão fez a António Pires Arquelau, com pena de 6000 réis para as rendas do Concelho, para que ele, assim que fosse noite, ficasse em sua casa e não saísse dela ou se mudasse e fosse morar noutra rua.
74v	1612.07.07	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, vereadores Paião e Chainho, procurador e escrivão. Os oficiais elegeram Jorge Luís para vereador em substituição de Martim Parreira de Andrade, ausente em Lisboa em negócios seus, por este ser dos homens que costumavam servir na governança.
75v	1612.07.11	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Paião e Jorge Luís e o escrivão. Inexistência de assuntos.
76v	1612.07.14	Termo da Câmara. Presenças: os juizes Frayão e André Vilhana; vereadores Paião e Jorge Luís, procurador e escrivão. Trataram sobre a sentença da Relação que estava dada em favor desta vila contra a vila de Alcácer do Sal sobre os vinhos e pastos, confirmando-se o foral desta vila para dela se poderem levar os vinhos para Alcácer sem obrigação de pedirem licença à Câmara da dita vila e sobre os pastos dos gados desta vila e da de Alcácer serem todos comuns. É referido que a Câmara da vila de Alcácer tinha colocado embargos ao cumprimento da dita sentença da Relação com os quais corria o padre Luís Roubão porquanto, em virtude da sentença em questão, mandou

		<p>levar os seus vinhos para Alcácer sendo que a Câmara lhe impediu a venda dos mesmos e que tinha o padre Luís Roubão gasto já muito dinheiro e mais havia de gastar com os ditos embargos até à determinação final. É dito que era muito importante para este povo confirmar-se a sentença havida. O povo reuniu-se em Câmara com os oficiais e pediu ao padre Luís Roubão que prosseguisse a causa da defesa do cumprimento da sentença da Relação e que o povo lhe satisfaria e ajudaria a satisfazer os gastos que fizesse nesta causa, o que foi aceite pelo padre que estava presente e que se obrigou a correr com a causa e a trazer sentença em favor deste povo “como se entende que não auera duuida”.</p> <p>Assinaturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O padre Luís Roubão das Donas; - Bartolomeu Vaz Frayão; - Barnabé Afonso Barradas; - João Dias Paião; - Noutel Fernandes Chainho; - André Vilhana; - Jorge Luís; - Miguel Martins; - Gonçalo Calado; - Domingos Fernandes; - Estêvão Dias - Pêro Carvalho; - Gaspar Nunes; - Carvalho; - João Álvares.
77	1612.06.08	<p>Termo de notificação feita pelo porteiro Tomé Dias a Baltazar Rodrigues Viçoso, morador no Afeitado, do termo desta vila, para que ele com pena de dez cruzados para a bula da Santa Cruzada entregasse, durante quinze dias, o dinheiro que sobre ele carregava do depósito das sisas.</p>
77V	1612.07.14	<p>Termo de notificação feita a João Fernandes Valadão para que ele, durante o mês de Julho, houvesse a provisão para se comprarem as casas para a Câmara ou entregasse os 11500 réis que tinha recebido do Concelho para haver a dita provisão, sob pena das penas contidas no provimento do provedor Luís Martins Pinheiro, ao que ele respondeu que faria como lhe era</p>

		mandado.
77v	1612.07.21	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Paião, Jorge Luís e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de eleição dos fintores que fariam a finta dos enjeitados: André Carvalho, morador na vila; João Espada, do Aleidão; Bastião Rodrigues, da Adega, e Bartolomeu Rodrigues, dos Barros, por serem homens de sãs consciências e autossuficientes para o desempenho do cargo; Termo de juramento aos fintores da finta da criação dos enjeitados no valor de 12000 réis.
79	1612.08.01	Termo da Câmara. Presenças – O procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
79	1612.08.04	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Paião e Parreira de Andrade, o procurador Estêvão Dias e o escrivão. Inexistência de assuntos.
79v	1612.08.10	Termo da Câmara. Presenças: O procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
79v	1612.08.22	Termo da Câmara. Presenças: o procurador Estêvão Dias pediu ao escrivão que fizesse termo referindo que não podia tratar dos assuntos relativos ao seu cargo por não irem à Câmara os juizes e os vereadores, o que sucedia naquele dia e nas datas anteriores em que se deviam reunir em Câmara.
80	1612.08.25	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Paião, Chainho e Jorge Luís que assistiu em lugar de Parreira de Andrade por este estar doente; o procurador e o escrivão. Eleição de Jorge Luís para vereador enquanto estivesse doente Martim Parreira de Andrade; Termo da eleição dos três sacadores que haviam de arrecadar a finta dos enjeitados: para a vila António Pires Arquelau; para a freguesia de Santa Margarida da Serra Bastião Fava, filho de Aleixo Fava e para a freguesia dos Barros Gaspar Coelho, pisoeiro, “por todos tres serem autos e soficienttes e bons homens e tementtes ao Senhor Deus”.
81v	1612.08.29	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade e Paião; o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos. (Segue a conta, sem data, no fólho 82, com assinatura do tabelião Manuel Chainho.)
82v	1612.09.13	Termo da vereação. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade e Chainho e o escrivão. Termo de como entregaram o dinheiro das bulas da Santa Cruzada que tinha Manuel da Costa, o moço, bem como das bulas que sobejaram; Na Câmara, perante os oficiais, apareceu Fernão Vieira Tavares, morador na cidade de Beja e tesoureiro das bulas e dinheiro da Santa Cruzada, da Comarca da dita cidade de Beja e Campo de Ourique, como mostrou por uma provisão de Dom Francisco de Bragança, comissário apostólico nestes reinos de Portugal das

		bulas da Santa Cruzada, e requereu ao juiz e vereadores lhe mandassem entregar o dinheiro respetivo do ano de 1611. Manuel da Costa procedeu à entrega de 23820 réis em dinheiro contado e dessa quantia lhe foram entregues 1000 réis da caixa das esmolos.
83v	1612.09.15	Termo da Câmara. Presenças: o juiz André Vilhana; os vereadores Parreira de Andrade, Chainho e Raposo e o escrivão. Inexistência de assuntos.
84	1612.09.19	Termo da Câmara. Presenças: o procurador e o escrivão tendo o primeiro reclamado por se não juntarem os oficiais da Câmara.
84v	1612.09.20	Termo de notificação feita a Jorge Luís e a Baltazar Rodrigues Viçoso para entregarem o dinheiro que tinham em seu poder dos sobejos do cabeção.
85	1612.09.22	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Parreira de Andrade e Raposo; o procurador Estêvão Dias e o escrivão. Inexistência de assuntos.
85v	1612.09.26	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade, Chainho e Raposo. Termo da entrega da vara de alcaide ao tabelião Manuel Chainho enquanto durasse o impedimento do proprietário João Gonçalves; Termo de como se obrigou Jorge Luís a dar os 40000 réis que tinha dos sobejos dos bens de raiz ou a apresentar fiador durante o mês de outubro; Termo de eleição de Matias Pires, dos Quartilhões, para sacador do rol da finta dos enjeitados, em substituição de Bastião Figueira; Termo de como foi eleito António Dias, oleiro, morador nesta vila, para tirar as esmolos que os fiéis cristãos quisessem dar para a Santíssima Trindade.
88	1612.10.03	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de eleição de André Carvalho, homem de sã e boa consciência, para arrecadar as esmolos para os meninos órfãos da cidade de Lisboa; Termo de juramento dado a André Carvalho, morador nesta vila, para tirar as esmolos dos meninos órfãos; Termo de requerimento que fez Estêvão Dias, procurador do Concelho, ao juiz e vereadores, estando em Câmara juntos, para que fosse limpo o poço de São Pedro, por estar muito cheio de imundícies e para mandarem retirar as balsas que estavam em redor da fonte desta vila por ser muito precisa a sua limpeza por dela saírem muitos sapos e outros bichos que se metiam na dita fonte e por caírem dentro dela muitas folhas e cisco das balsas. Refere que estava impedida a correnteza e saída da água que recuava e se voltava a meter dentro da fonte e que, desta forma, estava continuamente suja.
90	1612.10.05	Termo de juramento dado a João de Vilhana para servir de almotacé nos meses de outubro, novembro e dezembro.

90v	1612.10.07	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Parreira de Andrade e Raposo, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado a João Martins do Outeiro para servir de almotacé nesta vila e seu termo com o seu parceiro João de Vilhana, nos meses de outubro, novembro e dezembro.
91	1612.10.12	Termo de um requerimento que Gaspar Coelho, sacador do rol dos enjeitados na freguesia dos Barros, fez ao juiz e vereadores sobre os reais singelos que tinha arrecadado do povo da dita freguesia e declarou que haviam sido treze reais singelos.
92	1612.10.13	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Bartolomeu Vaz Frayão, os vereadores Martim Parreira de Andrade e Heitor Nunes Raposo, o procurador Estêvão Dias e o escrivão Domingos Leitão. Termo de um requerimento que fez Romão Chainho como recebedor e depositário dos bens de raiz sobre 6480 reais castelhanos singelos que tinha recebido de depósitos dos bens de raiz; Termo de um requerimento que o procurador do Concelho fez ao juiz e vereadores sobre 7200 réis em reais castelhanos singelos que tinha em seu poder.
93	1612.10.15	Termo de entrada de 170 cabeças de porcos de André Lopes e Manuel Martins, ambos de Alfundão, termo da cidade de Beja, para engordarem no montado de Vale de Joana, de João Rodrigues dos Padrões, apresentando Jorge Luís, morador nesta vila, por fiador.
94	1612.10.15	Termo de entrada de 110 porcos de Pêro Martins Farelo, do termo de Beja, que vieram engordar no soveral e montado de Romão Jorge, de São Lourenço, apresentando por fiador a Romão Jorge, senhorio do dito montado.
94v	1612.10.20	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Parreira de Andrade e Raposo; o procurador do Concelho e o escrivão. Termo de juramento dado a João Dias Paião para servir em lugar do vereador Noutel Fernandes Chainho, enquanto durasse a sua ausência; O procurador do Concelho apresentou os 7200 réis referidos no termo anterior; Termo de notificação que o escrivão fez a Manuel Rodrigues, mercador, sobre ele não trocar nem escambar reais singelos.
96	1612.10.27	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade e Raposo. Inexistência de assuntos.
96v	1612.10.30	Termo de uma notificação feita a João Dias Paião, do Pombal, para que ele, com pena de 2000 réis, metade para a bula da Santa Cruzada e a outra metade para o Concelho, não metesse os seus novinhos nas vinhas desta vila nem nos chãos entre elas.
96v	1612.11.03	Termo de um requerimento que fez o procurador do Concelho dizendo que tinha que requerer na Câmara mas que o não podia fazer por se não juntarem naquela semana os juizes e os vereadores. Deste modo, requereu que se escrevesse este seu protesto e que não fosse

		prejudicado por deixar de fazer o seu ofício, por se não juntarem os oficiais da Câmara.
97	1612.11.04	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Parreira de Andrade, Chainho e Paião, o procurador Estêvão Dias e o escrivão. Inexistência de assuntos.
97v	1612.11.10	Termo da Câmara. Presenças: o vereador Parreira de Andrade, o procurador e o escrivão. Termo de um requerimento que o juiz Bartolomeu Vaz Frayão fez em Câmara ao vereador e ao procurador para que se escrevesse uma carta a Dom Fernão Martins Mascarenhas, alcaide-mor desta vila, para se lhe dar conta de que a vara de alcaide desta vila se encontrava vaga por estar impedido e suspenso João Gonçalves por lhe ter fugido um preso e que lhe pedissem para apresentar pessoa capaz para servir o cargo.
98	1612.11.11	Termo da Câmara. Presenças: todos. Apareceu perante eles António Jorge, caminheiro do Juízo do ouvidor desta Comarca, e apresentou uma carta do dito ouvidor junta a provisões e ordem da Câmara da cidade de Lisboa. Mandava o ouvidor que se fintassem nesta vila e seu termo 70000 réis para a vinda de Sua Majestade “a este seu Rejno de porttugal”. Eleição dos fintores: para a vila – Gonçalo Calado; para a freguesia da vila – Bartolomeu Rodrigues, de Corte Pequena; para a freguesia de Santa Margarida da Serra – Aleixo Fava; para a freguesia dos Barros – Bartolomeu Nunes, por serem todos homens de boas e sãs consciências.
99	1612.11.17	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade e Paião; o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
99v	1612.11.23	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade e Paião; o procurador e o escrivão. Termo de um requerimento do juiz aos vereadores para que eles, de acordo com a investigação por ele feita, mandassem a Santiago do Cacém, os dois derradeiros enjeitados que se estavam criando nesta vila e termo dela pois ambos tinham mãe e que mandassem que elas viessem por seus filhos ou eles lhos mandassem e ordenou que não gastassem nada com eles nem fizessem finta para a sua criação; Termo de um requerimento que o tabelião Manuel Chainho, que estava servindo de alcaide pequeno na ausência do proprietário João Gonçalves, fez aos juizes e vereadores, afirmando que a vara de alcaide o impedia de servir o seu ofício de tabelião. Deste modo, solicitou a sua substituição; Termo de eleição de Simão Carvalho, homem bom deste povo, para servir de alcaide pequeno, o qual já o havia servido noutras vezes; Termo de uma notificação que o juiz Bartolomeu Vaz Frayão fez sobre os enjeitados que se lançaram nesta vila: um à porta de André Mendes, do termo desta vila, e outro à porta de Martim Parreira de Andrade. Deviam ser enviadas cartas precatórias a Santiago do

		Cacém para que a Câmara da terra procurasse as mães dos meninos, que constava aí viverem.
102	1612.12.01	Termo da Câmara. Presenças: todos e o escrivão Gonçalo Calado na ausência do escrivão da Câmara. Termo do acordo que fizeram na Câmara os juizes, vereadores e procurador do Concelho com o padre prior Barnabé Afonso Barradas e os mais padres da dita igreja Matriz e homens da governança e do povo sobre vir um padre da Companhia pregar os sermões da quaresma do ano seguinte. Dado o proveito que esperavam da vinda do dito padre decidiram expedir cartas para o convento de Santo Antão da cidade de Lisboa, referindo que ele poderia também pregar os sermões da Santa Casa da Misericórdia; O procurador requereu que se entregasse o dinheiro da terça de Sua Majestade nas mãos de pessoa abonada. Jorge Luís apresentou fiança aos 40000 réis em dinheiro dos sobejos dos bens de raiz, que tinha em sua mão, sendo fiador o tabelião Manuel Chainho; Mostra de uma apresentação do alcaide-mor Dom Fernão Martins Mascarenhas, que trouxe Jerónimo Pinto, morador na vila de Alcácer do Sal; Acordo que se fez sobre os bezerros mandando os oficiais apregoar que todo o bezerro que fosse achado sem maioral nas vinhas ou benfeitorias fosse encoimado para as rendas do Concelho.
105	1612.10.20	Termo de um requerimento do procurador do Concelho, Estêvão Dias Soares, que apresentou 7200 réis em reais singelos castelhanos, todos cortados, perante o juiz Bartolomeu Vaz Frayão e os pesou todos juntos para se saber a quebra que neles havia. Verificou-se pesarem 4954, ficando de quebra 2244 réis. Nota: o escrivão Domingos Leitão reiniciou funções.
105v	1612.12.08	Termo da Câmara. Presenças: O juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade, Raposo e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de aceitação do alcaide Jerónimo Pinto Ribeiro, nomeado para servir por tempo de três anos, discordando o vereador mais velho Martim Parreira de Andrade e o procurador Estêvão Dias; Termo de juramento ao dito alcaide; Termo de fiança do alcaide que apresentou Jorge Vaz, mercador e morador nesta vila, por fiador na quantia de 10000 réis; Traslado da apresentação de Dom Fernão Martins Mascarenhas feita a Jerónimo Pinto Ribeiro para ele servir de alcaide: o alcaide-mor refere que apresentou à Câmara os nomes de Jerónimo Pinto, Simão Pereira e Palos Mendes, para os oficiais escolherem o que entendessem mais apto para o cargo.
107v	1612.12.12	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade, Chainho e Raposo, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho aos juizes e vereadores para que mandassem acabar de arrecadar todos os róis das fintas e que tomassem conta aos respetivos sacadores. Refere a finta dos enjeitados onde entravam os 2000 réis da

		refinta da ponte do rio Zêzere.
108	1612.12.15	Termo da vereação. O juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade e Raposo, o procurador Estêvão Dias e o escrivão Domingos Leitão. Questão do provimento que o provedor da Comarca deixou no livro dos provimentos da Câmara sobre a notificação que se havia de fazer a João Fernandes Valadão relativa à provisão das casas que se haviam de comprar para o Concelho e ele disse que a mesma havia ido a assinar por Sua Majestade e que esperava todos os dias por ela e que, para esse efeito, tinha em Lisboa quem soubesse dela. Notificaram-no para que pagasse os 11500 réis e ele - João Valadão - entregou como penhor uma cadeia e um crucifixo de ouro.
109	1612.12.18	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade, Raposo e Chainho, o procurador e o escrivão. Os oficiais mandaram chamar Cosme Ribeiro, feitor do rendeiro Diogo Álvares Fidalgo, para com ele praticarem sobre o preço a que havia de dar o trigo e o centeio do terço da Comenda: trigo a 140 réis o alqueire e o centeio a 80. Determinaram que se fizesse uma repartição antes da festa do Natal para o povo tomar o que lhe fosse necessário.
109v	1612.12.22	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Parreira de Andrade e Raposo; procurador e escrivão. Inexistência de assuntos.
110	1612.12.25	Junta dos vereadores em Câmara. Presenças: juízes ordinários Bartolomeu Vaz Frayão e André Vilhana; os vereadores Martim Parreira de Andrade, Heitor Nunes Raposo e Noutel Fernandes Chainho; Estêvão Dias Soares, procurador do Concelho e o escrivão Domingos Leitão. Abertura do pelouro de 1613, dia de Natal depois da missa. Para juízes saíram no pelouro Diogo Fernandes Verdelho, morador nesta vila, e Gaspar Rodrigues Beirão, do termo desta vila; para vereadores Vicente Ribeiro de Pina, Manuel Rodrigues da Corte e Domingos Rodrigues Carvalho e para procurador Gomes Fernandes Corvo, morador nesta vila; Foi mandada passar carta ao corregedor para que confirmasse os nomes saídos no pelouro; Termo da leitura do regimento aos juízes e vereadores.
112	1612.12.27	Termo da Câmara. Presenças: os juízes Frayão e Vilhana; os vereadores Raposo, Chainho e Paião; o procurador e o escrivão. Eleição de um vereador em lugar de Manuel Rodrigues, da Corte, por ele ser falecido. Saiu eleito Pêro Gonçalves, da Ameira.
113v	1612.12.31	Termo da Câmara. Presenças: juízes Frayão e Vilhana; vereadores Parreira de Andrade, Raposo e Chainho. Termo de juramento dado aos vereadores saídos no pelouro: Vicente Ribeiro de Pina, Domingos Rodrigues Carvalho e Pêro Gonçalves, da Maceira, em substituição do falecido. Termo de juramento dado a dois almotacés que serviriam nos primeiros três meses: Manuel da Costa e

		Manuel Luís, dos Algarés. Termo de juramento dado ao vereador Vicente Ribeiro de Pina para servir de juiz ordinário enquanto não viesse a apresentação do corregedor da Comarca. Lembranças que os juizes e vereadores mandaram fazer aos oficiais que começavam a servir: - ficaram por pagar os róis dos revéis que deixaram de pagar nas fintas da ponte sobre o rio Zêzere e enjeitados; - ficaram por pagar coimas que o procurador condenou para o Concelho; - ficou por pagar ao escrivão da Câmara a finta do rio Zêzere e a dos enjeitados menos oitocentos réis; - ficou por pagar ao escrivão da Câmara o último quartel do que ele escreveu no livro da Câmara e mais coisas do Concelho, que tudo havia de ser contado por um dos tabeliães.
116	1613.01.02	Termo da primeira Junta dos juizes e vereadores. Presenças: Vicente Ribeiro de Pina, juiz e vereador; Pêro Gonçalves da Ameira e Domingos Rodrigues Carvalho, vereadores; Gomes Fernandes, procurador do Concelho e o escrivão Domingos Leitão. Termo de juramento ao guarda António Gonçalves, que havia servido o rendeiro Pêro Vaz, no ano anterior; Termo de leitura do regimento aos novos vereadores; Termo de como mandaram ler a carta de confirmação dos juizes que saíram no pelouro; Termo da entrega do selo ao vereador mais velho Martim Parreira de Andrade, morador junto à vila; Termo da entrega das chaves do cofre onde estavam fechados os pelouros dos oficiais; Termo da pilha, pesos, balanças e medidas deste Concelho; Termo de juramento e acordo que o juiz, vereador e procurador do Concelho fizeram com Tomé Dias, morador nesta vila, para servir de porteiro do Concelho no ano de 1613.
121v	1613.01.05	Termo da Câmara. Presenças: o juiz ordinário Diogo Fernandes Verdelho; os vereadores Pêro Gonçalves, Domingos Rodrigues Carvalho e Vicente Ribeiro de Pina, o procurador Gomes Fernandes e o escrivão. Inexistência de assuntos.
121v	1613.01.08	Termo de notificação feita a João Fernandes da Horta, morador nesta vila, para que ele, com pena de 20 cruzados para as rendas do Concelho, não vendesse mais trigo e centeio do terço para se pagar do dinheiro que deu para acabar de pagar aos visitantes da Ordem.
122v	1613.01.09	Termo da entrega da chave da arca da Câmara ao vereador mais velho Vicente Ribeiro de Pina.
123	1613.01.13	Termo da Câmara. Presenças: Diogo Fernandes Verdelho, juiz ordinário; vereadores Vicente Ribeiro de Pina, Pêro Gonçalves e Domingos Rodrigues Carvalho; Gomes Fernandes, procurador do Concelho e o escrivão Domingos Leitão. Inexistência de assuntos.
123v	1613.01.13	Termo da Câmara. Presenças: Diogo Fernandes Verdelho, juiz ordinário; os três vereadores; procurador e escrivão. Termo da arrematação da renda da almotaçaria desta vila e seu termo (rendas do verde) por 20 000 réis em dinheiro e as ordinárias (este era o lanço existente e os

		oficiais determinaram que não fosse aceite).
124v	1613.01.16	Termo da Câmara. Presenças: O juiz Verdelho, os três vereadores, o procurador que aparece com o nome de Gomes Fernandes Corvo e o escrivão. Termo da conta que se tomou em Câmara ao procurador do Concelho Estêvão Dias; Termo de como houveram os oficiais da Câmara por depositados na mão de Estêvão Dias três mil réis da ponte do Zêzere.
125v	1613.01.19	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho, os vereadores, procurador e escrivão. Inexistência de assuntos.
126	1613.01.20	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e todos os outros. Arrematação da renda da almotaçaria a António Rodrigues, morador nesta vila, por 40 000 réis pagos em três quartéis iguais e ordinárias, apresentando Gaspar Gonçalves Neves e por sua mulher Águeda Chainha, moradores na vila.
127v	1613.01.23	Termo da Câmara. Presenças: todos exceto os juízes. Eleição do recebedor das sisas: Romão Chainho, por ser homem abonado em bens e ter já servido bem o cargo.
128v	1613.01.26	Termo da Câmara. O juiz Verdelho e todos os outros. Inexistência de assuntos.
129	1613.01.27	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e todos os outros. Termo de arrematação da venda do sal a quem por menos o desse sendo bom. Foi arrematado a António Dias Coelho, almocreve, morador nesta vila, por 20 réis o alqueire sendo seu fiador Jerónimo Fernandes.
130	1613.01.30	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e todos os outros. Inexistência de assuntos.
130v	1613.02.09	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e todos os outros. Termo de como Mateus Nunes, almocreve desta vila, disse que não podia dar o alqueire do sal a 25 réis; Termo de uma notificação que Tomé Dias, porteiro do Concelho, fez por mandado dos juízes e vereadores a Ana Gonçalves, mulher de André Machado, por ele ser ausente desta vila, para que ela vendesse todo o sal que tivesse em sua casa a 30 réis o alqueire, dentro dos 25 dias seguintes, sob pena de 2000 réis, metade para a bula da Santa Cruzada e a outra metade para o acusador, perdendo todo o sal que se lhe encontrasse para o obrigado e ela disse que faria como lhe era mandado.
131v	1613.02.13	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e todos os outros. Termo de leitura do regimento aos oficiais da Câmara.
132	1613.02.16	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e todos exceto o vereador Domingos Rodrigues de Carvalho. Inexistência de assuntos.
132v	1613.02.17	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e todos os outros. Termo de eleição de um alcaide que servisse em lugar do proprietário Jerónimo Pinto, por este estar ausente. Elegeram André

		Carvalho, que já tinha servido o cargo bem e fielmente.
133v	1613.02.20	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e faltou o vereador Vicente Ribeiro de Pina. Termo de eleição dos quatro fintores que fariam a finta do padre pregador da quaresma: João Dias Paião e Diogo Raposo, moradores na vila; João Espada, morador no Aleidão e Manuel Carrasqueiro, morador no Canal, por serem homens bons, de sãs consciências e autossuficientes.
134v	1613.02.23	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e todos os outros. Inexistência de assuntos.
135	1613.03.02	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e todos os outros. Termo de leitura do regimento ao juiz e vereadores. Termo da eleição dos fintores para fazerem a finta da ponte de Alcobe (ou Alcobe) e calçadas de Setúbal até Azeitão: para a vila João Fernandes Valadão e Pêro Carvalho Verdelho; para a freguesia de Santa Margarida da Serra Aleixo Fava e para a dos Barros Bartolomeu Nunes, por todos serem homens bons, de sãs consciências e bem entendidos, que costumavam fazer as ditas fintas.
136	1613.03.06	Termo da Câmara. O juiz Verdelho e todos exceto o vereador Pêro Gonçalves, de Maceira.
136v	1613.03.09	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho e todos os outros. Inexistência de assuntos.
136v	1613.03.13	Termo da Câmara. Presenças: todos (o juiz é sempre Diogo Fernandes Verdelho). Termo de leitura que o escrivão fez aos oficiais da Câmara da carta da finta de 8000 réis por todos os moradores para a obra do cais de Aldeia Galega.
137v	1613.03.16	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Pina e Pêro Gonçalves, de Maceira; o procurador e o escrivão. Termo do peso do pão alvo de oito réis; Termo de eleição dos fintores da finta do cais de Aldeia Galega do Ribatejo: para a vila e freguesia – Bartolomeu Luís e Romão Chainho; para Santa Margarida da Serra Aleixo Fava e para os Barros João Rodrigues da Algeda, por serem homens de boas e sãs consciências.
138v	1613.03.23	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de eleição dos sacadores que haviam de arrecadar a finta das obras do cais de Aldeia Galega do Ribatejo: para a vila Pêro Carvalho, dos fornos; para Santa Margarida e Barros o escrivão deixou o espaço em branco. Termo de eleição de dois quadrilheiros para servirem na vila e seu termo por tempo de três anos: Pêro Carvalho, dos fornos, e Diogo Gonçalves, trabalhador, ambos moradores nesta vila; Termo de juramento dado a Luís do Babo para servir de porteiro do Concelho enquanto durasse a ausência de Tomé Dias, seu pai. Assinou com o nome de Luís Dias.
141	1613.03.27	Termo da Câmara. Presenças: faltou o vereador Vicente Ribeiro de Pina. Termo de eleição de sacador do rol da finta da obra do cais de Aldeia Galega: António Rodrigues, morador no Azinhal,

		do termo desta vila e freguês da freguesia de Nossa Senhora dos Barros.
142	1613.03.28	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho, o vereador mais velho Vicente Ribeiro de Pina e o escrivão. Termo de eleição de um depositário das bulas da Santa Cruzada: Brás Rodrigues, desta vila, por tempo de um ano; Termo de notificação feita a Marcos Dias, desta vila, para que ele trouxesse à Câmara o seu privilégio de Nossa Senhora de Guadalupe.
143	1613.03.30	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de eleição de um mamposteiro, morador na vila, para pedir as esmolas que os fiéis cristãos quisessem dar para Nossa Senhora de Guadalupe. O escrivão deixou em branco o espaço para colocação do eleito, mencionando que o anterior pedidor fora Marcos Dias que, de acordo com a nova lei, não podia pedir as referidas esmolas.
144	1613.03.31	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de juramento a Estêvão Dias Soares e a Noutel Fernandes Chainho, moradores nesta vila, para servirem de almotacés nos meses de abril, maio e junho.
144v	1613.04.13	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de leitura do regimento aos vereadores da Câmara. Termo de juramento dado a João Jorge, lavrador e morador na Adega, termo desta vila, sobre o local onde matara uma loba velha, requerendo que lhe mandassem pagar os 3000 réis respetivos. Ele disse que a matara entre a Adega e o Farrobo e foi-lhe deferida a petição sendo a pele paga da seguinte forma: 1500 réis pelas sisas e os outros 1500 réis pelas rendas do Concelho.
146	1613.04.14	Termo do pregão que o porteiro Tomé Dias deu por mandado do juiz e vereadores, ao Domingo ao sair a gente da missa, a alta voz na Praça da vila, sobre se fazerem as reuniões da Câmara às quartas e sábados pelas manhãs e não de tarde, como até aí se faziam.
146	1613.04.17	Termo da Câmara. Presenças: Não é mencionado o nome do juiz Verdelho mas ele assinou com os restantes. Termo de eleição de quatro fintores para fazerem a finta dos enjeitados para a criação de dois enjeitados que se criariam à custa deste povo: para a vila – Manuel Fernandes, procurador do número; para a freguesia da vila: André Carvalho, ambos moradores nesta vila; para a freguesia de Santa Margarida da Serra – Bastião Rodrigues, da Adega; para a freguesia dos Barros – Bartolomeu Nunes, lavrador e morador na mesma freguesia. Termo de juramento aos sobreditos fintores.
147v	1613.04.20	Termo da Câmara. Presenças: Diogo Fernandes Verdelho, juiz ordinário; vereadores Vicente Ribeiro de Pina e Domingos Rodrigues Carvalho; o procurador Gomes Fernandes e o escrivão Domingos Leitão. Termo de entrega de uma cadeia de ouro, com um crucifixo também de ouro, na mão e poder de Gomes Fernandes, procurador do Concelho, que haviam sido entregues por

		João Fernandes Valadão ao anterior procurador Estêvão Dias; Termo de uma notificação que o porteiro Tomé Dias fez a algumas pessoas desta vila por mandado do juiz e vereadores: Diogo Dias e Diogo Soares, marchante, para que não deixassem passar o seu gado da estrada que ia da vila para Apaúl, para a banda das vinhas.
149	1613.04.24	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Diogo Fernandes Verdelho; os vereadores Vicente Ribeiro de Pina e Pêro Gonçalves, o procurador Gomes Fernandes e o escrivão Domingos Leitão. Termo da entrega da menina enjeitada que criava Resposta Mateus, dona viúva moradora nesta vila, ao procurador do Concelho Gomes Fernandes, bem como do outro enjeitado (referência à finta dos enjeitados).
150v	1613.04.27	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Verdelho; os três vereadores; o procurador e o escrivão. Termo da eleição dos três sacadores que haviam de arrecadar a finta dos enjeitados e levada de presos nesta vila e suas freguesias. Nota: A parte do texto onde constariam os nomes encontra-se em branco; Termo de eleição de dois quadrilheiros, um nesta vila e outro na freguesia de Santa Margarida da Serra: Diogo Gonçalves <i>Tangalarino</i> (vila) e André Gonçalves Caldeira (Santa Margarida da Serra); Termo de juramento dado aos dois quadrilheiros eleitos no termo atrás.
153	1613.05.04	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
153v	1613.05.11	Termo da Câmara. Presenças: Vicente Ribeiro de Pina, vereador mais velho e juiz pela Ordenação; Domingos Carvalho e Pêro Gonçalves, vereadores; o procurador Gomes Fernandes e o escrivão. Termo de apresentação de uma pele de loba grande e de três peles de lobinhos por parte de Pêro Fernandes, lavrador e morador no Azinhal, termo desta vila, que os matara na herdade do Carvalhal, requerendo que lhe mandassem pagar as ditas peles, o que foi deferido pelos oficiais.
154v	1613.05.15	Termo da Câmara. Presenças: Vicente Ribeiro de Pina, vereador mais velho e juiz ordinário pela Ordenação; os vereadores Domingos Rodrigues Carvalho e Pêro Gonçalves; o procurador Gomes Fernandes e o escrivão. Termo de fiança que deu o alcaide Jerónimo Pinto, às perdas e danos que ocorressem enquanto servisse o seu cargo de alcaide nesta vila, apresentando Henrique de Matos, morador nesta vila, pessoa honrada e abastado em bens e fazendas, por seu fiador, na importância de 20000 réis, conforme a Ordenação, pelo período de três anos; Termo de eleição de quatro fintores, homens bons e de sãs consciências, para fazerem a finta das obras da ponte de Alpompilher (sic): Manuel Fernandes, procurador do número, e Jorge Luís de Lagos, ambos nesta vila moradores; para a freguesia de Santa Margarida da Serra Aleixo Fava e para os Barros João Nunes.

156	1613.05.19	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
156v	1613.05.22	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
157	1613.05.25	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
157v	1613.06.01	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
158	1613.06.08	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de leitura do regimento aos oficiais da Câmara.
158v	1613.06.16	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de como foram apregoadas pelo porteiro Tomé Dias, ao Domingo, à saída da missa, as quatro provisões régias que tratavam sobre os comendadores e cavaleiros pagarem todos coimas aos almotacés das cidades e vilas, de um regimento dos oficiais da Câmara sobre os bens e foros do Concelho e a maneira como se haviam de aforar, e da provisão sobre quem quisesse ir à conquista do rio Maranhão, no Brasil.
159v	1613.06.22	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
160	1613.06.29	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de juramento dado aos almotacés Heitor Nunes Raposo e Martim Parreira, vereadores do ano transato, para servirem nos meses de julho, agosto e setembro.
160v	1613.07.03	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
161	1613.07.06	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de leitura do regimento aos oficiais da Câmara. Termo de eleição de um sacador na freguesia de Nossa Senhora dos Barros para arrecadar a finta da ponte de Alpompilher: Alonso Sanches, morador na freguesia dos Barros, por ser homem de boa e sã consciência e abonado em bens.
162v	1613.07.10	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Pêro Gonçalves e Domingos Carvalho; o procurador e o escrivão. Termo de entrega de quarenta sentenças de coimas que o rendeiro António Rodrigues deu ao alcaide João Gonçalves para ele as arrecadar para o Concelho.
163	1613.07.13	Termo da Câmara. Presenças: todos, exceto Domingos Carvalho. Termo da eleição de dois sacadores da finta da ponte de Alpompilher, desta vila e de Santa Margarida da Serra: Palos Nunes, para a vila e freguesia e o quadrilheiro André Gonçalves Caldeira para Santa Margarida da Serra; Termo de como foram eleitos quatro fintores para fazerem a finta dos lobos nesta vila e termo dela: para a vila Manuel Fernandes, procurador do número, e André Carvalho; para Santa Margarida da Serra Aleixo Fava, lavrador e morador na dita freguesia, e para a freguesia dos Barros Bartolomeu Nunes, lavrador e morador na mesma freguesia.
164v	1613.07.17	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de juramento dado aos fintores que haviam de fazer a finta dos lobos: para a vila e freguesia Manuel Fernandes, procurador do número, e André

		Carvalho, ambos moradores nesta vila; para Santa Margarida Aleixo Fava e para os Barros João de Vilhana.
165v	1613.07.20	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
165v	1613.07.24	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de eleição de três sacadores para arrecadarem a finta dos lobos nesta vila e seu termo: para a vila e freguesia, Estêvão Martins, alfaiate morador nesta vila; para Santa Margarida da Serra Bastião Fava, lavrador e morador na dita freguesia e para a freguesia de Nossa Senhora dos Barros Mateus Nunes, lavrador e morador na dita freguesia; Termo de juramento dado aos sacadores que haviam de arrecadar a finta dos lobos.
167	1613.07.17	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
167v	1613.07.29	Termo da Câmara. Presenças: juiz e vereadores e o tabelião Baltazar de Araújo em substituição do escrivão da Câmara Domingos Leitão. Termo de escusa dos sacadores Mateus Nunes dos Barros; Vicente Estaço, viúvo, e Bastião Fava de Santa Margarida, por constar ter sua mulher de cama doente e em risco de morte. Deste modo, para Santa Margarida elegeram João Jorge da Adega e para os Barros a Francisco Gonçalves, sapateiro.
168	1613.08.03	Termo da Câmara. Presenças: todos e Rui Vaz de Sousa, escrivão da Câmara substituto. Fiança de 20000 réis que deu João Gonçalves, alcaide, às perdas de seu ofício: Manuel Lopes, o Velho, morador nesta vila; Desobrigação a Marcos Dias do privilégio de Nossa Senhora de Guadalupe, de acordo com a nova lei que não deixava que pedisse quem tivesse mais de 200000 réis e, como estava prestes o tempo de pedir pelas eiras, rogou aos oficiais que o desobrigassem do seu privilégio; Entrega do privilégio de Nossa Senhora de Guadalupe a André Martins, alfaiate, morador nesta vila, para pedir na vila e freguesia e gozar do mesmo.
169v	1613.08.07	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
169v	1613.08.09	Termo da Câmara. Presenças: faltou Domingos Carvalho. Os oficiais discutiram o facto de muitas pessoas se queixarem de existirem nesta vila muitos homens sem ofício, sem casa nem família nela, os quais andavam vadios toda a noite, destruindo as vinhas, fazendas e outras benfeitorias. Sobre este assunto determinaram que o escrivão notificasse a António de Macedo, filho de Jerónimo Pinto, que serviu de alcaide e a João Mateus Amado, de alcunha, com pena de dez cruzados e trinta dias de cadeia para que dentro de dois dias saíssem desta vila sob pena de, não o fazendo, incorrerem na dita pena.
170	1613.08.14	Termo da Câmara. Presenças: faltou Domingos Carvalho. Inexistência de assuntos.
170v	1613.08.16	Termo da Câmara. Presenças: faltou o procurador. Inexistência de assuntos.

171	1613.08.25	Recebimento de 5000 réis à conta das bulas contidas no termo atrás, fólio 142. Nesta data, nas pousadas do escrivão da Câmara, apareceu Domingos Rodrigues Arrais, morador na cidade de Évora, caminheiro da Bula da Santa Cruzada, e disse que recebera a referida importância das mãos de Brás Rodrigues, tesoureiro da Bula, nesta vila.
172v	1613.08.28	Termo da Câmara. Presenças: Apenas o vereador Pêro Gonçalves e o escrivão. Inexistência de assuntos.
172v	1613.08.31	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Diogo Fernandes Verdelho; o vereador Pêro Gonçalves (embora Domingos Carvalho também assinasse); o procurador e o escrivão. Termo de como o escrivão leu aos vereadores o seu regimento.
173	1613.09.07	Termo da Câmara: faltou o vereador Domingos Carvalho. Inexistência de assuntos.
173v	1613.09.11	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
174	1613.09.28	Termo da Câmara. Presenças: faltou o juiz.
174	1613.09.30	Termo de juramento que foi dado aos dois almotacés Bartolomeu Vaz Frayão e André Vilhana, juizes no ano anterior, para exercerem os seus cargos nos meses de outubro, novembro e dezembro.
175	1613.10.02	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Pêro Gonçalves e Domingos Carvalho; o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
175	1613.10.05	Termo da Câmara. Termo de fiança que deu Eliseu Jorge, estalajadeiro da venda da Anisa às perdas e danos que sucedessem na sua estalagem: Eliseu Jorge disse que tomara de arrendamento por oito anos a venda da Ribeira da Anisa, no termo desta vila, “da mão e poder de Gonçalo Calado, morador nesta dita vila” tendo o dito Gonçalo Calado sido seu fiador.
176	1613.10.09	Termo da Câmara. Presenças: faltou o juiz. Inexistência de assuntos.
176v	1613.10.16	Termo da Câmara. Presenças: faltou o juiz. Inexistência de assuntos.
177	1613.10.19	Termo da Câmara. Presenças: faltou o juiz. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
177v	1613.10.26	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Diogo Fernandes e todos os outros. Termo de juramento dado a Manuel Rodrigues, morador na herdade dos Penedos, termo de Santiago do Cacém, que mostrou uma pele de um lobo grande que disse ter matado no termo de Grândola, na Lagoa da Água Salgada, e requereu que lhe fosse paga, o que foi deferido.
178v	1613.10.27	Termo da Câmara. Presenças: todos. Termo de arrematação da carniçaria desta vila a Diogo Soares, morador nesta vila, até dia de Todos-os-Santos, pelos seguintes preços: carneiro e porco a 13 réis cada arrátel, a porca a 10 réis, o varrão a 9 réis, a vaca a 11 réis, o chibo a 8 réis, a cabra a

		5 réis, dando por fiador Diogo Raposo.
179v	1613.11.02	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Vicente Ribeiro de Pina e Pêro Gonçalves; o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
180	1613.11.06	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
180	1613.11.07	Termo de entrada de 60 porcos, grandes e pequenos e machos e fêmeas, de Estêvão Fernandes, morador em Ferreira, no montado de António Rodrigues, das Ferrarias, que foi fiador (contém assinatura de António Rodrigues).
181v	1613.11.09	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
181v	1613.11.12	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Vicente Ribeiro de Pina e Domingos Rodrigues de Carvalho; o procurador e o escrivão. Termo do preço do pão do terço da Redízima: os vereadores mandaram chamar à Câmara João Rombo e o seu parceiro, rendeiros da redízima, e acordaram com eles de se vender o terço do trigo a sete vinténs cada alqueire, o centeio a oitenta réis e a cevada a setenta réis.
182v	1613.11.13	Termo da Câmara. Presenças: o vereador Pina e o escrivão. Inexistência de assuntos.
182v	1613.11.08	Termo de entrada de doze porcos de Diogo Rodrigues Beirão, do termo da vila do Torrão, morador na herdade da Anisa. Os porcos iam para o sovelal e montado de Vale de Joana que era de Gaspar Rodrigues da Anisa, sendo fiador o dito Gaspar Rodrigues. Nota: Gaspar Rodrigues da Anisa era Gaspar Rodrigues Beirão, muito provavelmente irmão de Diogo Rodrigues Beirão.
184	1613.11.16	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
184	1613.11.23	Termo da Câmara. Presenças: faltou o juiz. Termo de juramento que foi dado a Manuel Fava, taberneiro nesta vila “para ele fazer verdade em sua taberna” nas coisas que vendia ao povo; Termo de leitura do regimento aos oficiais da Câmara.
186	1613.12.04	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
186	1613.12.07	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
186v	1613.12.11	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
187	1613.12.14	Termo da Câmara. Presenças: todos. Inexistência de assuntos.
187v	1613.12.25	Junta dos vereadores em Câmara para a abertura do pelouro: para juízes João Dias Paião, desta vila, e Pêro Gonçalves Serra, da Corte do Freire; para vereadores João Fernandes Valadão, Bartolomeu Luís e Manuel Calado e para procurador do Concelho Bastião Rodrigues, sapateiro, morador nesta vila; Termo de leitura do regimento aos vereadores.

189v	1613.12.31	Junta dos vereadores. Presenças: todos. Declaração das coisas do Concelho: - A justificação do menino enjeitado que estava sendo criado por André Mendes, da Silveira, ficara em poder do escrivão António Botelho para se acabarem de tirar duas testemunhas sobre se dar sentença sobre quem seria seu pai; - Ficou por pedir ao padre Luís Roubão a sentença que ele houve da Relação em favor da Câmara; - Ficou por pagar ao escrivão da Câmara do segundo quartel e do derradeiro que havia de ser pago do dinheiro do Concelho; Termo de juramento dado aos vereadores que saíram no pelouro aberto no dia de Natal: Pedro Gonçalves Serra protestou por ser parente de um dos vereadores e de um dos tabeliães; Termo de juramento a dois almotacés para servirem em janeiro, fevereiro e março – não são mencionados os nomes e assina Filipe Rodrigues.
193	1614.01.04	Primeira Câmara que os juízes, vereadores e procurador do Concelho que saíram no pelouro realizaram, a saber: juízes João Dias Paião e Pêro Gonçalves da Serra; o procurador Bastião Rodrigues e o escrivão. Termo de entrega do selo da Câmara ao vereador mais velho do ano anterior Vicente Ribeiro de Pina; Termo de entrega das chaves do cofre dos pelouros aos vereadores do ano anterior. No final é referido que as chaves acabaram por ser entregues aos oficiais que serviam nesse ano, a mando do corregedor da Comarca, Manuel da Costa; Termo de entrega dos padrões, balanças, medidas e mais pesos do Concelho a Sebastião Rodrigues, sapateiro, morador na vila e procurador do Concelho. Como o procurador se ausentara com a sua família para fora tudo isto foi entregue a Pêro Carvalho Verdelho, eleito procurador em lugar de Brás Rodrigues Caixeiro que substituíra Sebastião Rodrigues; Termo de como o escrivão leu aos vereadores o seu regimento; Termo de entrega da arca da Câmara ao vereador mais velho, João Fernandes Valadão.
198	1614.01.06	Termo da Câmara. Presenças: João Dias Paião, juiz ordinário; João Fernandes Valadão, Bartolomeu Luís e Manuel Calado, vereadores; Gomes Fernandes, procurador substituto devido à ausência do eleito Bastião Rodrigues e o escrivão Domingos Leitão. Inexistência de assuntos.
198v	1614.01.11	Termo da Câmara. Presenças: os mesmos que na sessão anterior. Inexistência de assuntos.
198v	1614.01.12	Termo da Câmara. Presenças: os juízes João Dias Paião e Pêro Gonçalves Serra; os vereadores Bartolomeu Luís, João Fernandes Valadão e Manuel Calado; Gomes Fernandes, procurador substituto e o escrivão Domingos Leitão. Termo de juramento e acordo que os juízes e vereadores fizeram com Tomé Dias, morador nesta vila, para servir de porteiro do Concelho.

200	1614.01.15	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião; os vereadores; o procurador Gomes Fernandes e o escrivão. Termo do preço do pão do terço de trigo e centeio: mandaram chamar João Seco, rendeiro da Comenda, e acordaram o trigo a 170 réis o alqueire e o centeio a 90 réis o alqueire, tendo logo realizado a repartição do mesmo a pobres e a ricos; Termo de requerimento que o escrivão fez, por mandado dos juizes e vereadores, a Bastião Rodrigues, sapateiro desta vila, que saíra por procurador do Concelho: o escrivão não o encontrou em casa mas na Praça e notificando-o para que, com pena de dez cruzados, servisse o ofício de procurador do Concelho ele disse que iria requerer em Câmara sobre esse assunto.
202	1614.01.18	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores; o procurador substituto e o escrivão. Termo de como Romão Chainho, morador nesta vila, recebedor do cabeção das sisas no ano anterior, entregou em Câmara certidão de quitação do almoxarife de Sua Majestade, Miguel Osório.
203	1614.01.19	Termo da Câmara. Presenças: os juizes Paião e Serra; os vereadores; o procurador substituto e o escrivão. Termo de arrematação da renda da almotaxaria do verde desta vila e seu termo a Gaspar Coelho, pisoeiro e morador na Ribeira da Anisa, do termo desta vila, por preço de 30 000 réis em dinheiro pagos em três quartéis iguais em maio, setembro e dezembro e vinte e quatro varas vermelhas para os juizes e vereadores e seis varas verdes para os quadrilheiros com as armas do rei.
204	1614.01.25	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião; os vereadores e o escrivão. Termo do recebedor das sisas e bens de raiz, Romão Chainho, feito em Câmara.
204v	1614.01.29	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores; o procurador substituto e o escrivão. Inexistência de assuntos.
205	1614.02.01	Termo da Câmara: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores; o procurador Gomes Fernandes e o escrivão.
205v	1614.02.02	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores e o escrivão. Inexistência de assuntos.
205v	1614.02.05	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião; os vereadores; o procurador Gomes Fernandes e o escrivão. Inexistência de assuntos.
206	1614.02.08	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião; os três vereadores; o procurador Gomes Fernandes e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
206v	1614.02.20	Apareceu em Câmara, perante o juiz e os vereadores, o padre frei António de Magalhães, religioso da Ordem da Santíssima Trindade, que como procurador da dita Ordem, apresentou

		uma provisão real na qual derogava as leis sobre os mamposteiros da Santíssima Trindade terem de seu mais de 200 000 réis. Em conformidade, os oficiais chamaram Gaspar Gonçalves Neves, morador nesta vila, para que usasse do dito cargo de mamposteiro, assim como também o tornassem a usar os restantes mamposteiros do termo, que o foram antes da lei agora derogada: André Martins, alfaiate; João Luís Pacheco e Manuel Dias, da Água d'el Rei.
208	1614.02.22	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião; os vereadores; Gomes Fernandes, que servia de procurador do Concelho, e o escrivão. Termo da eleição dos fintores para a finta do padre pregador: para a vila – Diogo Raposo e Pêro Carvalho Verdelho; para a banda da Anisa – Manuel Carrasqueiro, do Canal, e da banda do Aleidão Mateus Vaz, da Paixão.
209v	1614.02.25	Termo de juramento dado aos fintores da finta do padre pregador na importância de 18 050 réis.
210v	1614.03.01	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião; os vereadores; Gomes Fernandes Corvo, que servia de procurador do Concelho, e o escrivão. Inexistência de assuntos.
211	1614.03.02	Termo da Câmara. Presenças: sendo ao Domingo estiveram os juízes Paião e Serra; os três vereadores, o escrivão e as mais pessoas que costumavam andar na governança. Eleição de um procurador do Concelho em lugar de Bastião Rodrigues porque ao tempo em que este saíra no pelouro já havia vendido a maior parte dos seus bens móveis e de raiz e estava de saída com sua família para a vila de Ferreira, onde tinha já alugado casa, e à data, já se encontrava na vila referida; Termo da tomada dos votos para a eleição do procurador do Concelho tendo sido eleito Brás Rodrigues, caixeiro, morador nesta vila.
212v	1614.03.05	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião; os vereadores; o procurador do Concelho, Brás Rodrigues, caixeiro, e o escrivão. Termo do acordo sobre o preço do pão cozido que as padeiras venderiam ao povo por existirem padeiras que o vendiam pelo preço que queriam sem cumprirem o seu regimento.
213v	1614.03.09	Termo do pregão do peso do pão cozido que se havia de vender ao povo.
214	1614.03.08	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião; os vereadores; o procurador e o escrivão.
215	1614.03.14	Termo da entrega de cem bulas a quarenta réis cada uma, de cento e cinquenta a oitenta réis cada uma, de trinta bulas de defuntos, de dez bulas de composição e de uma bula de duzentos réis que fez Francisco Grácio, procurador das bulas da Santa Cruzada do Arcebispado de Évora, a Brás Rodrigues, caixeiro, morador nesta vila de Grândola.
215v	1614.03.15	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Requerimento de Brás Rodrigues, procurador do Concelho, ao juiz e vereadores, requerendo que

		o escusassem de ser procurador por ele ser depositário das bulas da Santa Cruzada e da esmola delas na vila e seu termo, mostrando o seu privilégio que foi lido pelo escrivão e estava conforme ao privilégio dos cativos. Em seu lugar foi eleito Rui Dias Santos, que já havia servido outras vezes o cargo de procurador do Concelho. De seguida é referido que a eleição não teve efeito por não ter sido realizada em conformidade com a Ordenação. Procederam, por isso, a nova eleição e saiu eleito Pêro Carvalho Verdelho para o cargo de procurador do Concelho.
217	1614.03.19	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião; os vereadores; Brás Rodrigues, procurador do Concelho (?) e o escrivão. Inexistência de assuntos.
217v	1614.03.22	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores e o escrivão. Inexistência de assuntos.
217v	1614.03.23	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião; os vereadores e o escrivão. Termo da tomada dos votos para a eleição do procurador do Concelho tendo sido eleito Pêro Carvalho Verdelho. Os restantes eram Manuel Álvares, Rui Dias Santos, Francisco Ferreira e Estêvão Dias.
219	1614.03.26	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de apresentação de um alvará de correr do provedor desta Comarca para Diogo Dias, morador nesta vila, ser recebedor das sisas nesta vila e termo.
220	1614.04.02	Termo da Câmara. Presenças: todos, exceto o juiz Serra que, até esta data, raramente assistia às sessões. Termo de juramento dado aos almotacés Gomes Fernandes Corvo e Domingos Rodrigues Carvalho para servirem nos três meses seguintes; Termo da conta que o juiz e vereadores tomaram a Gomes Fernandes Corvo, procurador do Concelho no ano anterior.
222v	1614.04.11	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Nesta sessão esteve presente o Dr. Manuel da Costa Valadares, corregedor da Comarca, provendo nas coisas tocantes ao bem comum, que mandou que elegessem pessoa segura e abonada para ter o cofre dos órfãos pois não podia estar em poder do escrivão da Câmara onde se encontrava. Neste sentido, os oficiais nomearam Luís Vaz Louseiro, morador nesta vila, por ser pessoa muito abonada em bens de raiz e móveis, dos principais da terra e do governo dela. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
223v	1614.04.16	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
223v	1614.04.19	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
224v	1614.04.23	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo da

		entrega da pilha, pesos, balanças, medidas, craveira e vara do Concelho que estavam fechados no armário da Câmara, efetuada pelo procurador do ano anterior Gomes Fernandes Corvo aos oficiais que, por sua vez, os entregaram ao novo procurador Pêro Carvalho Verdelho. Contém a menção de todas as peças.
226	1614.04.26	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de entrega de Antónia, menina enjeitada que havia criado Responsa Mateus, viúva, moradora nesta vila, e depois dela Gomes Fernandes, morador nesta vila, ao mesmo Gomes Fernandes, por mais um ano até ao dia de Janeiro, pela importância de 3 200 réis.
227v	1614.05.07	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo da eleição de quadrilheiros para a vila e para as duas freguesias do termo: Afonso Rodrigues Farelão, Gonçalo Fernandes Trabalhado, Diogo Gonçalves <i>Trangalino</i> e António Rodrigues que foi rendeiro. (Atente-se nas alcunhas. O fólio seguinte foi totalmente truncado).
229	1614.05.10	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
229v	1614.05.14	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. André Soveral, lavrador e morador na Algeda, do termo desta vila, mostrou seis peles de lobinhos pequenos que disse ter morto no sítio da Algeda, requerendo que lhos mandassem pagar.
230v	1614.05.17	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores; Termo de desobrigação feita a Diogo Dias, recebedor das sisas por carta de Sua Majestade, por Romão Chainho ter já recebido dinheiro de uns e de outros e Diogo Dias concordar que ele fizesse a cobrança até ao final do ano.
231v	1614.05.24	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de apresentação de cinco peles de lobinhos pequenos, machos e fêmeas, por Manuel Pinela, morador na Sernada do termo desta vila, que disse que os tomara no ninho no sítio do Brejo de Rui Gago, requerendo que os juízes e vereadores lhos mandassem pagar; Termo da eleição do sacador Bastião Álvares para arrecadar nesta vila as esmolos que os fiéis quisessem dar para Nossa Senhora de Guadalupe.
233v	1614.05.28	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
234	1614.05.31	Termo da Câmara. Termo de juramento dado a Manuel Gonçalves, lavrador e morador na Caniceira, do termo desta vila que apresentou em Câmara oitos peles de lobinhos pequenos que

		tomara vivos no sítio do Genrinho, requerendo que lhos mandassem pagar.
235	1614.06.04	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
235v	1614.06.07	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Provimento sobre se não agasalhar de dia nem de noite pessoa alguma nos fornos de cozer pão: o procurador disse que nos fornos de cozer o pão desta vila se agasalhavam homens forasteiros que vinham de fora da terra dos quais suspeitavam que realizassem furtos e outras coisas mal feitas, que faziam também nos mesmos fornos, e sobre isto requereu que provessem com o remédio necessário. Os oficiais informaram-se sobre o caso e fizeram postura de acordo com a qual “toda a pessoa de qualquer qualidade que for assim da terra como de fora dela homem ou mulher que for achado de dia ou de noite dentro nos fornos de cozer o pão pagará quinhentos réis para as rendas deste Concelho não indo arredar alguma coisa e a mesma pena pagará o dono do forno que nos ditos fornos agasalhar ou a isso der consentimento”.
236v	1614.06.08	Termo do pregão do acordo atrás feito pelo porteiro Tomé Dias, ao Domingo, ao sair a gente da missa, em alta voz na Praça da vila.
236v	1614.06.14	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
237	1614.06.18	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
237v	1614.06.21	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
238	1614.06.25	Termo da Câmara. Presenças: apenas o escrivão por todos os restantes se encontrarem fora da terra. O escrivão refere que também esteve o porteiro Tomé Dias que os fora buscar para se juntarem não os encontrando na terra.
238	1615.03.21	Desobrigação feita a Brás Rodrigues das bulas da Santa Cruzada.
LIVRO AB1/4 - 1618.12.01 a 1620.07.04		
1	1618.12.01	Termo da Câmara. Presenças: o juiz ordinário Manuel Calado, os vereadores João Dias Paião e Bartolomeu Luís Neto, o procurador do Concelho Gaspar Martins Chainho e o escrivão Domingos Leitão. Traslado de uma provisão régia passada a requerimento de António Gomes, rendeiro da Comenda, referindo que António Gomes “deixando na vila de Grândola a terça parte dos cem moios de pão que diz que tem de renda que traz da Comenda do Marquês de Ferreira possa tirar

		as duas partes e levar para onde lhe bem [con]vier não sendo para [fora]do reino” independentemente dos acordos, posturas da Câmara e de qualquer provisão em contrário.
1v	1618.12.08	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Manuel Calado; os vereadores João Dias Paião, Bartolomeu Luís Neto e Bernardo de Castro (Bernaldo de Crasto); o procurador Gaspar Martins Chainho e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores; Termo de requerimento do procurador do Concelho requerendo que os oficiais mandassem arrecadar os róis das fintas e coimas que estavam havia meses em posse dos sacadores sem lhe serem tomadas contas. Refere-se que quem não quisesse pagar seria preso, ou seus escravos por ele; Termo de como mandaram ao alcaide João Raposo que servisse o seu ofício até mostrar nova apresentação de quem a podia dar, por ser morto Dom Fernão Martins Mascarenhas, alcaide-mor desta vila. Raposo informou que o filho de Dom Fernão Martins já se encontrava provido no cargo.
5	1618.12.09	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Calado, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de um requerimento que o procurador do Concelho fez ao juiz e vereadores sobre a arrematação da carniçaria desta vila.
5v	1618.12.10	Termo de como o juiz e vereadores mandaram meter em pregão a renda da portagem desta vila, por ordem e mandado do contador do Mestrado de Santiago e da vila de Setúbal. Presenças: o juiz Calado, os vereadores, o procurador e o escrivão. O contador disse que vinha a esta vila tomar posse da alcaidaria-mor por falecimento de Dom Fernão Martins Mascarenhas e mandou que não consentissem alcaide-mor nem alcaide-pequeno postos pelo dito Dom Fernão, por ser falecido. Desta forma, tomou a vara ao alcaide-pequeno João Raposo e a entregou na mão do juiz Manuel Calado e mandou que ele e os outros oficiais elegessem alcaide em nome da Câmara. Seguidamente mandou o contador da Ordem colocar em praça a renda da portagem e que o avisassem do maior lanço que nela se fazia à vila de Alcácer do Sal, onde devia permanecer alguns dias para arrematar a dita portagem. João Raposo, alcaide-pequeno até esta data, lançou na renda da portagem 3 000 réis em cada ano; Termo de como o juiz e vereadores mandaram segunda vez notificar a Pedro Dias, morador nesta vila, para que ele não curasse de medicina nem de cirurgião nesta vila e seu termo, sob pena de pagar 6 000 réis a Luís da Costa, cirurgião graduado.
7v	1618.12.15	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Manuel Calado, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de como o juiz e vereadores trataram de eleger alcaide-pequeno para servir nesta vila e seu termo enquanto Sua Majestade não mandasse o contrário tendo elegido o mesmo João

		Raposo a quem entregaram a respetiva vara; Termo de um protesto que o juiz e vereadores mandaram escrever e que foi apresentado por António Vaz Verdelho, barbeiro, como fiador que era do rendeiro Lázaro Nunes, relativo ao facto deste não ter cumprido algumas obrigações como eram certas varas de calçada.
10v	1618.12.18	Termo da Câmara. Presenças: Manuel Calado, juiz ordinário; os vereadores; o procurador e o escrivão. Termo do que o procurador do Concelho requereu ao juiz Jorge Pires Gaioso e ao seu parceiro sobre se fazerem averiguações sobre a paternidade de uma menina enjeitada, o que ainda não se tinha efetuado.
11	1618.12.15	Requerimento de Diogo Eanes Beirão ao juiz e vereadores para que lhe mandassem dar a escritura da compra de um chão, assinada pelos oficiais do ano anterior; Termo de como o juiz e vereadores mandaram chamar à Câmara alguns homens do povo que andavam na governança: Gonçalo Calado, Bartolomeu Vaz Frayão, Vicente Ribeiro de Pina e Brás Martins Pato para analisarem as posturas tendo, nomeadamente, derogado a postura dos pardais por ser considerada opressiva; a postura sobre se estacionarem as carretas nos rocios; sobre a caiação das testadas das casas da vila; sobre os quintais e sobre o gado vacum e miúdo.
13v	1618.12.22	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Calado e todos os outros. Inexistência de assuntos.
14	1618.12.25	Junta dos vereadores em Câmara para abertura do pelouro. Presenças: todos. Saíram no pelouro as seguintes pessoas: para juízes João Fernandes Valadão, falecido, e Pêro Gonçalves Serra; para vereadores Heitor Nunes Raposo, Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa, e Manuel Pires Guerra; para procurador André Martins, alfaiate.
17	1618.12.26	Junta de vereadores. Presenças: os juízes Jorge Pires Gaioso e Manuel Calado; o procurador do Concelho Gaspar Martins Chainho e o escrivão. Termo de eleição de um juiz em lugar de João Fernandes Valadão, por este haver falecido. Protesto apresentado pelo procurador para que os juízes e vereadores lhe entregassem o dinheiro das fintas dos lobos, enjeitados e das coimas que o provedor da Comarca condenara para o Concelho, bem como o dinheiro dos foros que se pagavam ao Concelho, entre outras coisas.
18	1618.12.30	Junta de vereadores. Presenças: o juiz Calado e os vereadores Castro e Neto. Auto que o juiz e vereadores mandaram fazer sobre a eleição do juiz que se havia de eleger em lugar de João Valadão. Refere-se que certas pessoas queriam ser eleitas por suborno e à força das armas o que conduziu ao adiamento da eleição que se realizaria pelos novos eleitos.
19v	1618.12.31	Junta dos vereadores em Câmara. Presenças: os juízes Jorge Pires Gaioso e Manuel Calado, os

		<p>vereadores João Dias Paião, Bartolomeu Luís Neto e <i>Bernaldo de Crasto</i> e o procurador do Concelho Gaspar Martins Chainho. Termo de juramento dado aos vereadores e ao procurador que saíram no pelouro que se abriu dia de Natal: Heitor Nunes Raposo, Manuel Pires Serra e Vicente Gonçalves da Várzea Raposa, vereadores, e André Martins, alfaiate, para procurador; Termo de eleição que fizeram os juízes e vereadores de dois almotacés: Manuel Amado, da vila, e Francisco Soveral, do termo; Termo de juramento dado aos almotacés eleitos; Termo de notificação dos provimentos do corregedor desta Comarca aos dois almotacés; Termo de juramento ao juiz Pêro Gonçalves Serra, morador no termo da vila, que saiu no pelouro que se abriu dia de Natal; Protesto de António Vaz, barbeiro, morador nesta vila, enquanto fiador de Lázaro Nunes, rendeiro da renda da almotaçaria, para que ele pagasse o dinheiro do último quartel do seu arrendamento e que lhe definissem o lugar onde faria as varas de calçada; Termo de um requerimento que o procurador do Concelho, Gaspar Martins Chainho, fez aos juízes e vereadores para que mandassem chamar Lázaro Nunes para este pagar os quartéis que estavam vencidos e para que tomassem também contas ao alcaide João Raposo e aos sacadores das fintas.</p>
26v	1618.09.25	<p>Termo de aceitação de uma menina enjeitada que os juízes e vereadores mandaram criar, por se lhe não achar pai nem mãe, a Maria Rodrigues, mulher de Diogo Martins, trabalhador.</p>
27v	s.d.	<p>Lembrança que os juízes e vereadores fizeram aos oficiais da Câmara que iniciavam funções: estava por arrecadar o derradeiro quartel da renda da almotaçaria; faltava tomar contas ao alcaide João Raposo; faltava tomar contas aos sacadores das fintas dos lobos e enjeitados; faltava tomar contas ao procurador do Concelho e a Gomes Fernandes de dois paus de cera que ele tinha em seu poder desde o ano em que fora procurador que pesavam cerca de duas arrobas e que eram para a reformação do círio de Nossa Senhora da Troia que a Câmara e o povo da vila tinham por sua antiga devoção; pediram que mandassem pôr em arrecadação os mandados de todos os revéis que haviam deixado de pagar nas fintas dos lobos e dos enjeitados; ficou por pagar ao escrivão o derradeiro quartel; Lázaro Nunes, rendeiro da almotaçaria, devia cinquenta varas de calçada e uma escama de calçada ao cabo da estrada do Zambujal; faltava tomar contas a Manuel Álvares do Pombal do que ele ficou a dever do dinheiro das fintas que eram 4 500 réis; a este Manuel Álvares estava o Concelho a dever 5 003 réis que ele gastara acima do que recebera relativos ao ano anterior em que fora procurador do Concelho; Ficara por cobrar do padre Luís Roubão a sentença que a Câmara de Grândola houve contra a de Alcácer do Sal “para lá entrarem os nossos vinhos e as mais mercadorias e os pastos serem como dantes”.</p>

29v	1619.01.02	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores Heitor Nunes Raposo, Manuel Pires Guerra e Vicente Gonçalves; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Chamaram o guarda António Gonçalves e mandaram que exercesse o seu cargo de guarda de todas as benfeitorias desta vila e do seu termo, tanto de dia como de noite, da maneira que servira até à data, lançando coimas enquanto não existisse rendeiro do verde (almotaçaria), a qual renda já andava em pregão e assim que houvesse rendeiro ele lhe pagaria todos os dias que tivesse servido de guarda e as coimas que ele tivesse feito, lançadas em livro, seriam para o rendeiro; Termo da entrega da pilha, pesos e balanças deste Concelho ao procurador André Martins, alfaiate; Termo da entrega das duas chaves da arca do cartório da Câmara, onde guardavam todos os papéis da Câmara, ao vereador mais velho Heitor Nunes Raposo e ao escrivão da Câmara.
33	1619.01.03	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores Manuel Pires Guerra e Vicente Gonçalves Soveral; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão; Termo da entrega do púlpito da quaresma - sermões na igreja Matriz pagos pela Câmara e ditos nas sextas-feiras e domingos da quaresma - ao padre frei Francisco Correia, morador no mosteiro de Santos da vila de Montemor-o-Novo, da Ordem de São Domingos, por ser muito aceite neste povo e muito bom pregador, que havia apregoado os sermões da quaresma do ano anterior, com o vencimento de 16 000 réis; Referência ao facto do procurador do Concelho não se encontrar em casa, o que transmitiu sua mulher Maria Magra, por andar no termo usando do seu ofício de alfaiate; Termo de aceitação dos sermões da quaresma pelo padre frei Francisco Correia. (Este último termo foi escrito pelo tabelião Baltazar de Araújo, por o escrivão se ter ausentado); Termo da entrega do selo da Câmara ao vereador mais velho Bartolomeu Luís Neto; Termo da entrega das três chaves do cofre onde estavam os pelouros aos oficiais da Justiça desta vila.
38v	1619.01.05	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores Manuel Pires e Vicente Gonçalves; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Termo sobre a eleição de um mamposteiro para pedir em São Lourenço. Esteve presente o padre frei donato de Santo António, freire professo da Ordem da Santíssima Trindade do Mosteiro da cidade de Lisboa e requereu aos oficiais que elegessem três homens de sã e boa consciência para deles se escolher um para mamposteiro da Santíssima Trindade da ermida de São Lourenço, no termo desta vila: Gaspar Martins, dos Padrões; Bastião Luís, o moço, e André Estácio. O escolhido foi Bastião Luís, morador em Corte do Fundo.

40v	1619.01.06	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores Manuel Pires e Vicente Gonçalves; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
41v	1619.01.12	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Termo de quitação de 30 mil réis que entregou Romão Chainho a Manuel Rodrigues, recebedor das sisas; Termo de eleição de Manuel Dias, da Índia, morador na vila, para alcaide pequeno nesta vila e seu termo, enquanto durasse o impedimento de João Raposo, proprietário da vara de alcaide; Termo de aceitação do porteiro do Concelho, Luís Dias.
44v	1619.01.13	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Termo de eleição de um juiz ordinário, em lugar do falecido João Fernandes Valadão e de arrendamento da renda da almotaçaria, por ela andar havia muitos dias em pregão. Votaram em Martim Parreira, Francisco Rodrigues Frayão, João Dias Paião e em Gonçalves Calado. Foi eleito Francisco Rodrigues Frayão, morador nesta vila.
46v	1619.01.19	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Inexistência de assuntos.
47	1619.01.26	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Francisco Rodrigues Frayão; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Conta que os oficiais da Câmara tomaram ao procurador do Concelho do ano anterior, Gaspar Martins Chainho.
48v	1619.01.30	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Francisco Rodrigues Frayão; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Protesto feito pelo procurador do Concelho requerendo aos oficiais que, com muita brevidade, mandassem fazer as pontes da ribeira, que estavam sem elas e não havia passagem para o povo, nem para as mulheres e meninos poderem vir ouvir missa aos domingos e dias santos, o que era obrigatório; Referência à plantação de bacelo numa estrada que era serventia do povo e que foi tapada pelo padre António Ferreira. A estrada ficava entre o bacelo do dito padre e o bacelo do Jerónimo Amado. Os oficiais foram ver a

		<p>estrada na companhia de Diogo Eanes, cunhado e procurador do dito padre António Ferreira, e mandaram derrubar a parede que Diogo Eanes tinha feito. Mandaram-lhe que não tapasse, nem mandasse tapar a dita serventia, com pena de 20 cruzados. Assentaram que fossem chamados à reunião seguinte homens antigos do povo para declararem, por seus juramentos, se a dita serventia e caminho eram públicos; Termo de como foi entregue Manuel, menino enjeitado, a João Álvares e a sua mulher.</p>
51	1619.02.02	<p>Termo da Câmara. Presenças: os juízes Francisco Rodrigues Frayão e Pêro Gonçalves Serra; o vereador Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Inexistência de assuntos.</p>
51v	1619.02.06	<p>Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo e o escrivão Domingos Leitão. Termo de eleição dos três fintores da finta do padre pregador: Baltazar Rodrigues Viçoso, morador nesta vila; Bartolomeu Rodrigues, da Corte Pequena e Gaspar Martins, dos Padrões.</p>
53	1619.02.09	<p>Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Acordo que os juízes e vereadores fizeram sobre a queima das vides. Acordaram que a postura que tratava da queima das vides não se aplicasse neste presente ano. Acordaram que os donos das vides não eram obrigados a queimá-las nesse ano, exceto as que se encontravam nas estradas públicas, porque os forneiros da vila as queriam aproveitar para os seus fornos.</p>
53v	1619.02.16	<p>Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Termo de juramento dado a Bento Álvares, trabalhador e morador nesta vila, para arrecadar as sentenças do rendeiro João Álvares <i>Jagazinho</i>.</p>
55	1619.02.23	<p>Termo da Câmara. Presenças: o juiz Francisco Rodrigues Frayão; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Os oficiais da Câmara acordaram o que devia de pesar cada pão alvo de 8 réis, pelo que mandaram ao procurador que trouxesse o alqueire de pão. Decidiram que cada pão devia pesar 10 onças perfeitas, visto valer o alqueire do trigo 200 réis e mandaram que assim fosse apregoado ao povo, para conhecimento de todas as padeiras que amassavam para vender e que faziam pão de 8 réis de peso de 10 onças perfeitas; Termo de pregão do provimento anterior feito pelo porteiro do Concelho, Luís Dias, na praça e mais lugares</p>

		públicos.
56v	1619.03.02	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins e o escrivão Domingos Leitão. Inexistência de assuntos.
57	1619.03.09	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Francisco Rodrigues Frayão; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Vicente Gonçalves da Várzea Raposa e Heitor Nunes Raposo; o procurador André Martins (assina André Martins Gago) e o escrivão Domingos Leitão. Termo de leitura do regimento aos vereadores, efetuado pelo escrivão; Termo que mandaram fazer os oficiais da Câmara sobre a eleição de João Gonçalves, morador na aldeia dos Barros, para quadrilheiro da mesma aldeia. João Gonçalves não aceitou afirmando não querer servir o referido cargo e que iria morar fora do termo da vila de Grândola. O vereador Heitor Nunes Raposo mandou-o levar para a cadeia da vila, onde ficaria preso até à reunião de Câmara seguinte, para nela se determinar sobre o caso; Termo de acordo sobre o que se pagaria por um quartilho de leite e pelos queijos. Assentaram que, na vila e seu termo, o quartilho do leite se vendesse por três réis e que os queijos frescos não se vendessem por mais de 5 réis, cada um, sendo estes do tamanho costumado. Quem o contrário fizesse pagaria 1000 réis para as rendas do Concelho; Termo de pregão do acordo anterior; Termo de juramento dado a João Gonçalves, morador na aldeia <i>do quanal</i> (Canal), <i>digo daldeia dos bairros</i> (Barros), para servir de quadrilheiro, durante três anos, na mesma aldeia.
60	1619.03.15	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado a António Pires Arquelau para servir de porteiro da Câmara, enquanto durasse o impedimento de Luís Dias.
61	1619.03.23	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os três vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
61v	1619.03.30	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Francisco Rodrigues Frayão; os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado aos 2 almotacés. Mandaram chamar à Câmara Gaspar Martins Chainho, procurador do Concelho em 1618, e <i>Bernaldo de Crasto</i> (Bernardo de Castro), do Canal, por ter servido no dito ano de vereador mais moço, e sendo vindos foi-lhes dito que, conforme uso antigo e costumado, lhes pertencia servirem de almotacés na vila e seu termo durante os meses de abril, maio e junho. Bernardo de Castro foi substituído por João Dias Paião, devido ao facto deste já ter servido de vereador mais moço, em 1618, “em lugar de João <i>dares</i> ”;

		Termo de notificação da leitura dos provimentos do corregedor desta Comarca aos dois almotacés. Referência a que as audiências que os almotacés tinham de fazer semanalmente ao rendeiro da almotaçaria e às partes, ocorressem no inverno às oito da manhã e no verão às sete da manhã, com pena de 2 mil réis para cativos e acusador e que os almotacés trouxessem sempre as suas varas nas mãos, na vila e no seu termo, quando fizessem seus ofícios, com pena de 10 cruzados.
64	1619.04.06	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os três vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
64v	1619.04.08	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Francisco Rodrigues Frayão; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo e Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa; o procurador e o escrivão. Nesta Câmara elegeram um almotacé para servir com Gaspar Martins Chainho, requerendo para ocupar o cargo a pessoa de João Dias Paião, que serviu de vereador, em 1618, em lugar de João <i>dares</i> , que era vereador mais moço.
65v	1619.04.13	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Francisco Rodrigues Frayão; os vereadores Manuel Pires, da Corte do Fundo, Heitor Nunes Raposo e o escrivão. Termo de abonação de uma fiança que deu Afonso Vaz [Louseiro?] às rendas da Comenda de Alvalade; Termo de como foi requerido João Dias Paião, morador na vila, para tomar juramento no cargo de almotacé. A notificação verbal a João Dias Paião foi feita pelo alcaide João Raposo.
66	1619.04.20	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Pêro Gonçalves Serra; os três vereadores, o procurador e o escrivão. Acordo que o juiz e vereadores fizeram sobre o preço de um alqueire de favas verdes. Assentaram que se apregoasse no dia seguinte, ao saírem as pessoas da missa, que quem vendesse favas as não pudesse vender por preço superior a 30 réis cada alqueire, sob pena de pagar 1000 réis para as rendas do Concelho; Termo de um requerimento apresentado pelo procurador do Concelho no ano de 1618, Gaspar Martins Chainho, para que os oficiais lhe mandassem entregar o dinheiro das fintas dos lobos e enjeitados, que João Raposo, alcaide, tinha em seu poder, para o arrecadar porquanto eram revéis e ele tinha que dar conta dos mesmos ao provedor da Comarca; Termo de eleição de cinco fintores para a finta da criação dos enjeitados, a fazer na vila e no termo: para a vila e sua freguesia, Manuel Fernandes, procurador, e João Espada; para a freguesia de Santa Margarida da Serra, Manuel Vaz, de Vila de Covas; e para a freguesia de Nossa Senhora dos Barros, André [Dias?], do Nicolau. O escrivão anotou de seguida os nomes de Mateus Nunes, para os Barros e de Domingos Carvalho, para a vila.

67	1619.04.21	Termo do pregão do preço das favas verdes apregoado em praça, em alta voz, ao saírem as pessoas da missa, pelo porteiro do Concelho, António Pires.
68v	1619.04.27	Termo de juramento aos fintores da finta dos enjeitados.
69	1619.04.22	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, todos os vereadores (Vicente Gonçalves é referido como sendo da Várzea Redonda), o procurador e o escrivão. Acordo que os juízes e vereadores fizeram sobre “terem prestes” o que lhes ordenou o corregedor da Comarca relativamente à vinda do rei Filipe II de Portugal a este reino. O assunto foi analisado pela Câmara com as pessoas da governança da vila, que à dita Câmara foram chamadas. Determinaram todos que se apregoasse na praça e ruas públicas da vila que nenhuma pessoa dela e do termo, de qualquer qualidade e condição que fosse, não caçasse caça de nenhuma espécie, nem vendessem gado miúdo, nem vacum, com pena de seis mil réis para as obras deste Concelho, até os oficiais da Câmara mandarem o contrário. Determinaram, ainda, que se fizesse o rol de todos os criadores da vila e do termo sobre que gados tinham para vender a fim de ser requerida a vinda de todos à Câmara no domingo seguinte (28 de abril), para que declarassem, sob juramento, toda a espécie de gado miúdo e vacum que cada um deles tinha; Termo do pregão que foi dado pelo porteiro do Concelho, António Pires, do conteúdo do termo anterior, pela praça e ruas públicas da vila.
70v	1619.04.27	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, todos os vereadores, o procurador e o escrivão. Assentaram que se passasse mandado para que o alcaide João Raposo recebesse juramento, nesse mesmo dia, para servir de almotacé, sob pena de ser preso em sua casa, não sendo solto até tomar o juramento.
71	1619.04.28	Termo de notificação aos forneiros desta vila. Apareceu perante o escrivão António Pires Arquelau, porteiro do Concelho, e deu sua fé que ele fora por mandado do juiz e vereadores requerer, com pena de cinco tostões para as obras do Concelho, a todos os forneiros da vila que eles fossem tirar as vides que estavam no cabo da azinhaga, que ia da estrada do Zambujal para o moinho do Roubão, pois por causa deles as não tirarem, as levava a cheia.
72v	1619.05.04	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de entrega de 27 sentenças de coimas ao porteiro, António Pires, na importância de 5962 réis.
73	1619.05.11	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, todos os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
73v	1619.05.12	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, todos os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.

74	1619.05.15	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, todos os vereadores, o procurador e o escrivão. A tinta ferrogálica danificou o fólio. Leitura impossível nos fólhos 74 e 74v. Termo de 12 lobinhos: apareceu João Vaz, do Viso, e Mateus da Costa, do Aleidão, ambos do termo desta vila, e apresentaram aos juizes e vereadores em a dita Câmara 12 lobinhos pequenos que declararam que tomaram ambos no ninho, a saber: João Vaz, do Viso, que tomou os 6 lobinhos na herdade do Viso, termo da vila, e Mateus da Costa, do Aleidão, que tomou os 6 lobinhos no Soveral da Malhada, termo da vila. Ambos requereram aos juizes e vereadores que lhes mandassem pagar os ditos 12 lobinhos, como Sua Majestade estipulava nas Ordenações, tendo os oficiais da Câmara mandado que prestassem juramento sobre os Santos Evangelhos.
76	1619.05.22	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, todos os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de apresentação de 7 lobinhos, por André de Loures, lavrador e morador no Lousal, do termo desta vila. André de Loures disse ter matado os 7 lobinhos no ninho, entre a ribeira de Corona e a ribeira do Lousal Velho, e requereu aos vereadores que os mandassem pagar.
77	1619.05.25	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Manuel Pires e Vicente Gonçalves, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
77v	1619.06.08	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Manuel Pires e Vicente Gonçalves, o procurador e o escrivão. Acordo que o juiz e vereadores fizeram sobre a venda dos gados ao marchante desta vila. A requerimento do procurador do Concelho deliberaram que se apregoasse que nenhuma pessoa da vila e do termo pudesse vender gado de qualquer espécie que fosse, para fora da vila e seu termo, sem primeiro dar conhecimento ao marchante desta vila, para ele dizer se o queria comprar “tanto pelo tanto”. O marchante tinha um dia para ir ver o gado. Caso não o fizesse, os criadores poderiam vender o gado a quem quisessem. No caso dos criadores o venderem, sem dar conhecimento ao marchante, pagariam 2 mil réis para as obras da Câmara. Os oficiais mandaram que se escrevesse e se apregoasse para de todos ser conhecido.
78v	1619.06.09	Termo de pregão do acordo anterior.
78v	1619.06.15	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de eleição de um aferidor das medidas de barro, porque António Dias, oleiro, que até a esta data tinha servido, decidira não usar mais o mesmo ofício. Foi eleito Simão Fernandes, oleiro e morador nesta vila.
79v	1619.06.15	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de entrega de 13 sentenças de coimas que o rendeiro da almotaçaria João Álvares deu em

		pagamento ao Concelho, relativo ao 2.º quartel, na importância de 6.558 réis. Mandaram os oficiais entregar as sentenças no referido valor ao porteiro do Concelho, António Pires, para que este as arrecadasse com as outras, sob pena de ele as pagar de sua casa; Termo de eleição de um sacador para arrecadar na vila e na sua freguesia o rol da finta dos enjeitados deste ano: Bento Álvares, morador na vila, por ser homem de boa e sã consciência, que tinha já tirado outras fintas nesta vila e dado boa conta delas.
81v	1619.06.22	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Manuel Pires e Vicente Gonçalves, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
82	1619.06.26	Termo da Câmara. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
82v	1619.06.30	Presenças: o juiz Serra, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado aos almotacés, Bartolomeu Luís [Neto] e Bernardo de Castro, do Canal. Serviriam durante os meses de julho, agosto e setembro, porque tinham sido vereadores no ano anterior; Termo de notificação dos provimentos do corregedor desta Comarca aos almotacés referidos.
84v	1619.07.10	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Manuel Pires e Heitor Raposo, o procurador e o escrivão. Termo de eleição de um quadrilheiro para a vila e seu termo, até ao fim do mês de Dezembro desse ano, para arrecadar as sentenças de coimas que lhe fossem entregues pelo fiador do rendeiro Lázaro Nunes: António Vaz, morador na vila. O quadrilheiro iria arrecadá-las e fazer outras diligências que lhe fossem mandadas pela justiça. Assentaram que fosse eleito Pêro Carvalho, dos fornos, e mandaram chamá-lo à dita Câmara para juramento.
85v	1619.07.14	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Manuel Pires e Heitor Raposo, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
86	1619.07.19	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de eleição dos fintores da finta dos lobos. Elegeram 5 homens bons do povo para fazerem a finta dos lobos, por ser tempo de a fazer. Para a vila e freguesia: João Fernandes da Horta, desta vila, Gaspar Martins, dos Padrões, e Bartolomeu Rodrigues, da Corte Pequena; para a freguesia dos Barros: João Rodrigues, de Corte Vazio; para a freguesia de Santa Margarida da Serra: Bastião Gonçalves Figueira(?); Termo de eleição de uma mulher obrigada a amassar pão nesta vila e seu termo: Maria da Silveira, viúva e moradora nesta vila, veio à Câmara pedir para se obrigar a dar pão amassado em abundância e bom ao povo e de o ter sempre pronto e de o fazer ao preço que os oficiais ordenassem. Pediu que lhe dessem licença para tal, obrigando sua pessoa, bens e

		fazenda, havidos e por haver. Os oficiais deram-lhe a licença e mandaram que este termo de obrigação se apregoasse ao povo para que nenhuma padeira amassasse pão para vender sem antes ir à Câmara obrigar-se por termo assinado, sob pena de pagarem de coima 1000 réis para as obras da Câmara.
88v	1619.07.21	Termo do pregão do acordo sobre as padeiras não amassarem pão, de nenhuma sorte (qualidade), sem primeiro se obrigarem em Câmara. O porteiro apregoou em alta voz, na praça, ao sair a gente da missa, o provimento atrás, enquanto o escrivão lia o referido provimento.
89	1619.07.24	Termo da Câmara. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de como apareceram perante os oficiais da Câmara Inês Fernandes, Catarina Salgada, Isabel Gomes, Leonesa Dias e Paula Pedrosa, viúvas, moradoras nesta vila, que disseram que pretendiam obrigar-se a dar pão amassado, de toda a qualidade, a este povo, com condição que não haveria de haver mais do que 6 obrigadas, contando com Maria da Silveira. Obrigaram-se por pessoas e bens móveis e de raiz a ter pão amassado e cozido, de toda a sorte, para venderem ao povo desta vila e seu termo, em abastança e bom, conforme os preços postos pela Câmara e de não faltarem com ele, sob pena de pagarem o que fosse posto pelos oficiais. Por todas assinou o escrivão Domingos Leitão e a rogo de Paula Pedrosa assinou o licenciado Gaspar Nunes, morador nesta vila. Termo de outra padeira obrigada a dar pão amassado ao povo, por nome Maria da Costa, desta vila, mulher de João Parreira.
91	1619.07.27	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores Raposo e Pires, o procurador e o escrivão. Termo de eleição de Gaspar Luís, morador nesta vila, para servir de alcaide pequeno, enquanto durasse o impedimento do proprietário João Raposo, por ser capaz para o cargo e o ter servido noutras ocasiões. Termo de leitura do regimento aos vereadores efetuada pelo escrivão Domingos Leitão.
93	1619.08.03	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de um requerimento que o procurador do Concelho André Martins fez aos juizes e vereadores, solicitando que mandassem chamar os sacadores dos róis da finta dos enjeitados e lhe tomassem conta do dinheiro, pois havia muitos dias que aqueles o tinham em seu poder; que arrecadassem o dinheiro que deviam os oficiais da Câmara do ano anterior, em conformidade com o provimento do provedor da Comarca, e que elegessem fintores para a finta dos lobos; Termo de como foram eleitos em Câmara dois sacadores para arrecadarem os róis dos lobos das freguesias de Santa Margarida da Serra e Barros – para St. ^a Margarida António Peixeiro e para os Barros João Gonçalves Cordeiro, por serem autossuficientes e já terem tirado outros e dado deles boas

		contas.
94v	1619.08.06	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra; os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado aos dois sacadores dos róis dos lobos: para St. ^a Margarida António Peixeiro e para os Barros João Gonçalves Cordeiro.
95v	1619.08.17	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra; os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo da apresentação de 6 peles de lobinhos. Apareceu, perante os oficiais, Tomé da Costa, lavrador e morador no monte dos <i>quadoucos</i> (Cadoços) deste termo, e apresentou 6 peles de lobinhos pequenos, que tomara no ninho, no sítio do Poceirão para a banda da Ameira, requerendo-lhes o respetivo pagamento; Termo de uma notificação feita ao rendeiro da Comenda, Bastião Rodrigues. Nas pousadas do escrivão apareceu Gaspar Luís que, ao momento, servia de alcaide pequeno e deu sua fé ao escrivão de que notificara o rendeiro Bastião Rodrigues, com pena de 6 mil réis, para que ele não levasse mais pão que o que tinha ensacado, ao que o mesmo respondeu afirmativamente.
97	1619.08.18	Termo de um pregão que o juiz e os vereadores mandaram dar sobre ninguém vender pão para fora, sendo ao domingo, ao sair a gente da missa do dia. Refere-se que era proibida a venda de pão de qualquer espécie às pessoas da vila e do termo, sob pena de pagar 6 mil réis para as obras da casa da Câmara. Esta pena aplicava-se ao vendedor e ao comprador; Termo dos requerimentos que o procurador do Concelho fez em Câmara aos oficiais dela. O procurador apresentou um rol de requerimentos sobre assuntos relativos ao bem comum, trasladados nesta ata: <ul style="list-style-type: none"> - Que os oficiais obrigassem o marchante, André Machado, a matar todas as carnes da sua obrigação, em particular, a carne de carneiro <i>que a dee em abundancia pollo grande numero de doentes que ha na terra sem terem que comer pollo grande clamor que auia no pouo</i>; - Requeria aos oficiais que mandassem fazer as calçadas e a estrada ao Chaparral, ao fiador do rendeiro Lázaro Nunes, em conformidade com o provimento do provedor da Comarca, pela grande necessidade que havia delas antes que entrasse o inverno; - Requeria aos oficiais que mandassem fazer as pontes da ribeira, pela grande necessidade que havia delas, para a serventia do povo; - Requeria aos oficiais que colocassem em arrecadação todo o dinheiro que os oficiais da Câmara do ano anterior ficaram devendo, em conformidade com o provimento do provedor da Comarca, feito havia mais de quatro meses, sem se ter arrecadado nada; - Requeria que os oficiais da Câmara arrecadassem o dinheiro das fintas do padre pregador, dos

		<p>lobos e dos enjeitados, para se pagar a quem se devia, por clamor que as partes faziam;</p> <p>- Que obrigassem o rendeiro da almotaçaria a tomar guarda para guardar todas as benfeitorias e novidades, porque o não tinham e havia grande devassidão em tudo, por não haver guarda, por o rendeiro não morar na vila e por somente vir a ela nos dias das audiências, pelo que havia grandes perdas e clamor no povo;</p> <p>- Que os oficiais mandassem ao rendeiro da almotaçaria que ele acabasse de pagar as varas dos oficiais da justiça, pois as não queria dar.</p>
99v	1619.08.21	<p>Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores Pires e Gonçalves, o procurador e o escrivão. Termo de uma notificação feita pelo alcaide ao rendeiro da Comenda. Os oficiais acordaram, a pedido do procurador do Concelho, mandar notificar, com pena de 50 cruzados, o rendeiro da Comenda Bastião Rodrigues, para que ele não levasse, nem mandasse levar ao sobrado, em cima do Celeiro, nem a outra parte, trigo algum. Os oficiais impuseram-lhe, também, que o trigo e o centeio provenientes do dízimo fossem armazenados dentro do Celeiro, como era costume antigo e que não apartasse nenhum trigo até que o terço que cabia a este povo se apartasse a uma parte do Celeiro para se fazerem as repartições ao povo, sob pena de 50 cruzados (metade para o acusador e a outra para as obras da Câmara); Termo do peso do pão de 8 réis. O procurador do Concelho requereu aos oficiais da Câmara que pusessem peso ao pão e assentaram todos que havia de pesar 11 onças, dado que um alqueire de trigo custava 8 vinténs e mandaram que as padeiras obrigadas fizessem o pão com o dito peso, sob pena de perderem o pão para os pobres da Santa Misericórdia e de pagarem 1000 réis para as obras da Câmara desta vila.</p>
101	1619.08.28	<p>Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo da eleição de um sacador para arrecadar a finta dos lobos, nesta vila e sua freguesia: Pêro Gonçalves Caldeira, por ser autossuficiente para pedir e arrecadar a finta e o já ter feito outras vezes; Termo de juramento dado a Manuel Dias da Índia para servir de alcaide pequeno, enquanto os oficiais da Câmara não mandassem o contrário, por ele já ter desempenhado o mesmo cargo; Termo de leitura do regimento aos vereadores.</p>
104	1619.09.01	<p>Termo do pregão que o porteiro deu sobre o peso do pão de oito réis, ao Domingo, ao sair a gente da missa, na Praça da vila.</p>
104v	1619.09.07	<p>Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.</p>

105	1619.09.11	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado a Pêro Carvalho para servir o ofício de porteiro do Concelho, devido ao facto do proprietário do mesmo, Luís Dias, se encontrar suspenso e não poder servir e de António Pires Arquelau, que tinha sido eleito em seu lugar, estar doente. Pedro Carvalho também servia de quadrilheiro, nesta vila e seu termo e era considerado autossuficiente e diligente para servir os ditos ofícios.
106v	1619.09.14	Termo de notificação a André Machado, morador nesta vila, para que ele não mandasse cortar carne de nenhuma sorte, nos açougues desta vila, nem fora deles, com pena de 6 mil réis para as obras da Câmara e a carne perdida. André Machado recebeu a notificação estando preso na cadeia da vila.
107	1619.09.14	Termo da Câmara. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo da eleição que o juiz e os vereadores fizeram para tirarem nesta vila, na sua freguesia e nas duas freguesias do termo para a obra de São Sebastião. Em Câmara, perante os oficiais apareceram o padre Manuel Quaresma, escrivão da Confraria do mártir São Sebastião e Diogo Luís Corvo, desta vila e mordomo do mártir São Sebastião. Ambos requereram aos oficiais da Câmara que, em conformidade com a provisão régia que existia na Câmara e que tinha sido obtida a instância e petição dos juizes, vereadores e mais povo desta vila, elegessem na Câmara para esta vila e para as duas freguesias do termo homens honrados e dos principais da terra, para que pedissem aos fiéis cristãos e devotos do mártir São Sebastião suas esmolos, para se poder com elas fazer de novo a ermida do santo que estava caindo. Este povo tinha obrigação de ter a ermida sempre erguida e bem fabricada de tudo, conforme ao que o rei mandara na sua provisão. Os oficiais elegeram, na vila e sua freguesia, os juizes e vereadores desta vila para eles tirarem pelos fiéis cristãos todas as esmolos que lhes quisessem dar, para se refazer a dita ermida. Elegeram para a Freguesia de Santa Margarida da Serra, o vereador Vicente Gonçalves, da Várzea Raposa e Francisco Soveral, de Corte Madeiros e para a freguesia dos Barros, João de Vilhana e Gaspar Rodrigues Beirão. As esmolos seriam entregues aos mordomos e escrivão da Confraria do mártir São Sebastião, para com elas se poder começar a dita obra e cumprir a obrigação que tinha este povo.
109	1619.09.21	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores Pires e Gonçalves, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
109v	1619.10.12	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores Raposo e Gonçalves, o procurador e o

		escrivão Rui Vaz de Sousa. Inexistência de assuntos.
109v	1619.10.14	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores Raposo e Gonçalves, o procurador e o escrivão Rui Vaz de Sousa. Termo da entrada de 160 porcos, entre machos e fêmeas, pequenos e grandes, no soveral das Barradas, que eram de Juan Domingues Infante. Nas casas do escrivão apareceu André Marques, morador em <i>Enzinatola</i> , junto da raia, e disse que ele tinha licença do juiz e vereadores para meter no montado das Barradas os porcos referidos, de Juan Domingues Infante, morador na lugar de <i>Enzinatola</i> . De acordo com as posturas da Câmara era necessário dar fianças às perdas e danos que os porcos, eventualmente, fariam enquanto permanecessem no termo desta vila, bem como pagar os direitos deles, de acordo com o foral. Desta forma, apresentou por fiador João Magro, lavrador e morador no dito sítio das Barradas. Foi testemunha Gaspar Leitão, desta vila.
110v	1619.10.18	Termo da entrada de 100 porcos pequenos que fez André Lopes, morador em Alfundão, termo da cidade de Beja, no soveral de Gonçalo Pires, de Vale de Joana. Fiador: Gonçalo Pires. Testemunhas: Gaspar Leitão e João Gonçalves, que foi alcaide, ambos moradores nesta vila; Termo da entrada de 100 bácoros que fez Manuel Lopes Afonso, morador em Moura, por seu pastor Bento Vaz, no montado de Gonçalo Pires, de Vale de Joana. Fiador: Gonçalo Pires, de Vale de Joana. Testemunhas: Gaspar Leitão.
112	1619.10.19	Termo de vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores Raposo e Gonçalves, o procurador e o escrivão. Termo de leitura aos vereadores do seu regimento; Termo de juramento ao alcaide Francisco de Araújo, morador nesta vila, por o alcaide provido na dita vara e cargo andar homiziado, por lhe ter fugido um preso. Após o juramento, Francisco de Araújo disse ter legítimo impedimento para não servir o dito cargo, pois era parente do tabelião Baltazar [de Araújo]. Os oficiais da Câmara alegaram que não encontravam outra pessoa apta para o cargo por estarem homiziadas três pessoas que o serviram e Francisco de Araújo ser pessoa de bem, abonada e com boa presunção e procedimento. Por estas razões os oficiais da Câmara, sem embargo da sua escusa, o obrigaram a servir o ofício de alcaide e carcereiro.
113v	1619.10.20	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores Raposo e Gonçalves, o procurador e o escrivão. Termo de arrematação da carniçaria a Diogo Soares, desta vila. Por andar havia dias em pregão, os oficiais deram preços às carnes. Assentaram que se desse a Diogo Soares, morador nesta vila, por lançar nas ditas carnes o menor preço de todos e por ser homem abonado de fazenda e crédito e que serviu já de marchante nesta vila algumas vezes, com satisfação do povo.

		Preços: porco: a 14 réis o arrátel; porca: a 12 réis o arrátel; carneiro: 14 réis o arrátel; chibarro (pequeno bode castrado): 8 réis o arrátel, cortando a cabeça e fressura, pelo mesmo preço; cabra: 5 réis o arrátel, cortando a cabeça e fressura, pelo mesmo preço; vaca: 12 réis o arrátel, cortando a peso a cabeça e fressura pelo mesmo preço.
114v	1619.10.21	Termo da entrada de 7 porcos de André Machado, lavrador e morador no Malhadal, termo da vila de Santiago do Cacém, no soveral de João da Costa, de Vale do Poço, termo desta vila de Grândola. Fiador: Pêro Leitão, lavrador, morador na Silveira e seu genro. Testemunha: Gaspar Leitão.
115	1619.10.26	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, o procurador e o escrivão. Termo da entrega que fez António Pires Arquelau, sacador das sentenças que se deram em pagamento do segundo quartel da renda da almotaçaria. Entregou 4 sentenças na importância de 2414 réis; Termo de entrega das 4 sentenças ao alcaide Francisco de Araújo, para este as arrecadar. Apareceu presente João Álvares, rendeiro da almotaçaria, que afirmou estar devendo, para cumprimento do 2.º quartel da sua renda, a pagar em sentenças, 4480 réis.
117	1619.10.31	Termo de entrada de 15 porcos no soveral de Brites Gonçalves, do Aleidão, termo desta vila, que eram de Manuel Cachia, morador em Murta, termo da vila de Alcácer do Sal. Fiador: António Gonçalves, morador no Aleidão. Sem testemunha.
117v	1619.11.02	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento ao novo alcaide e carcereiro, Luís Vaz, morador na vila; Termo de juramento ao cortador, António Fernandes. Os oficiais advertiram-no que não desse menor peso, nem pesasse a carne <i>nem a botasse de pancada na ballanca pera que assim fizesse maior pezo, o que ele prometeu fazer.</i>
118	1619.11.07	Termo de vereação, nas casas onde estava pousado o Dr. Cristóvão Moniz de Brito, ouvidor e corregedor nesta Comarca. Presenças: os juízes Serra e Frayão, os vereadores Raposo e Pires, o procurador e o escrivão. Depois de feito o provimento deram por terminada a sessão.
119	1619.11.09	Termo de vereação. Presenças: os juízes Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
120	1619.11.10	Termo da entrada de 57 porcos de André Leitão, de Murta, e de Pêro Mateus, da Carrasqueira, no soveral de Mateus da Costa, morador no Aleidão, e de sua mãe e irmãos. Fiador: Mateus da Costa. Testemunha: Manuel Chainho, tabelião nesta vila; Termo da entrada de 26 porcos de Bastião da Costa, morador em Brescos, termo da vila de Santiago do Cacém, no soveral de Vale de

		Poço, em que ele tinha quinhão. Fiador: Manuel da Costa, seu irmão e morador em Vale do Poço. Sem testemunha.
122v	1619.11.14	Termo da entrada de 40 porcos de André Gonçalves, morador na freguesia de Melides, no sítio das Fontainhas, termo da vila de Santiago do Cacém, no sovelal de Brás Mateus Pato, situado junto desta vila de Grândola. Fiador: Brás Mateus Pato.
123v	1619.11.16	Termo da vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
123v	1619.11.17	Termo de quitação que deu o padre frei Eutímio, de nação grega, sacerdote, como procurador de Dom Contarino da esmola que tiraram Mateus da Costa, do Aleidão e Brás Gonçalves, caixeiro desta vila de Grândola, para <i>Joanaquim</i> , mercador por tempo de 6 meses. Apareceu nas casas de pousada do escrivão, perante o juiz Serra, o padre frei Eutímio e apresentou uma procuração para arrecadar e cobrar a esmola que pediu por provisão régia, por tempo de 6 meses, para <i>Joanaquim</i> , mercador italiano que fora cativo. Apresentou um caderno feito pelo escrivão da Câmara Domingos Leitão, já defunto, e assinado por Jorge Pires Gaioso, que no tal tempo servia de juiz, que confirmava que Mateus da Costa e Brás Gonçalves tinham tirado a esmola, aos quais o juiz mandou que entregassem a mesma a frei Eutímio. A procuração era assinada em público por Manuel Figueira da Silveira, tabelião de notas na cidade de Lisboa e estava datada de 10 de dezembro de 1618. Recebeu da mão de Mateus da Costa 450 réis e de Brás Gonçalves, 850 réis e deu-se quitação e desobrigação a estes.
124v	1619.11.23	Termo de vereação. Presenças: o juiz Serra; os vereadores Pires, Raposo e Gonçalves, o procurador e o escrivão. Termo do acordo que se fez em Câmara com o rendeiro da Comenda Sebastião Rodrigues Correia sobre o preço do pão do terço pertencente ao povo, que seria dado até ao fim de janeiro: o trigo a 160 réis o alqueire e o centeio a quatro vinténs o alqueire.
126	1619.11.25	Presenças: o juiz Francisco Rodrigues Frayão, os vereadores Manuel Pires e Heitor Nunes Raposo, o procurador do Concelho André Martins Gago, o escrivão e as seguintes pessoas da governança: Gonçalo Calado, Bartolomeu Vaz Frayão, Martim Parreira, Bartolomeu Luís Neto, entre outros. Junta que se fez em Câmara pelo juiz, vereadores e homens da governança da vila sobre aceitarem o licenciado Francisco Correia, médico, cristão velho, graduado na Universidade de Coimbra. Foi discutida a provisão régia de 20 000 réis de partido anual lançados no cabeção desta vila para um médico cristão velho, graduado pela Universidade de Coimbra. Refere-se que se encontrava nestas circunstâncias e estava em Grândola o médico Francisco Correia, natural da

		<p>vila de Setúbal, que resolveram aceitar por um ano, iniciado em janeiro, e com o ordenado pago em quartéis. Assinaturas: Heitor Nunes Raposo, Manuel Pires, o licenciado Francisco Correia, André Martins Gago, Manuel Calado, Gonçalo Calado, Bartolomeu Vaz Frayão, Bartolomeu Luís [Neto], Brás Martins Pato, Diogo Raposo, Noutel Fernandes Chainho, Pêro Calado Chainho, Jorge Luís e Martim Parreira.</p>
127v	1619.11.27	<p>Termo de vereação. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho para que os oficiais mandassem cobrar e arrecadar o dinheiro das fintas dos lobos por estar quase findo o ano; que mandassem arranjar as pontes da vila, que iam dela para a vila de Santiago e que cumprissem o provimento.</p>
128	1619.12.07	<p>Termo de vereação. Presenças: os vereadores Manuel Pires e Vicente Gonçalves, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho para que mandassem arrecadar as fintas do Concelho e as sentenças que o rendeiro tinha dado em pagamento do segundo quartel, que eram da terça real e estavam em poder de Francisco de Araújo, que servira de alcaide, e de Pêro Carvalho, porteiro do Concelho. Requereu ainda que mandassem cobrar e arrecadar tudo o mais que estava à sua conta por estarem em fim de ano e que ele não fosse prejudicado pois havia feito vários requerimentos sobre estas matérias.</p>
129	1619.12.08	<p>Termo de vereação. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Os oficiais mandaram ao escrivão que passasse mandado para ser penhorada a mulher e fazenda de Francisco de Araújo, que servira de alcaide e andava ausente, por conta de 2414 réis que lhe haviam sido entregues em quatro sentenças em pagamento do segundo quartel pelo rendeiro da almotaçaria e que eram do Concelho; Recebimento de 1000 réis que entregou Pêro Carvalho, porteiro do Concelho, ao procurador do Concelho André Martins Gago, por conta das sentenças que ele trazia; Traslado da carta do corregedor, Dr. Cristóvão Moniz de Brito, ouvidor do Mestrado de Santiago e corregedor da vila de Almada, na vila de Setúbal e sua Comarca, com o traslado do alvará régio sobre os soldados que se quisessem assentar para o terço de Flandres e privilégios que lhe seriam concedidos; Traslado da carta do ouvidor desta Comarca onde vinha um alvará régio para se saber as terras que estavam por cultivar no termo desta vila e outras coisas na carta declaradas. De entre estas, é perguntado que rendas tinha o Concelho, como era aplicado o dinheiro e que obras públicas havia por realizar como pontes, fontes, calçadas, chafarizes, casas da Câmara e Concelho, cadeias e açougues.</p>
137v	1619.12.15	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Serra, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo</p>

		de entrega pela Câmara de quatro sentenças no valor de 2564 réis ao alcaide Luís Vaz para as arrecadar e que haviam sido dadas pelo rendeiro por conta do pagamento do segundo quartel da renda da almotaçaria.
138	1619.12.18	Termo de vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores Pires e Raposo, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
138v	1619.12.21	Termo de vereação. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho para que os oficiais tomassem e arrecadassem o dinheiro de fintas, sentenças e de outras coisas que eram de sua obrigação, o que já por diversas vezes solicitara.
139	1619.12.25	Junta dos oficiais da Câmara para se abrir o pelouro. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores, o procurador e o escrivão. A abertura do pelouro fazia-se, segundo costume antigo, no dia de Natal. Neste dia estava também presente muita gente da governança e do povo e foi o escrivão da Câmara que retirou do bolso de veludo carmesim que estava no cofrinho, o derradeiro pelouro da eleição que fizera o Dr. corregedor Manuel da Costa de Valadares, ouvidor desta Comarca. Neste pelouro estavam os nomes seguintes: para juizes ordinários Bartolomeu Vaz Frayão, morador nesta vila, e Gaspar Rodrigues Beirão, morador na Anisa, do termo desta vila; para vereadores André Mateus Valadão, Pêro Calado Chainho – ambos residentes na vila - e Francisco Pires dos Murtais e para procurador do Concelho Jorge Luís Verdelho. Nota: o escrivão não mencionou o juiz Pêro Gonçalves Serra. Contudo, o mesmo assinou o termo.
140v	1619.12.28	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
141	1619.12.31	Junta dos oficiais da Câmara estando todos presentes. Termo de juramento dado aos vereadores e procurador do Concelho. Termo de eleição de dois almotacés para servirem nos meses de janeiro, fevereiro e março: Diogo Vilhana, morador na vila, e Gaspar Martins, morador no Vale de João Lourenço, por serem homens aptos e suficientes; Termo de juramento dado aos almotacés atrás eleitos. Termo de notificação dos provimentos do corregedor aos dois almotacés; Termo de juramento aos juizes. Bartolomeu Vaz Frayão referiu que, como não o escusavam, que o não prejudicasse desempenhar o cargo de juiz dos órfãos, do qual não havia proprietário, andando o mesmo nos juizes ordinários. Refere que o não prejudicasse o facto de servir com seu sogro Gonçalo Calado que era proprietário do dito ofício até se isentar de o servir. Protestou, devido a ser obrigado a servir pois também tinha o privilégio de procurador dos cativos que o isentava de servir os cargos do Concelho, mas aceitou servir e prestou juramento; Termo de entrega do

		<p>mandado para serem executados os vereadores e oficiais do ano de 1618, na importância de 6031 réis, ao alcaide Luís Vaz; Protesto que fez Jorge Luís Verdelho, procurador do Concelho que saiu no pelouro, para se isentar de servir o referido cargo afirmando que havia sido eleito havia mais de dois anos, aquando da eleição que fizera nesta vila o Dr. Manuel da Costa de Valadares, e que à data ainda não tinha tanta falta de vista como agora tinha, encontrando-se em estado de praticamente não ver. Deste modo, por não ver quase nada não podia saber o que havia de assinar e, sendo assim, não poderia desempenhar o cargo; Lembranças dos oficiais passados aos que de novo entraram a servir: - Que respondessem com brevidade ao ouvidor da Comarca; - Que dessem execução às sentenças que dera o rendeiro da almotaçaria e que estavam em poder de Pêro Camacho, porteiro, e de Luís Vaz, alcaide, para entregarem o dinheiro ao antigo procurador André Martins Gago, que dele tinha que dar conta; - Que fizessem com que o rendeiro da renda da almotaçaria entregasse o montante relativo aos terceiro e último quartel da renda da almotaçaria, que ficou por pagar, para do mesmo se dar conta; - Que fizessem dar execução a alguns róis de revéis das fintas dos lobos e enjeitados desta vila e seu termo e que se entregasse o dinheiro ao dito André Martins; - Que dessem cumprimento ao provimento do ouvidor da Comarca; - Que dessem execução ao rol dos revéis da finta do pregador que estava em poder de Luís Vaz, alcaide, bem como a tudo o mais que estivesse por cumprir; - Que fizessem dar execução a um mandado que tinha o alcaide Luís Vaz contra os oficiais do ano de 1618 no valor de seis mil e tantos réis [6031].</p>
147	1620.01.01	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz ordinário Bartolomeu Vaz Frayão; os vereadores Francisco Pires, dos Murtais, e Pêro Calado Chainho; o procurador do Concelho Jorge Luís Verdelho e o escrivão da Câmara Rui Vaz de Sousa. Juramento a António Gonçalves <i>bom nome</i>, morador nesta vila, para servir de guarda das benfeitorias do Concelho, lançando todas as coimas que fizesse no livro delas, enquanto não se arrendasse a renda do verde que andava em pregão.</p>
147v	1620.01.04	<p>Vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de aceitação e acordo que se fez com Pêro Carvalho dos fornos, para servir de porteiro do Concelho; Termo de entrega da pilha, balança e pesos do Concelho ao procurador Jorge Luís Verdelho; Termo de entrega do selo do Concelho a Manuel Pires, morador nesta vila, que tinha servido de vereador mais velho no ano anterior; Termo de entrega das duas chaves da arca que tinha o cartório da Câmara ao vereador mais velho André Mateus Valadão e ao escrivão; Termo de entrega das três chaves do cofrinho dos pelouros da eleição pelos vereadores do ano anterior</p>

		aos que começaram a servir; Requerimento do juiz Bartolomeu Vaz Frayão protestando e pretendendo não servir o ofício de juiz, no que tocava a juiz dos órfãos, com seu sogro Gonçalo Calado. Requeria, assim, que mandassem notificar ao juiz seu companheiro Gaspar Rodrigues Beirão para que este viesse fazer as audiências dos órfãos, as partilhas e o que mais respeitasse ao dito cargo, com Gonçalo Calado, escrivão deles e que era proprietário do dito ofício. Os oficiais mandaram notificar o juiz Gaspar Rodrigues Beirão; Termo de leitura do regimento aos vereadores.
152v	1620.01.11	Termo da Câmara. Presenças: o vereador Pêro Calado Chainho que mandou ir à Câmara o escrivão para que este fizesse termo de que tinha vindo para a reunião e que esta se não realizara por não se juntarem os restantes oficiais. Assinaram ambos.
153	1620.01.12	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo do requerimento que fez o procurador do Concelho sobre a arrematação da renda do verde. Segundo o procurador a renda andava em preço muito baixo – 33000 réis sem ordinárias – andando nos anos anteriores em preço muito mais elevado e com ordinárias. Neste sentido, requereu que a não arrematassem, continuando em pregão até ao primeiro dia santo e que fazia este requerimento pelo que tocava à terça real. Os oficiais determinaram que a renda se apregoasse até à reunião seguinte.
153v	1620.01.18	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Valadão e Pires, o procurador e o escrivão. Termo de como o juiz mandou que o alcaide Luís Vaz e o porteiro Pêro Carvalho trouxessem arrecadadas as sentenças que traziam para o Concelho, sob pena de as pagarem de suas casas e da cadeia.
154v	1620.01.25	Termo da Câmara. Presenças: o vereador Francisco Pires, dos Murtais, e o procurador Jorge Luís Verdelho. Não reuniram por se não juntarem os restantes oficiais da Câmara.
154v	1620.01.26	Termo da Câmara. Presenças (de acordo com as assinaturas): o juiz Frayão, o vereador Pires, o procurador e o escrivão. Arrematação da renda do verde e almotaçaria por 43000 réis, com ordinárias iguais às do ano anterior, a Francisco Fialho, sendo fiador Domingos Fernandes.
155v	1620.01.29	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Valadão e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de quitação que se deu em Câmara a Romão Chainho, rendeiro dos correntes, que havia arrendado a referida renda por três anos, por 30000 réis anuais, sendo este o último.
156v	1620.02.01	Termo de vereação. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de eleição de Manuel Álvares Magro, do Pombal, desta vila, para pedir para o mosteiro de São Francisco de

		Coimbra; Fiança que deu António Luís, estalajadeiro nesta vila, às perdas e danos da sua estalagem sendo fiador Manuel Fernandes, trabalhador; Conta que se tomou a André Martins Gago, procurador do Concelho no ano de 1619.
158v	1620.02.04	Traslado de uma carta do ouvidor desta Comarca em que vinha inserta uma carta do Vice-rei que tratava sobre os soldados que haviam de embarcar para a Índia no decurso do ano.
160	1620.02.08	Termo da Câmara. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
160v	1620.02.15	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores e o escrivão. Traslado da carta do ouvidor desta Comarca, Dr. Cristóvão Moniz de Brito, para se fazer a diligência nela declarada – envio para Lisboa dos soldados que iriam para a Índia, sendo presos, se necessário.
161v	1620.02.22	Termo de vereação. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
162	1620.02.29	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
162v	1620.03.04	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Valadão e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de acordo que se fez com o rendeiro da Comenda, Sebastião Rodrigues Correia, sobre o preço da venda do terço do trigo e do centeio que era para repartir pelo povo e do que o rendeiro tinha de seu: centeio a 100 réis o alqueire e trigo a 8 vinténs o alqueire. Estes preços vigorariam até dia 15 de Maio.
163v	1620.03.07	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
164	1620.03.08	Termo de vereação. Presenças: os vereadores Francisco Pires, dos Murtais, e Pêro Calado Chainho; o procurador Jorge Luís Verdelho e o escrivão. Termo de como foi entregue ao procurador do Concelho um enjeitado, de nome Manuel, para ele criar em sua casa, o qual estava em poder de João Álvares, por existirem muitos clamores que este não se interessava pela sua criação e o maltratava e estivera o menino por vezes arriscado a ser comido pelos porcos. Pelas razões aduzidas, por o procurador o querer criar por 500 réis mensais, valor inferior ao que era pago pela Câmara a João Álvares e pelo procurador ser pessoa de quem se tinha bastante satisfação foi-lhe entregue o enjeitado Manuel.
165	1620.03.11	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Valadão e Chainho; o procurador e o escrivão. Termo de como se tornou a admitir por alcaide pequeno a João Raposo, morador nesta

		<p>vila, apresentado pelo alcaide-mor Dom Fernão Martins, por tempo de três anos, mas que fora culpado por erros alegadamente cometidos e em seu tempo tinham servido outras pessoas por causa do seu impedimento. Como ele se encontrava livre, em conformidade com a sentença da Relação que apresentou, voltou a ocupar o dito cargo. Desta forma, foi chamado à Câmara Luís Vaz, que então servia de alcaide, a quem mandaram que entregasse a vara de alcaide a João Raposo.</p>
166	1620.03.14	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Acórdão sobre a venda do leite e o seu preço e sobre as medidas pequenas do azeite: relativamente ao leite é referido que havia queixa de que o mesmo se vendia nesta vila por preço muito caro tendo os oficiais acordado que o leite de vaca e o de cabra não se vendessem por preço superior a 16 réis a canada desta data até à Páscoa, sendo que daí em diante o venderiam a 12 réis a canada, com pena de 500 réis para as rendas do Concelho; relativamente ao azeite proibiram o uso das medidas pequenas sem estarem aferidas, que eram de meio quartilho para baixo, a quem o vendesse por miúdo. Referências ao preço do azeite; Declaração que fez Gomes Fernandes Corvo, morador nesta vila, da cera e dinheiro que tinha para o círio de Nossa Senhora da Troia, afirmando ter 23 arráteis de cera e sete vinténs em dinheiro; Obrigação que fizeram as padeiras Maria Silveira, Leonesa Dias, Brites Salgada, Maria da Costa, Paula Pedrosa, Isabel Gomes e Inês Guerra e João Mendes e Domingos Luís, em nome de suas mulheres, para poderem amassar e dar pão cozido a este povo e passageiros, pelo período de um ano.</p>
168	1620.03.15	<p>Termo do pregão dos acórdãos sobre o preço do leite e as medidas pequeninas de medir azeite e sobre apenas amassarem as padeiras obrigadas, dado pelo porteiro Pêro Carvalho, em alta e inteligível voz, ao domingo, ao sair a gente da missa.</p>
168v	1620.03.21	<p>Termo de vereação. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores.</p>
169	1620.03.28	<p>Termo de vereação. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo do concerto que se fez com André Mendes, da Silveira, sobre a criação de Martinho, enjeitado que já estava criando, por tempo de um ano, por cinco tostões por mês.</p>
170	1620.04.01	<p>Termo de vereação. Presenças: o vereador Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado aos almotacés Heitor Nunes Raposo e André Martins Gago, vereador e procurador do Concelho do ano anterior, para exercerem o cargo nos meses de abril, maio e junho.</p>

171v	1620.04.04	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo do pregão que se deu sobre os privilégios de isenção de pagamento das fintas dos lobos, enfeitados e outras, para que os seus detentores os mostrassem em Câmara.
172v	1620.04.11	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
173	1620.04.25	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Acórdão que se fez em Câmara sobre a venda das favas, por haver informação de que as vendiam a quatro vinténs cada alqueire, tendo sido determinado que não se vendessem por mais de dois vinténs cada alqueire, com pena de 500 réis para as rendas do Concelho; Termo de leitura do regimento aos vereadores.
174v	1620.04.26	Termo do pregão do acórdão sobre o preço das favas, dado pelo porteiro da Câmara Pêro Carvalho, na praça da vila, perante muita gente, ao domingo ao sair a gente da missa do dia.
175v	1620.05.09	Termo de vereação. Presenças: esteve presente o Dr. Cristóvão Moniz de Brito, ouvidor e corregedor da Comarca, o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o escrivão para se fazer o provimento.
176	1620.05.13	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Valadão e Chainho, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
176	1620.05.14	Termo da notificação que se fez ao licenciado Francisco Correia da Silva sobre não vencer salário da Câmara, na forma do provimento do corregedor.
176v	1620.05.23	Termo de vereação. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado a Manuel Soveral, morador na Figueira, sobre uma loba velha e seus lobinhos pequeninos que trouxe a esta Câmara. Apresentou a pele da loba e as de sete lobinhos que matara no sítio da Pereira, termo desta vila, requerendo que lhe mandassem passar mandados para ser pago na forma costumada; Termo de como foi entregue ao alcaide João Raposo o rol das coimas da revista que o provedor condenou, que importaram em 3569 réis, para as arrecadar durante o mês de junho, sob pena de as pagar de sua casa e da cadeia, o que o mesmo aceitou; Leitura do regimento aos oficiais da Câmara.
178	1620.05.30	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento para afilador do Concelho prestado por João Rodrigues, carpinteiro, morador nesta vila, por falecimento de Brás Rodrigues, caixeiro, com a obrigação de aferir todas as obras de pau que pertencessem ao seu ofício: meio alqueire, pau de rasoura, maquia, meia-

		maquia, quarta, varas e côvados de medir.
179	1620.06.06	Termo de vereação. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
179v	1620.06.13	Termo de vereação. Presenças: os vereadores Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
179v	1620.06.20	Termo de vereação. Presenças: o vereador Valadão servindo de juiz na ausência de Bartolomeu Vaz Frayão, os vereadores Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo que fez João Gonçalves de uma apresentação do bispo Inquisidor-geral para alcaide pequeno desta vila ao mesmo João Gonçalves, a Romão Chainho e a Gaspar Gonçalves Neves e por escrivão das armas a Manuel Fernandes, bem como do traslado de uma provisão régia pela qual fazia mercê ao Inquisidor-geral da administração das jurisdições de seu sobrinho D. João Mascarenhas por tempo de um ano. Os oficiais da Câmara aceitaram João Gonçalves para o cargo de alcaide-pequeno e mandaram que tomasse juramento; Termo de protesto e requerimento que fez o vereador Pêro Calado Chainho, sobre a dádiva da vara de alcaide-pequeno a João Gonçalves pelo facto do bispo Inquisidor-geral não ter ainda tomado posse das alcaidarias nem D. João Mascarenhas, a quem o rei tinha feito mercê delas e, deste modo, a posse das mesmas se encontrar no rei, em conformidade com uma carta do contador do Mestrado de Santiago, enviada a Bartolomeu Vaz Frayão, juiz ordinário nesta vila; Fiança que deu o alcaide João Gonçalves ao ofício de alcaide sendo fiador Rui Dias Santos, morador nesta vila; Termo de juramento do alcaide João Gonçalves; Termo de juramento de Manuel Soares, morador nesta vila, aferidor do ofício de ferreiro, oficial do mesmo, que desempenharia o cargo como fizera António Fernandes que já não usava o ofício de ferreiro. Aferiria todos os pesos, balanças e mais coisas pertencentes ao dito ofício; Termo de juramento ao escrivão das armas Manuel Fernandes, que também servia de procurador do número.
184	1620.06.27	Termo de vereação. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Protesto e requerimento do vereador Pêro Calado Chainho pelo facto dos oficiais terem retirado a vara de alcaide a João Raposo e não o terem mandado entregar a demasia do dinheiro dos róis que ele também entregara.
184v	1620.07.04	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Valadão e Chainho, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.

LIVRO AB1/5 - 1620.07.12 a 1623.11.25		
2	1620.07.12	Termo de vereação. Presenças: o juiz Bartolomeu Vaz Frayão, o procurador Jorge Luís Verdelho e o escrivão Rui Vaz de Sousa. Termo de juramento a Manuel Pires, morador na vila, e a Vicente Gonçalves, de Várzea Raposa, para servirem de almotacés nos meses de julho, agosto e setembro; Termo de notificação dos provimentos do corregedor sobre o ofício dos almotacés.
3	1620.07.18	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Francisco Pires e Pêro Calado Chainho e o escrivão. Termo de eleição dos fintores para as fintas dos lobos e dos enjeitados: para a vila, Heitor Nunes Raposo; freguesia da vila, João Espada; freguesia dos Barros, Bartolomeu Nunes e freguesia de Santa Margarida da Serra, Bastião Gonçalves Figueira; Taxa do peso do pão: de 16 onças (equivalentes a 1 arrátel); Termo de juramento dado a André Pires, morador nesta vila, para porteiro, auferindo o mesmo vencimento que haviam pago a Pêro Carvalho, que nesta data se encontrava impedido de exercer o referido ofício.
4	1620.07.19	Termo de pregão da taxa do pão.
4v	1620.07.29	Termo de vereação. Presenças: os vereadores Valadão e Chainho, o procurador e o escrivão. Eleição das pessoas que iriam pedir e tirar os róis das fintas dos lobos e enjeitados: para a vila e freguesia, António Rodrigues, o crespo (de alcunha); para Santa Margarida da Serra, António Gonçalves Caldeira e para a freguesia dos Barros, Domingos Martins, morador na mesma aldeia.
5	1620.08.01	Termo de vereação. Presenças: os vereadores Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de entrega de 22 arráteis de cera de Nossa Senhora da Troia e de 140 réis em dinheiro a Duarte Barradas e a Diogo Soares, moradores nesta vila, aos quais entregaram 22,5 arráteis de cera e 140 réis em dinheiro que era para o sírio de Nossa Senhora da Troia, os quais se obrigaram a tomar conta dele e a pedirem esmolas para a dita Senhora. Eleição de quadrilheiros para a vila e seu termo: para a vila, Pêro Gonçalves Caldeira; António Simões, cortador nesta vila, em lugar de Bento Álvares; Brás Fernandes, hortelão, todos moradores na vila; para Santa Margarida, André Gonçalves Caldeira e para os Barros, Domingos Martins, estalajadeiro. Todos foram notificados para tomarem juramento. Ainda na mesma sessão, leitura do juramento aos vereadores.
6v	1620.08.03	Termo de notificação a Vicente Ribeiro de Pina, morador nesta vila, sobre a feitura da calçada. A mandado do juiz e vereadores, o escrivão foi procurá-lo e encontrou-o à porta da travessa da igreja da Misericórdia, ao qual notificou que tivesse pedra, durante todo o ano, para se fazer a calçada junto às suas casas, até ao meio da rua, em conformidade com o provimento do ouvidor da Comarca, sob pena de se fazer à sua custa. Vicente Ribeiro de Pina respondeu que não era

		costume em parte nenhuma os donos das casas fazerem mais do que as testadas delas, como ele tinha feito à sua e que disso ser costume em toda a parte e tinha certidões em seu poder. No entanto, estava prestes e era contente de dar toda a pedra necessária para o feitiço da dita calçada, com a condição da Câmara a mandar fazer com o dinheiro do concelho, ou então mandaria ele fazer a calçada e a Câmara pagaria a pedra necessária.
7	1620.08.22	Termo de vereação. Presenças: os vereadores Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de juramento a Martim Parreira, morador nesta vila que costumava andar na governança, para servir de vereador devido à ausência de André Mateus Valadão. Termo de notificação ao rendeiro Francisco Fialho para que na 4. ^a feira seguinte, sob pena de 2000 réis, apresentasse guarda na Câmara, por existir muito clamor na vila de que se não guardavam as fazendas, destruindo-se todas, e que ele não usasse bois nem carreta, na forma da arrematação que lhe fora feita da renda, sob penas de pagar as ditas penas da cadeia.
8	1620.08.26	Termo de vereação. Presenças: os vereadores Martim Parreira e Pêro Chainho, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
8v	1620.08.29	Termo de vereação. Presenças: o juiz Gaspar Rodrigues Beirão, os vereadores Valadão, Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Esteve presente António da Costa que disse que em virtude da posse que lhe fora dada da alcaidaria-mor desta vila e mais coisas a ela pertencentes, como procurador que era de D. João Mascarenhas, ele, em virtude da dita posse e procuração, ratificava o ofício de alcaide, por tempo de 3 anos, em João Gonçalves e o de escrivão das armas em Manuel Fernandes, os quais já serviam os ditos ofícios por apresentação do bispo inquisidor-mor. Os oficiais da Câmara aceitaram a dita ratificação e apresentação.
9v	1620.09.02	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho: disse estar informado que em mão de António Dias, oleiro, estavam depositados 5400 réis de certo dinheiro que se havia depositado, relativo à criação de uma menina enjeitada que a esta vila trouxeram por se saber “quem a trouxe” e o Concelho tinha gasto o dito dinheiro na sua criação e foi condenado o homem que a trouxe, na mesma importância.
10	1620.08.28	Termo de entrega de Manuel, enjeitado, à mulher que ficou de Manuel Mateus. Por mandado dos oficiais foi entregue a Isabel da Costa, mulher que ficou de Manuel Mateus, da Zambujeira, um menino enjeitado, por nome Manuel, pelo preço de 600 réis de criação por mês, o qual fora enjeitado à porta de Pêro Andrés, lavrador e morador em Maceira, termo desta vila.

10v	1620.09.05	Termo de vereação. Presenças: o vereador Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de entrega de 32 sentenças de coimas efetuada pelo rendeiro, Francisco Fialho, e que importaram em 10084 réis. Termo de como foram entregues ao alcaide João Gonçalves as 34 sentenças acima, para as arrecadar.
11v	1620.09.12	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
12	1620.09.19	Termo de vereação. Presenças: os vereadores Pires e Chainho e o escrivão. Inexistência de assuntos.
12v	1620.10.01	Notificação a Sebastião Rodrigues, que corria com o recolhimento das rendas da Comenda desta vila, como procurador que era de seu pai Rui Gomes Correia, seu rendeiro, para que ele não levasse ou mandasse levar trigo ou centeio algum do celeiro onde se recolhia sem primeiro se saber por certidão do escrivão da porta do dito celeiro o que havia do terço desta vila e o pão que se encontrava no mesmo, devido ao clamor que havia de que tirara muito pão do celeiro e que outro não tinha dado entrada, sob pena de 6000 réis pagos da cadeia.
12v	1620.10.02	Termo de vereação. Presenças: os juízes Frayão e Beirão; o vereador Valadão e Gonçalo Calado, eleito vereador em lugar do ausente Pêro Calado Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de juramento a Francisco Rodrigues Frayão para almotacé durante outubro, novembro e dezembro, por ter ocupado o cargo de juiz ordinário no ano anterior. Notificação dos provimentos do corregedor ao almotacé Francisco Rodrigues Frayão.
13v	1620.10.10	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão; o vereador Pires, o procurador e o escrivão. Elegeram para vereador, em lugar de Pêro Calado, ausente, a Manuel Pires, vereador que foi no ano anterior. Assento que se tomou em Câmara sobre a corrida dos lobos. Os oficiais mandaram apregoar na vila e seu termo, em conformidade com uma carta do juiz de fora da vila de Alcácer do Sal, que os moradores desta vila e seu termo se juntassem no sítio da Venda Nova, conforme a provisão que existia na vila de Alcácer do Sal, para se juntarem e ajudarem a matar e correr 14 lobos que andavam no dito sítio fazendo muitas destruições. Neste sentido, os oficiais da Câmara ordenaram que todos os moradores da vila e termo fossem na 2.ª feira seguinte, dia 12 do referido mês, ao dito sítio da Venda Nova, em seus cavalos e éguas para fazerem a corrida aos lobos, sob pena de 20 cruzados, metade para os cativos e a outra para o acusador. Mandaram que o alcaide fosse disso dar notícia aos moradores da Freguesia de Nossa Senhora dos Barros e que o porteiro da Câmara fizesse o mesmo junto dos moradores da Freguesia de Santa Margarida

		da Serra, notificando-os com as ditas penas.
14v	1620.10.16	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Valadão e Pires, o procurador e o tabelião Manuel Chainho, em substituição do escrivão. Inexistência de assuntos.
15	1620.10.24	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Valadão e Pires, o procurador e o escrivão da Câmara, Duarte Barradas, que iniciou funções. Termo de juramento dado a Pêro Gonçalves Serra, que tinha servido de juiz no ano anterior, para servir de almotacé por três meses e “para lhe entregarem a vara de almotacé”.
16	1620.10.25	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Valadão, Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Assento que se tomou em Câmara sobre a corrida dos lobos. Os oficiais trataram sobre a corrida dos lobos que andavam na Caniceira, termo desta vila, e mandaram chamar João Pires e Pedro André, homens que disso entendiam. Sendo vindos perante os ditos oficiais, estes lhes mandaram que fossem empresar os ditos lobos e disseram que lhes pagariam o que fosse justo, conforme os dias que gastassem.
17	1620.10.28	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Pires e Valadão, o procurador e o tabelião Manuel Chainho, servindo de escrivão. Arrematação da carniçaria, por ser fim do mês e dia santo em que era costume fazer-se esta arrematação. Mandaram chamar João Dias Paião, homem de bom entendimento e velho, que costumava andar na governança e era morador nesta vila, em lugar do vereador Pêro Calado Chainho que se encontrava ausente, para assistir à arrematação da carne que se queria dar de dia de Todos-os-Santos em diante até ao mesmo dia do ano seguinte; Termo de arrematação das carnes, feita a João Fernandes da Horta, morador nesta vila. Obrigou-se a vender pelos seguintes preços: vaca a 12 réis o arrátel; porco macho a 15 réis o arrátel; porca a 13 réis o arrátel; carneiro a 14 réis o arrátel; chibarro a 8 réis o arrátel e cabra a 5 réis o arrátel. Obrigou-se a ter a carne de porco pronta desde a véspera de Santo André do mesmo ano (30 de outubro) até o dia de Entrudo; a porca e a vaca de véspera do Espírito Santo do ano seguinte até se acabar o arrendamento; o chibarro, a cabra e o carneiro desde o dia presente até que começasse a talhar o porco e de véspera de Páscoa até ao dia em que começaria a talhar o carneiro, o chibarro e a cabra. Daria a vaca, todos os sábados, as outras carnes aos sábados, 2.ªs e 4.ªs feiras de cada semana e sendo dia santo seria obrigado a talhar de véspera. Não daria vaca manca nem com problema algum e tudo daria com abundância para o povo e enquanto durassem as vindimas talharia todos os dias cabra, chibarro e carneiro, em todo o tempo que fosse necessário e os enfermos necessitassem. Ao chibarro, carneiro e cabra lhes

		cortaria os focinhos dos olhos para baixo e os não talharia. No caso de não talhar nalgum dos dias de sua obrigação pagaria mil réis para as obras da Câmara sem apelação e agravo alguns e no caso de talhar algum varrão seria pelo preço da porca.
18v	1620.10.31	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o tabelião Manuel Chainho, por Duarte Barradas se encontrar fora da terra. Termo de acordo que os oficiais fizeram com Bastião Rodrigues Correia, rendeiro da Comenda, sobre o terço do pão que se havia de repartir pelo povo: trigo a 160 réis e centeio a 90 réis cada alqueire.
19v	1620.11.07	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Chainho e Pires, o procurador e o escrivão Duarte Barradas. Entrada de 13 cabeças de porcos, grandes e pequenos, machos e fêmeas, de Catarina Gomes, moradora em Murta, no lugar a que chamavam as Pousadas, termo da vila de Alcácer do Sal, no soveral de Pêro Gonçalves, em Vale de Martim Afonso, termo da vila de Grândola. Fiador: Pêro Gonçalves.
21	1620.11.14	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, o vereador Chainho, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
21v	1620.11.21	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Chainho e Pires, o procurador e o escrivão. Termo da entrega da chave da arca da Câmara, que tinha o cartório, ao escrivão Duarte Barradas, por falecimento do seu antecessor, Rui Vaz de Sousa. Os oficiais mandaram a Helena Tibau, sogra de Rui Vaz de Sousa, que lhes entregasse a chave que ele tinha do cartório da Câmara, como constava de um termo que estava no livro da Câmara e ela a mandou logo e os ditos oficiais a entregaram ao escrivão em funções, Duarte Barradas; Termo que os oficiais da Câmara mandaram fazer sobre o arranjo das pontes: mandaram que fossem notificados Manuel Luís, dos Algares, e Francisco Soveral, seu vizinho, para que eles pusessem uma <i>mentruteira</i> muito boa onde lhes parecesse melhor, por ser passagem do Algarve; mandaram que fossem notificados Gaspar Martins, morador no Vale de João Lourenço, e André Mateus e seu filho, para que os três pusessem uma <i>mencheteira</i> muito boa para passarem os passageiros onde lhes parecesse melhor, na ribeira da Adega, onde era costume pôr-se; mandaram que fossem notificados Pêro Gonçalves, viúvo da Maceira, e André Carvalho, da Ribeira, para que eles pusessem huma <i>menuteira</i> muito boa, com seus cambos muito fortes, para que não a levasse a água, no ribeiro do Vale do Poço, para passar a gente; mandaram que fossem notificados Estaço (Estácio) Mateus e seu filho e genro, para que trouxessem duas forquilhas grandes e fortes e <i>descalfreadas</i> para reformação das pontes da ribeira da estrada do Furadouro; mandaram que fossem notificados

		Mateus Lopes e Bastião Pires para que trouxessem um pau que atravessasse sobre as forquilhas que pudesse ter a ponte. Todos, com pena, de cinco cruzados.
24	1620.11.28	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Pires, Chainho e Valadão, o procurador e o escrivão. Termo de entrega das balanças e pesos do Concelho por onde se pesava a carne no açougue. Apareceu, perante os oficiais, João Fernandes da Horta, marchante nesta vila, e afirmou que lhe haviam entregado a balança e os pesos de quarta até meia arroba obrigando-se a aferi-los conforme a lei; Termo da vista que os vereadores fizeram sobre as corridas da obrigação do seu ofício: a corrida dos lobos, feita na Venda Nova, a requerimento do juiz e oficiais da Câmara da vila de Alcácer do Sal, onde eles estiveram presentes, e se mataram dois lobos, e na mesma ocasião foram ver os marcos que partiam com o termo da vila de Alcácer; outra corrida aos lobos, no termo desta vila, onde chamavam as Fontainhas e onde se juntou toda a gente desta vila de Grândola e do seu termo e, na mesma ocasião, foram ver os marcos dos coutos à volta da vila, os quais acharam todos em seus lugares limitados.
25	1620.12.05	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Pires, Chainho e Valadão, o procurador e o escrivão. Termo que o procurador do Concelho fez em Câmara: requereu aos oficiais que mandassem fazer as pontes da ribeira desta <i>uilla de gramdolla</i> (vila de Grândola) e as estradas e serventias dela. Por sua vez, os oficiais, mandaram que o procurador demandasse as penas às pessoas que tinham sido notificadas para o efeito e que trouxessem os paus que lhes foram mandados trazer, como consta do termo que está no presente livro, sob pena do procurador, não o fazendo, pagar de sua Casa (de seus bens).
26	1620.12.12	Termo de vereação. Presenças: o juiz Gaspar Rodrigues Beirão, os vereadores Chainho e Valadão, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado a Brás Fernandes, hortelão e morador na vila, para quadrilheiro.
26v	1620.12.19	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado a António Simões e a Pêro (ou Manuel) Francisco, ambos moradores na vila, para quadrilheiros.
27v	1620.12.25	Junta dos oficiais da Câmara para se abrir o pelouro. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Valadão, Pires e Chainho, o procurador e o escrivão. Para juizes ordinários: João Dias Paião, morador nesta vila, e Baltazar Pinela, morador em Corte Pequena, termo desta vila; para vereadores, Brás Afonso Saraiva, Duarte Barradas e Bastião Rodrigues, da Adega, termo desta vila e para procurador do Concelho, Gaspar Gonçalves Neves.

29v	1620.12.28	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Chainho e Valadão, o procurador e o escrivão. Termo de arrematação da renda dos correntes desta vila e seu termo a João Raposo, morador nesta vila, por 32 000 réis anuais, por tempo de três anos, e sendo fiador Diogo Soares, morador nesta vila. A arrematação foi feita com declaração de que ficava de fora a praça e a feira de São Lourenço, exceto as coisas vivas que nela se vendessem.
31	1620.12.31	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento que se deu aos vereadores Brás Afonso Saraiva, Duarte Barradas e Bastião Rodrigues, da Adega, e ao procurador do Concelho Gaspar Gonçalves Neves, morador nesta vila. Termo de eleição a votos dos dois almotacés para servirem em janeiro, fevereiro e março: Diogo Pires, morador nesta vila, e Manuel Rodrigues, morador em Maceira, por serem homens autossuficientes; Termo de juramento dado aos ditos almotacés; Termo de notificação dos provimentos do corregedor aos dois almotacés atrás declarados; Termo de juramento aos juizes João Dias Paião, morador nesta vila, e a Baltasar Pinela, morador em Corte Pequena, termo desta vila; Termo que o juiz e vereadores mandaram fazer sobre João Dias Paião, morador nesta vila, que saíra no pelouro para juiz ordinário, já confirmado pelo ouvidor da Comarca, e que pediu escusa do cargo por ser irmão dos treze da Misericórdia, ao que os oficiais responderam que o não podiam escusar e que, embora fosse homem nobre e da governança, que fosse preso até tomar juramento para servir o dito cargo. Ele respondeu que se havia por preso em sua casa e disse que agravava deles juiz e vereadores para onde o caso pertencesse; Lembrança que fizeram os oficiais da Câmara aos que entraram: - recomendaram que tivessem cuidado na realização da finta para a obra da Câmara, a qual faria o presidente quando viesse a esta vila, e que obrigassem os oficiais empreiteiros que haviam tomado a obra a dar-lhe início por existir já dinheiro para tal; - recomendaram ainda que tiverem particular cuidado com o celeiro e com as pontes, por a ribeira as ter levado na véspera de Natal e não ter existido tempo para se amanharem; Termo de notificação que os oficiais mandaram fazer a João Fernandes da Horta, marchante, para que ele não colocasse nem mandasse pastar os seus porcos da estrada que ia para as Fontainhas para o lado da ribeira, pelas muitas queixas que existiam por fazerem os mesmos muitos prejuízos, com pena de 2000 réis para as rendas do Concelho.
37v	1621.01.01	Juramento dado a Baltazar Pinela para juiz ordinário. Presenças: os vereadores Brás Afonso Saraiva e Duarte Barradas.
38	1621.01.02	Termo de Câmara. Presenças: o juiz ordinário Baltazar Pinela; os vereadores Bastião Rodrigues,

		Brás Afonso Saraiva e Duarte Barradas; o procurador Gaspar Gonçalves Neves e o tabelião Manuel Chainho, servindo de escrivão. Inexistência de assuntos.
38v	1621.01.03	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Baltazar Pinela, os três vereadores e o tabelião Manuel Chainho. Termo de juramento a João Dias Paião para juiz; Termo de notificação a Diogo Pires, eleito para almotacé; Termo de eleição de almotacés, encontrando-se Diogo Pires escuso do cargo e por o outro almotacé ser do monte e não poder assistir na vila (dificuldades na leitura); Agravo de Pêro Gonçalves Serra, lavrador e morador na Corte do Freire, termo desta vila, pelo qual foi dito que seu filho Manuel Rodrigues e Diogo Pires, filho do juiz João Dias Paião, haviam sido eleitos para ocuparem o cargo de almotacés nos primeiros três meses (letra de difícil leitura mas entende-se que ele protesta por ter notícia de que haviam escusado Diogo Pires e pelo motivo de que, embora o seu filho fosse casado, se encontrava sob a sua administração); Termo de juramento que foi dado a António Gonçalves, morador nesta vila, para guarda do verde da almotaçaria por não haver rendeiro, na sequência de um requerimento do procurador do Concelho.
42v	1621.01.09	Termo de Câmara. Presenças: o juiz João Dias Paião; os vereadores Bastião Fernandes e Brás Afonso Saraiva e Duarte Barradas; o procurador do Concelho Gaspar Gonçalves e o escrivão da Câmara Diogo Raposo. Termo de aceitação e concerto com o porteiro do Concelho João Álvares; Termo da entrega da pilha, balanças e pesos do Concelho ao procurador Gaspar Gonçalves. Termo da entrega do selo do Concelho a André Mateus Valadão, morador nesta vila, vereador mais velho no ano anterior; Termo de entrega das duas chaves da arca do cartório da Câmara ao vereador mais velho Bastião Rodrigues e ao escrivão da Câmara; Termo de entrega das três chaves do cofrinho dos pelouros da eleição; Termo de leitura do regimento aos vereadores; Termo de requerimento do procurador do Concelho aos oficiais da Câmara para que estes fossem ver a estrada que ia para Apaúl devido aos danos nela provocados pelas pessoas que tinham benfeitorias ao longo da mesma tendo os oficiais ido, de imediato, fazer a dita visita e mandado notificar João Rodrigues, que tinha a horta que havia sido de Francisco Ferreira para que abrisse uma alverca que desse boa correnteza às águas, bem como a Manuel Francisco, para que fizesse também a sua abertura da banda do seu valado e que endireitasse o mesmo. Deviam cumprir o determinado no prazo de três dias, com pena de 2000 réis para as rendas do Concelho e de se mandar fazer à sua custa.
49v	1621.01.10	Termo da Câmara. Presenças: o juiz ordinário Baltazar Pinela; os vereadores Bastião Rodrigues,

		Brás Afonso Saraiva e Duarte Barradas; Gaspar Gonçalves, procurador do Concelho e o escrivão Diogo Raposo. Inexistência de assuntos.
50	1621.01.11	Termo de notificação feita pelo escrivão a João Rodrigues, hortelão, que trazia a horta de Francisco Ferreira e a Manuel Francisco, moradores nesta vila, para que fizessem muito bem abertas as alvercas dos seus valados, na estrada de Apaúl, de modo a darem boa correnteza às águas que iam do Chaparral para a estrada e que Manuel Francisco colocasse o valado onde dantes era, com pena de 2000 réis para as rendas do Concelho ou de se mandarem fazer à sua custa, ao que responderam que o fariam no prazo de seis dias.
50v	1621.01.16	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião; os vereadores Bastião Rodrigues da Adega, Brás Afonso Saraiva e Duarte Barradas; o procurador e o escrivão. Termo de como foi entregue a Jorge Luís Verdelho o enjeitado Manuel para se criar em sua casa por 500 réis mensais de secos, sem coisas de vestir e calçar.
52	1621.01.17	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Baltazar Pinela; os vereadores Saraiva e Barradas; o procurador do Concelho e o escrivão. Os oficiais mandaram a António Pires, porteiro do Concelho, que ele apregoasse novamente a renda do verde e almotaçaria, desta vila e seu termo, pela praça e ruas públicas e na presença de muitas pessoas que na praça estavam e onde se encontravam muitos lançadores. A renda foi arrematada por Francisco Fialho, morador nesta vila, pela importância de 51000 réis, 50 varas de calçada, 24 varas para os oficiais e um livro em branco de seis mãos de papel para se reformarem as posturas e uma resma de papel fino e três fólios ou 3000 réis para eles e a ramada [...] e limparia a fonte duas vezes no ano. Por não haver quem mais lançasse lhe meteram o ramo na mão e mandaram os oficiais que se lhe fizesse arrendamento da dita renda no livro das arrematações. Foi fiador, Domingos Alves, hortelão.
53	1621.01.20	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Rodrigues, Saraiva e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
53v	1621.01.23	Vereação. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Rodrigues e Barradas e o escrivão. Inexistência de assuntos.
54	1621.01.24	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Baltazar Pinela, os vereadores Saraiva e Barradas e o tabelião Manuel Chainho por o escrivão Diogo Raposo estar doente. Termo de obrigação que fez André Mendes, morador na dos Patos, termo desta vila, de criar o enjeitado Martinho, referindo que o criava havia alguns anos, por preço certo pago pelo Concelho, que o enjeitado era de idade de seis anos e que o desejava criar, daí por diante, sem a Câmara lhe dar coisa alguma, o que foi

		aceite pelos oficiais presentes.
54v	1621.01.30	Termo de Câmara. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de acordo feito com o dizimeiro Sebastião Rodrigues, rendeiro da Comenda, sobre o pão do terço: trigo a 160 réis e centeio a 100 réis cada alqueire.
56	1621.02.06	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, o vereador Saraiva, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
56v	1621.02.13	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Saraiva e Rodrigues e o escrivão. Inexistência de assuntos.
56v	1621.02.20	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Saraiva e Rodrigues, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
57	1621.02.24	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Rodrigues e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
57v	1621.02.27	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Rodrigues e Saraiva, o procurador e o escrivão. Conta que se tomou a Jorge Luís Verdelho, procurador do Concelho do ano anterior. (Referência a Helena Tibau, mulher que fora do escrivão Domingos Leitão); Termo de quitação dado ao rendeiro dos correntes Romão Chainho, que havia arrendado a dita renda por tempo de três anos, sendo este o último, por 30000 réis anuais.
61	1621.03.06	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Rodrigues e Saraiva, o procurador e o escrivão. Termo de eleição dos fintores que haviam de fazer a finta do padre pregador: para a vila Bartolomeu Barradas e Fernão Chainho, moradores na vila, e Simão Rodrigues do Canal e João Espada do Aleidão.
61v	1621.03.13	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Baltazar Pinela; os vereadores Rodrigues e Saraiva, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
62	1621.03.20	Termo de Câmara. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
63	1621.03.27	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Rodrigues e Saraiva, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho aos vereadores para que eles mandassem o rendeiro da Comenda dar o pão que faltava do terço pois havia grande reclamação no povo que dizia que tinham deixado o rendeiro gastar o pão do terço e que não o obrigavam a dar o que faltava. Notificação ao dizimeiro (rendeiro da Comenda) Bastião Rodrigues, dizendo-lhe que ele estava devendo muito pão de trigo e de centeio que era necessário para se repartir pelo povo, ao que

		ele respondeu que tinha gasto todo o pão e que não encontrava centeio mas que daria todo o trigo quando quisessem. Os vereadores mandaram que na quarta-feira seguinte, com pena de 6000 réis, tivesse trigo e centeio no celeiro para se repartir. Termo do peso do pão: cada pão de 8 réis havia de pesar onze onças. O que fosse encontrado sem o peso estabelecido seria repartido pelos pobres da Misericórdia.
64v	1621.03.30	Termo do pregão do acórdão anterior sobre as padeiras amassarem pão de oito réis e peso de onze onças, feito ao Domingo, na Praça, ao sair a gente da missa.
55 (erro do escrivão a numerar)	1621.03.31	Vereação. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado aos almotacés Pêro Calado Chainho e Jorge Luís Verdelho, vereador e procurador do Concelho no ano anterior, para servirem de almotacés nos meses de abril, maio e junho e fazerem as audiências nos termos declarados no provimento do ouvidor da Comarca; Termo de notificação aos dois almotacés atrás declarados do provimento do corregedor da Comarca; Traslado da carta do ouvidor da Comarca com um alvará de Sua Majestade sobre o comprimento e medidas das espadas e o mais na dita carta declarado.
61	1621.04.02	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Baltazar Pinela, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento a João Fernandes, sapateiro, para juiz do mesmo ofício, por ser homem que bem entendia o referido ofício e a curtimenta que no couro se fazia.
62	1621.04.17	Termo de Câmara. Presenças: o juiz João Dias Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Acórdão sobre a venda do leite e o preço por que se devia vender. Refere que existiam queixas por haver pessoas que nesta vila vendiam o leite muito caro e determinaram que ninguém vendesse leite de vaca e de cabra por mais de doze réis a canada (três réis o quartilho), com pena de quinhentos réis para as rendas do Concelho, sendo-lhe provado por uma testemunha; Termo dos capitães que os oficiais da Câmara fizeram sobre a matança dos gafanhotos que eram muitos e colocavam em perigo as searas das sementeiras; iria uma pessoa de cada casa e quem faltasse pagaria a pena de quinhentos réis para as obras do Concelho.
63v	1621.04.18	Termo do pregão do acórdão sobre o preço do leite.
63v	1621.04.24	Câmara. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
64v	1621.05.08	Vereação. Presenças: o juiz Paião, os vereadores e o escrivão. Inexistência de assuntos.
64v	1621.05.12	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Saraiva e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.

65	1621.05.15	Vereação. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Saraiva e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
65v	1621.05.22	Vereação. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
66	1621.05.29	Vereação. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
66v	1621.06.03	Junta que fizeram o juiz e vereadores. Presenças: o juiz João Dias Paião; os vereadores Bastião Rodrigues, Duarte Barradas e Manuel Chainho, em lugar de Brás Afonso Saraiva; o procurador Gaspar Gonçalves e o escrivão. Nesta junta trataram sobre um mandado do monteiro-mor que trazia Heitor Lopes Gramacho, juiz da coutada da vila de Alcácer do Sal, que queria tirar devassa nesta vila de coutadas de quem cortava madeira na mata de Arcão, o qual mandado os oficiais não acataram pelo facto de não apresentar provisão régia para tirar a dita devassa <i>E juntamente per Esta uilla Estar desmembrada dallcasare</i> ; Auto de diligência que se fez em Câmara sobre a pretensão de Heitor Lopes Gramacho.
69	1621.06.06	Termo de Câmara. Presenças: os juízes ordinários João Dias Paião e Baltazar Pinela; os vereadores Bastião Rodrigues, Brás Afonso Saraiva e Duarte Barradas; o procurador Gaspar Gonçalves e o escrivão. Inexistência de assuntos.
69v	1621.06.12	Vereação. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão.
70	1621.06.19	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Saraiva e Barradas e o tabelião Manuel Chainho por o escrivão estar doente. Inexistência de assuntos.
70	1621.06.26	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores, o procurador e o tabelião Manuel Chainho por o escrivão estar doente. Inexistência de assuntos.
70v	1621.07.01	Termo de juramento dado aos almotacés André Mateus Valadão e Francisco Pires, dos Murtais, para servirem nos meses de julho, agosto e setembro.
71v	1621.07.04	Vereação. Presenças: o juiz Baltazar Pinela, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
72	1621.07.10	Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
72v	1621.07.17	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Leitura do regimento aos vereadores.
73	1621.07.24	Vereação. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Rodrigues e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.

73v	1621.07.31	Vereação. Presenças: o vereador Bastião Rodrigues, da Adega, o procurador e o escrivão.
74	1621.08.04	Vereação. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
75	1621.08.14	Vereação. Presenças: o juiz Baltazar Pinela, os vereadores Rodrigues e Barradas, o procurador e o escrivão.
75v	1621.08.21	Vereação. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Rodrigues e Barradas, o procurador e o escrivão. Apresentação de uma pele grande de lobo que matou o padre prior Barnabé Afonso Barradas na herdade de Maceira. Foi dado juramento a Pêro André que disse ter visto o padre prior matar o lobo no sítio indicado; Termo de notificação ao pedreiro António Pilhado que tinha tomado a obra da Câmara, para que ele tivesse cal para a obra da Câmara até dia 24 de agosto, com pena de, não a tendo, a mandarem trazer à sua custa e de pagar 6000 réis, metade para quem o acusasse; Requerimento que fez João Rodrigues, carpinteiro da obra da Câmara, para que António Pilhado tivesse a obra em condições dele a madeirar a partir de quinze de setembro, tendo os oficiais determinado que disto fosse notificado o referido pedreiro.
77	1621.08.23	Juramento a António Vaz Pardo, morador nesta vila, para servir de guarda nesta vila e seu termo, guardando bem as fazendas e benfeitorias.
78	1621.08.28	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Baltazar Pinela, os vereadores Saraiva e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
78v	1621.09.04	Vereação. Presenças: os vereadores Rodrigues e Saraiva, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
79	1621.09.11	Vereação. Presenças: o juiz Pinela, os vereadores e o escrivão. Leitura do regimento aos vereadores.
80	1621.09.18	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Rodrigues, Barradas e Noutel Fernandes Chainho em lugar de Brás Afonso Saraiva, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
80v	1621.09.25	Vereação. Presenças: os vereadores Rodrigues e Barradas, o procurador e o escrivão. Termo de juramento a Bartolomeu Vaz Frayão e a Gaspar Rodrigues Beirão, moradores nesta vila e seu termo, para servirem de almotacés nos meses de outubro, novembro e dezembro.
81	1621.10.02	Vereação. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
81v	1621.10.10	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Pinela, os vereadores Saraiva, Barradas e Bartolomeu Luís Neto em lugar do ausente Bastião Rodrigues da Adega, o procurador e o escrivão.
82	1621.10.16	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Rodrigues e Saraiva, o procurador e o escrivão. O juiz

		João Dias Paião e restantes oficiais mandaram chamar o pedreiro António Pilhado e João Rodrigues, carpinteiro, que tinham tomado a obra da casa da Câmara e mandaram fazer este termo que eles assinaram, dizendo-lhes os oficiais que no caso do telhado da obra fazer algum assento e correr que ambos se obrigassem, pelo período de três anos, ao seu arranjo à sua custa, sem a isso colocarem dúvida nem embargo.
83	1621.10.18	Termo de entrada de 117 porcos que fez André Lopes, morador em Alfundão, termo da cidade de Beja, no montado de Gonçalo Pires, de Vale de Joana, que foi seu fiador às perdas e danos. Foram testemunhas João Fernandes, sapateiro, e Gaspar Leitão, moradores nesta vila.
83v	1621.10.23	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Pinela, os vereadores Rodrigues e Saraiva e Pêro Calado Chainho em lugar de Duarte Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
84	1621.10.23	Vereação. Presenças: o juiz Pinela, o vereador Saraiva e Noutel Fernandes Chainho em lugar de outro vereador por serem ausentes da terra, o procurador e o escrivão; Arrematação da marchantaria da vila e seu termo, o que não se verificou; Apareceu em Câmara Manuel Rodrigues, mercador, pretendendo autorização para vender certa quantidade de pão do mar (pão do mar significa que era feito com cereal importado), o qual era trigo que pretendia vender por 230 réis cada alqueire. O procurador do Concelho requereu ao juiz e vereadores que o não consentissem por estar ainda por dar o pão do terço do celeiro e a venda do trigo a este preço ser muito prejudicial ao povo. Os oficiais mandaram ao escrivão que notificasse ao mercador em questão para que não vendesse o pão do mar com pena de 4000 réis para as obras da Câmara, pagos da cadeia; Notificação feita a Manuel Rodrigues, mercador.
85v	1621.10.26	Entrada de 50 porcos que fez Pêro Manuel, morador na Nogueira, termo de Alcácer do Sal, no montado de João Luís, da Ameira, que foi seu fiador.
86v	1621.10.30	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Barradas e Saraiva, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
87	1621.11.01	Entrada de 120 porcos, grandes e pequenos, de Pêro Martins, morador na aldeia de Safara, por seus pastores Pêro Fernandes e Gonçalo Rodrigues, nos soverais de João da Costa do Vale do Poço e do Magro da Freixeira, termo da vila de Grândola, sendo fiador João Raposo, morador nesta vila.
88	1621.11.05	Entrada de 114 porcos que fez Manuel Taveira, morador na vila do Barreiro, e que eram de seu cunhado João Baptista, de Lisboa, genro de Rui Gomes, no soveral de Catarina Dias das Barradas de Cima e no de Brás Mateus, sendo fiador João Vaz Estaço, morador nesta vila.

89	1621.11.05	Entrada de 60 porcos que fez o médico de Messejana no montado da Anisa de Gaspar Rodrigues Beirão, sendo este seu fiador.
89v	1621.11.05	Entrada de 30 porcos, grandes e pequenos e machos e fêmeas, do padre frei João Rodrigues, clérigo do hábito de Avis, prior de Safara, que fez António Martins, seu maioral, morador na mesma aldeia de Safara, no montado das Fontainhas, sendo fiador Manuel Lopes, lavrador da mesma herdade.
90v	1621.11.06	Entrada de 126 porcos, grandes e pequenos, de Rodrigo Afonso de Matos, os quais meteu o seu maioral Pêro Rodrigues no soveral das Ferrarias e deu por fiador a Diogo Soares, morador nesta vila.
91v	1621.11.06	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Rodrigues e Saraiva, o procurador e o escrivão. Leitura do regimento aos vereadores.
92v	1621.11.08	Entrada de 23 porcos de Lourenço Gonçalves, da Botinha, termo de Santiago do Cacém, no soveral de Heitor Nunes em São Lourenço, sendo fiador Brás Mateus Pato.
93	1621.11.08	Entrada de 22 porcos de Manuel Jorge, da Carrasqueira, termo da vila de Alcácer do Sal, no soveral de Vale de Martim Afonso, sendo fiador Mateus da Costa, do Aleidão.
94	1621.11.13	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Saraiva e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
94v	1621.11.14	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo da entrega de Diogo, enjeitado à porta de António Vilhana, morador no Viso, a Francisco Fernandes, cardador, por 600 réis mensais para a sua criação.
95v	1621.11.14	Entrada de 108 porcos de Brás Esteves, morador na aldeia de Safara, que fez o maioral António Fernandes na herdade das Fontainhas. Foi fiador o lavrador das Fontainhas, Domingos Lopes.
97	1621.11.27	Termo de Câmara. Presenças: o vereador Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
97	1621.11.30	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Rodrigues e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
97v	1621.12.04	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Rodrigues e Saraiva, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
98	1621.12.04	Entrada de 30 porcos, machos e fêmeas, grandes e pequenos, de Francisco Gonçalves de Vale das Lamas, termo de Santiago do Cacém, no soveral das Barradas de João Magro, sendo fiador João Álvares de Vale de Moinhos.

99	1621.12.06	Entrada de 31 porcos, machos e fêmeas, de Tomé Gaspar do termo de Santiago do Cacém, no sovelal de Brás Mateus Pato, sendo fiador Pêro Calado Chainho.
90	1621.12.11	Vereação. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Barradas e Rodrigues, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
90v	1621.12.18	Vereação. Presenças: os vereadores Barradas e Rodrigues, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
91	1621.12.21	Vereação. Presenças: o juiz Paião, os vereadores Barradas e Saraiva, o procurador e o escrivão. Leitura do regimento aos vereadores.
92	1621.12.25	Junta dos oficiais em Câmara para se abrir o pelouro. Presenças: o juiz Paião, os vereadores, o procurador e o escrivão. Aberto o pelouro verificou-se saírem eleitos: para juízes ordinários Noutel Fernandes Chainho, morador nesta vila, e Manuel Gonçalves Gamito, morador no termo; para vereadores Bartolomeu Luís Neto, Bartolomeu Barradas e Mateus Estaço, morador em Corte Galego, e para procurador do Concelho Manuel Figueira. Os oficiais mandaram que o escrivão escrevesse ao ouvidor da Comarca para que passasse carta de confirmação.
94	1621.12.31	Vereação. Presenças: todos. Termo de juramento dado aos vereadores e procurador do Concelho; Termo de juramento dado aos juízes; Termo de eleição de dois almotacés a votos para servirem nos meses de janeiro, fevereiro e março: Diogo Pires e Diogo Vaz Louseiro, moradores na vila; Termo de juramento dos almotacés; Termo de notificação dos provimentos do corregedor aos almotacés eleitos; Termo de como foi entregue Manuel, enjeitado à porta de Salvador de Oliveira, de noite, o qual vinha metido numa alcofa, a João Raposo para sua mulher o criar em sua casa por 600 réis mensais. O enjeitado estava acompanhado de dois escritos referindo um que já era batizado e o outro dizia que o criassem que se pagaria muito bem a sua criação; Lembranças dos oficiais que saíram aos que de novo entravam: que respondessem com a diligência da obra da ponte que estava na mão do provedor da Comarca; que corresse com um negócio entre Rui Gomes Correia, rendeiro da Comenda, e a Câmara sobre a finta que fizeram do lançamento do cabeção em que ele foi fintado e a qual corria no juízo do conservador das Ordens da cidade de Lisboa em que representava a Câmara o procurador Francisco Lopes da Costa; ficava na mão do escrivão um precatório passado a Francisco Salema, mancebo solteiro morador na vila de Santiago do Cacém, para pagar a criação de um enjeitado e os custos do próprio precatório e de idas que se fizeram para o requererem por constar ser o pai do dito enjeitado; que dessem execução a um rol de revéis que trazia o alcaide João Gonçalves e que era da ponte da Rilva; de

		três paus que compraram para as obras da ponte se gastaram apenas dois estando o outro de pé e assinado no chão de Heitor Nunes, o qual ele vendeu à Câmara para quando dele necessitasse e era o melhor dos três; que fizessem pagar o último quartel da renda da almotaçaria ao rendeiro ou seu procurador.
101	1622.01.06	Termo de Câmara. Presenças: o juiz ordinário Noutel Fernandes Chainho; os vereadores Bartolomeu Luís Neto, Bartolomeu Barradas e Mateus Estaço e o escrivão da Câmara Diogo Raposo. Juramento a António Vaz Pardo, morador nesta vila, para servir de guarda e acautelar todas as benfeitorias da mesma; Termo de aceitação e acordo que se fez com o porteiro António Pires; Termo de entrega do selo do Concelho a Bastião Rodrigues, vereador mais velho do ano anterior; Termo de entrega das duas chaves da arca que tinha o cartório da Câmara ao vereador mais velho e ao escrivão; Termo de entrega das três chaves do cofrinho onde estava o bolso dos pelouros da eleição; Termo de leitura do regimento aos vereadores.
107	1622.01.08	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Neto e Barradas e o escrivão. Inexistência de assuntos.
107v	1622.01.09	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores e o escrivão. Os oficiais mandaram chamar Gaspar Gonçalves, morador na vila, para servir de procurador enquanto não viesse o eleito e o mesmo prestou o respetivo juramento.
108v	1622.01.15	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Neto e Estaço e o tabelião Pêro Calado Chainho, por o escrivão da Câmara se encontrar doente. Inexistência de assuntos.
109	1622.01.16	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Manuel Gonçalves Gamito, os vereadores Neto e Estaço, o procurador Gaspar Gonçalves e o tabelião Pêro Calado Chainho, por estar doente o escrivão da Câmara. Termo de arrematação da renda do verde da almotaçaria desta vila e seu termo a João Rodrigues, hortelão desta vila, por 33000 réis, 150 varas de calçada, um moio de cal no curral do Concelho para com ela se fazer obra e as seguintes ordinárias costumadas: 24 varas vermelhas para juizes e vereadores e almotacés (sendo grossas as dos vereadores); seis varas verdes para quadrilheiros e quatro folias pelas quatro procissões da obrigação da Câmara; uma resma de papel; limpar a fonte quando fosse necessário e enramar os ramos da Ressurreição e de dia de Páscoa.
111	1622.01.22	Vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto e Barradas, o procurador do Concelho Manuel Figueira e o escrivão Diogo Raposo. Apareceu perante os oficiais Manuel Rodrigues, mercador, dizendo que tinha uns moios de trigo para vender do qual levou uma amostra tendo os

		oficiais considerado que era de menor qualidade e que não valia o preço pelo qual os almocreves vendiam o deles. O procurador requereu que Manuel Rodrigues não vendesse esse trigo na vila e no termo, no que concordaram os oficiais que tal mandaram notificar ao mesmo, com pena de 4000 réis pagos da cadeia para as obras do Concelho.
113	1622.01.23	Vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto e Barradas, o procurador do Concelho Manuel Figueira e o escrivão Diogo Raposo. Termo de entrega da pilha, balança e pesos do Concelho ao procurador Manuel Figueira; Conta que se tomou a Gaspar Gonçalves, procurador no ano de 1621.
116	1622.01.30	Vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto e Barradas, o procurador do Concelho Manuel Figueira e o escrivão Diogo Raposo. Arrematação do sal a André Machado, morador nesta vila, para o vender na vila e no termo durante todo o ano pela importância de meio tostão o alqueire, alvo e muito bom e que fosse sempre almotaçado.
117	1622.02.02	Vereação. Presenças: o juiz Chainho, o vereador Barradas, o procurador do Concelho Manuel Figueira e o tabelião Pêro Calado Chainho por estar doente o escrivão Diogo Raposo. Acordo que os oficiais fizeram com o padre licenciado Domingos Rodrigues, beneficiado curado na Matriz desta vila, para pregar na quaresma, por se encontrar o povo muito carregado e oprimido com fintas. Os sermões seriam ditos na igreja Matriz todos os domingos desde o último domingo de Carnaval até ao domingo de Pascoela, bem como todas as sextas-feiras até à sexta-feira da Paixão, pelo valor de 8000 réis fintados pela população. No caso de não conseguir celebrar os sermões pagaria a outro pregador para os celebrar.
118v	1622.02.05	Vereação. Presenças: o juiz Gamito, o vereador Barradas, o procurador do Concelho Manuel Figueira e o tabelião Pêro Calado Chainho por estar doente o escrivão Diogo Raposo. Inexistência de assuntos.
118v	1622.02.09	Termo que os vereadores mandaram fazer sobre a segurança e arrecadação do dinheiro do Concelho e da terça real. Presenças: o vereador mais velho Bartolomeu Luís Neto e o vereador Bartolomeu Barradas que mandaram que o procurador do Concelho desse fiança ao dinheiro do Concelho e à terça real, por ele ser muito pobre e o não terem por seguro na sua mão. Contudo, como o procurador não havia dado a referida fiança, mandaram que se lhe não desse o dinheiro e que se elegeisse tesoureiro seguro e abonado, elegendo logo de seguida Gaspar Gonçalves Neves, procurador do ano anterior, por ser homem rico e abonado.
119v	1622.02.12	Vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto e Barradas e o escrivão Diogo Raposo.

		Inexistência de assuntos.
120	1622.02.19	Vereação. Presenças: os vereadores Neto e Barradas e Estaço, o procurador e o escrivão Diogo Raposo. Leitura do regimento aos vereadores.
121	1622.02.27	Termo de Câmara. Presenças: os vereadores Neto e Barradas e Estaço, o procurador e o escrivão Diogo Raposo. Termo de como foi entregue a Manuel Figueira, procurador do Concelho, o enjeitado Manuel, que até aí se encontrava em casa de Jorge Luís Verdelho, para ele o criar em sua casa, por preço de 500 réis mensais secos – sem vestuário e calçado; Termo do tesoureiro e recebedor do dinheiro e bens do Concelho que de novo se fez em Câmara para ter e cobrar o dito dinheiro do Concelho no ano corrente. Gaspar Gonçalves Neves escusou-se afirmando que não tinha dado bem conta do dinheiro no seu ano, que era um homem mal disposto e que não sabia ler. Os oficiais ponderaram e resolveram eleger João Gago, marchante, morador nesta vila, que aceitou servir o cargo de tesoureiro.
123	1622.02.27	Termo de entrega de Manuel, enjeitado, a Jorge Luís Verdelho, que já anteriormente o tivera em casa, para o criar até ao final do ano. Este enjeitado ia ser entregue ao procurador Manuel Figueira mas Jorge Luís Verdelho disse aos oficiais que o criava muito bem e lhe tinha muito amor, pelo que se não atrevia a colocá-lo fora de casa e que ele o queria criar até ao final do ano por 450 réis mensais secos, o que foi aceite pelos oficiais.
123v	1622.03.06	Vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
124	1622.03.12	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto, Barradas e Estaço e o tabelião Pêro Calado Chainho por o escrivão se encontrar doente. Inexistência de assuntos.
124v	1622.03.13	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto, Barradas e Estaço e o tabelião Pêro Calado Chainho por o escrivão se encontrar doente. Inexistência de assuntos.
125	1622.03.19	Vereação. Presenças: os vereadores Neto e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
125v	1622.03.20	Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador Manuel Gonçalves Figueira e o escrivão. Petição do marchante João Gago sobre a marchantaria da carne de carneiro e o preço da mesma.
127	1622.03.26	Vereação. Presenças: o juiz Chainho, o vereador Estaço, o procurador e o escrivão da Câmara Francisco de Araújo, que iniciou funções. Inexistência de assuntos.
127v	1622.04.01	Termo de juramento aos almotacés Duarte Barradas e Gaspar Gonçalves Neves para servirem nos

		meses de abril, maio e junho. Termo de leitura dos provimentos do corregedor aos almotacés.
129	1622.04.02	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto e Barradas, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado ao cortador da carne António Simões para que ele não desse nenhuns dentes no peso, sob pena de 500 réis para as obras do Concelho e que pesasse a carne bem ao povo e a seus donos, sob a mesma pena; Acórdão que fizeram os juizes e vereadores para que ninguém abarcasse vinho algum que viessem vender a esta vila sem licença da Câmara, com pena de 1000 réis para as obras do Concelho; Termo de pregão deste acórdão.
131	1622.04.03	Termo do juramento dado a Domingos Fialho, morador nesta vila, para servir de jurado, isto é, de guarda do rendeiro da renda da almotaçaria, João Rodrigues, para guardar as benfeitorias e vigiar as fazendas trazendo-as bem guardadas e que lançasse todas as coimas no livro que fizesse.
132	1622.04.08	Traslado de uma provisão de Sua Majestade em que mandava que as Câmaras destes reinos fizessem esmolos aos frades de São Francisco da Casa de Jerusalém.
135	1622.04.09	Vereação. Presenças: o juiz Noutel Fernandes Chainho; os vereadores Bartolomeu Barradas e Mateus Estaço, o procurador do Concelho Manuel Figueira e o escrivão Francisco de Araújo. Requerimento do procurador do Concelho sobre se vender nesta vila o leite a dezasseis réis a canada, que era caro e não valia mais de doze réis a canada, preço pelo qual fora vendido nos anos anteriores. Neste sentido, requereu que se não vendesse por mais de três réis o quartilho; Acordo sobre o abarcar do vinho, derogando o acordo anterior e permitindo que todas as pessoas pudessem comprar vinho vindo de fora. O pregão deste acordo foi feito no dia seguinte.
136v	1622.04.11	Juramento dado a António Simões, morador nesta vila, para servir de jurado e guarda da renda da almotaçaria.
137v	1622.04.15	Junta dos oficiais. Foi chamado Manuel Rodrigues Canilhas para declarar quanto centeio do mar trazia para vender e o mesmo declarou que trazia sete moios, ao que os oficiais responderam que não retirasse nenhum para fora da terra nem o vendesse sem a sua autorização pois seria para se repartir pelas pessoas do povo. Manuel Canilhas disse que queria para sua casa um moio e que os restantes seis se venderiam tal qual os oficiais mandavam.
138	1622.04.16	Vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Estaço e Barradas, o procurador e o escrivão. Termo de entrada de catorze vacas (grandes e pequenas) de Francisco Gonçalves de Vale das Lamas, freguesia de Melides, concelho de Santiago do Cacem, que foram engordar na herdade da Sesmaria da freguesia de Nossa Senhora da Azinheira [dos Barros]. Foi fiador João Dias Paião, morador nesta vila.

140	1622.04.22	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto, Estaço e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
140v	1622.04.23	Junta que os juizes e os vereadores fizeram sobre a tomada do centeio, que ia numas carretas para Messejana, para esta vila por causa da grande necessidade que havia de pão. Este pão foi guardado nos Paços do Concelho e no dia seguinte se apregooou que quem quisesse comprar deste centeio o fizesse, pois era todo para repartir pelo povo da vila e seu termo e o dinheiro obtido foi depositado em mão de pessoa abonada desta terra e mandaram que o dono do centeio viesse receber o seu dinheiro.
141v	1622.04.30	Vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto, Estaço e Barradas, o procurador e o escrivão. Leitura do regimento aos vereadores.
142v	1622.05.03	Requerimento que fez o procurador do Concelho por parte do povo ao juiz Manuel Gonçalves Gamito dizendo que nesta vila se vendiam favas a três vinténs e que as haviam subido para quatro vinténs, o que era muito prejudicial ao povo. O juiz determinou que ninguém vendesse favas por mais de cinquenta réis cada alqueire, com pena de quinhentos réis para as rendas do Concelho.
143	1622.05.07	Vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto, Estaço e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
143v	1622.05.14	Termo de vereação. Presenças: o juiz Gamito, os vereadores Estaço e Barradas, o procurador e o escrivão. Termo da entrega das duas chaves da arca do cartório da Câmara pelo escrivão anterior, Diogo Raposo, aos oficiais que, por sua vez, entregaram uma ao escrivão Francisco de Araújo e outra ao vereador mais velho Bartolomeu Luís Neto.
144v	1622.05.22	Vereação. Presenças: o juiz Gamito, os vereadores Neto, Estaço e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
145	1622.05.25	Junta do juiz e vereadores. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto, Estaço e Barradas, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho, para que os oficiais arrecadassem o dinheiro do quartel da responsabilidade do rendeiro e mandassem chamar o pedreiro Pilhado e o carpinteiro João Rodrigues para que eles acabassem a obra da Câmara, que já era tempo de se acabar; Notificação a João Rodrigues, carpinteiro, e ao pedreiro António Pilhado para que, com pena de 2000 réis pagos da cadeia para a cruzada e acusador, acabassem a obra da Câmara do Paço da Audiência no prazo de vinte dias.
146v	1622.05.28	Vereação. Presenças: o juiz Gamito, os vereadores Neto, Estaço e Barradas, o procurador e o

		escrivão. Inexistência de assuntos.
147v	1622.06.04	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
148	1622.06.10	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
148v	1622.06.18	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
150	1622.06.19	Termo de acordo feito com o escrivão da Câmara para trasladar e reformar um livro de posturas da almotaçaria pela importância de 1500 réis.
151	1622.06.22	Termo de juramento dado a Gonçalo Fernandes, morador nesta vila, para servir de jurado e de guarda do rendeiro João Rodrigues, para fazer as coimas que achasse para fazer e as posturas da Câmara lhe mandassem de modo a guardar bem as fazendas e benfeitorias do termo.
152	1622.06.25	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
152v	1622.07.01	Termo de juramento dado aos dois almotacés Brás Afonso Saraiva e Sebastião Rodrigues, da Adega, para servirem nos meses de julho, agosto e setembro; Termo de leitura dos provimentos do ouvidor aos almotacés.
154	1622.07.02	Termo de vereação. Presenças: o juiz Gamito, os vereadores, o procurador e o escrivão. Acordo sobre o peso do pão feito pelas padeiras que devia pesar dezasseis onças cada e quem não cumprisse pagaria quinhentos réis para as rendas do Concelho e perderia o pão que tivesse menos peso, o qual seria para os presos. Mandaram que se apregoasse este acordo ao domingo, à saída das pessoas da missa.
155v	1622.07.09	Termo da Câmara. Presenças: o juiz Noutel Fernandes Chainho; os vereadores Duarte Barradas (deve ser erro e tratar-se de Bartolomeu Barradas), Bartolomeu Luís Neto e Mateus Estaço; o procurador Manuel Figueira e o escrivão Francisco de Araújo. Acordaram que enquanto durasse o tempo das uvas, até serem de todo vindimadas, que toda a pessoa que fosse encontrada de dia ou de noite em vinhas que não fossem suas e não tendo delas renda alguma, teria de pena 2000 réis pagos da cadeia e dela não seria solto até as vinhas serem completamente vindimadas e que toda a pessoa que fosse encontrada nas vinhas não sendo em caminho direito pelas duas estradas do Zambujal e do Furadoiro teria de pena 1000 réis pagos da cadeia onde ficaria pelo período de quinze dias, tudo para as rendas do Concelho.

157v	1622.07.15	Termo de leitura do regimento aos vereadores.
158	1622.07.16	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Neto, Barradas e Estaço, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
158v	1622.07.17	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Mandaram chamar Manuel Dias, morador nesta vila, para servir de porteiro do Concelho, com o vencimento de 2000 réis pagos das rendas do Concelho em dois quartéis e com a obrigação de, todos os sábados e domingos, estar presente para abrir a casa da Câmara e em todos os restantes dias que a ela fosse chamado e de fazer de graça todas as diligências dela limpando e juncando a casa da Câmara sempre que lhe fosse mandado.
159v	1622.07.23	Termo de acordo com António Simões, que já estava concertado com o rendeiro João Rodrigues, para ser guarda até janeiro.
160v	1622.07.23	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
161	1622.07.30	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
161v	1622.08.06	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
162v	1622.08.13	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
163	1622.08.20	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Determinaram que se não vindimasse antes do dia dez de setembro e que quem o pretendesse fazer antes, tendo causa licita, que efetuasse petição à Câmara. Quem o contrário fizesse pagaria 2000 réis de pena para as rendas do Concelho e acusador e mandaram que se apregoasse o acórdão ao Domingo, à saída das pessoas da missa.
164	1622.08.21	Junta do juiz e vereadores. Presenças: o juiz Manuel Gonçalves Gamito, os vereadores, o procurador e o escrivão. Acordo sobre o pão de trigo de dezasseis onças que as padeiras amassavam para o povo e passageiros que, por o trigo se encontrar mais caro, passaria a pesar treze onças apenas, com pena de quinhentos réis para as rendas do Concelho.
165	1622.08.27	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.

165v	1622.09.03	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho aos vereadores para que eles mandassem arrecadar o dinheiro da terça real e para que mandassem chamar João Rodrigues e António Pilhado para que fossem notificados para mandarem trazer o sino e o colocarem no seu lugar pois já se encontrava feito, bem como a calçada que o rendeiro tinha obrigação de fazer e que o mesmo era obrigado a levar um moio de cal para o curral do Concelho; Os oficiais mandaram que o escrivão notificasse o carpinteiro João Rodrigues para que dentro de dez dias acabasse a seda, mesa e assentos da casa da audiência que tinha obrigação de fazer e ao pedreiro António Pilhado para que, dentro do mesmo tempo, acabasse de guarnecer a casa da Câmara, a frontaria de diante e tudo o mais que ele tinha de obrigação e que trouxessem durante o referido mês o sino da casa da Câmara que estava feito na cidade de Lisboa e que se não largasse a obra até estar acabada de guarnecer e ladrilhar. O escrivão efetuou as notificações, sob pena de que não cumprindo se mandasse fazer à sua custa e de mandarem chamar outros oficiais de fora da terra e de se fazer a sua conta.</p>
167	1622.09.04	<p>Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Os oficiais acordaram e mandaram que ninguém vendesse vinho ou água-pé sem antes serem mostrados em Câmara pelo muito mal e dano que faziam a este povo. Quem o contrário fizesse pagaria 1000 réis de pena para as rendas do Concelho e o escrivão apregoaria este acórdão no domingo seguinte à saída da missa; Termo do pregão do acordo do vinho.</p>
168v	1622.09.10	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento e dos provimentos aos vereadores e notificação do escrivão para que o usassem e cumprissem, o que eles prometeram fazer; Termo de juramento dado a António Gonçalves, morador nesta vila, para servir de guarda do rendeiro da almotaçaria.</p>
170v	1622.09.17	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Apareceu perante os oficiais António Pilhado, pedreiro, morador nesta vila, que estava fazendo as casas da Câmara por provisão régia concedida a este povo, o qual disse e requereu aos oficiais que ele mandara trazer com a pedraria das janelas e portas das ditas casas da Câmara certas pedras lavradas que já se encontravam na casa, escada e varanda da dita casa as quais, segundo ele, não entravam no termo de arrematação da obra e que para acabamento e perfeição da escada e varanda as mandara ele trazer e que querendo os oficiais a dita pedra e que a colocasse na varanda a poria com a condição de lhe pagarem. Os oficiais mandaram que as colocasse, apesar delas não constarem da arrematação e que aquando da vinda do provedor lhe seria pago e</p>

		feita finta para se acabar de pagar a dita pedra e se lhe pagaria todo o valor dela.
171v	1622.09.21	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Perante eles apareceu Bastião Rodrigues Correia, rendeiro da Comenda no ano anterior, que apresentou um precatório do juiz de fora de Alcácer do Sal sobre se mandar requerer quatro fintores dos que fizeram o lançamento da casa da Câmara e audiência e que lhe fosse levado o livro respetivo.
172	1622.09.24	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Os oficiais mandaram chamar João Rodrigues, rendeiro do verde da almotaçaria, e mandaram que o escrivão o notificasse para que, no prazo de vinte dias, levasse um moio de cal para o curral do Concelho, como constava do auto da arrematação, sob pena de o mandarem fazer à sua custa.
173v	1622.10.01	Termo de juramento dado aos dois almotacés João Dias Paião e Baltazar Pinela, juizes no ano transato, para servirem nos últimos três meses do ano. Termo de leitura aos almotacés dos provimentos deixados pelos corregedores da vila de Setúbal.
175	1622.10.01	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
175v	1622.10.08	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento aos vereadores.
176	1622.10.15	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
176v	1622.10.22	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Apareceu o rendeiro João Rodrigues e solicitou que dessem juramento a António Gonçalves para servir de guarda devido ao facto de António Simões, que se encontrava obrigado até janeiro, se encontrar muito ocupado por ser cortador da carne do açougue e por ser quadrilheiro, o que prejudicava a renda da almotaçaria. Os oficiais aceitaram e deram juramento ao novo guarda.
178	1622.10.29	Termo de vereação. Presenças: o juiz Gamito, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
178v	1622.11.02	Termo de metida de vinte cabeças de porcos de André Leitão, do termo de Alcácer do Sal, no sovelal de Vale de Martim Afonso, sendo fiador Pêro Gonçalves, da mesma herdade.
179v	1622.11.05	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão.
180	1622.11.12	Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento e dos provimentos do ouvidor da Comarca. Como ninguém lançara na

		<p>marchantaria, a mesma não se arrematara como era costume no dia de Todos-os-Santos e os lavradores da vila e termo vendiam alguns porcos e outro gado para fora da terra, o que fazia perecer o povo, acordaram que ninguém vendesse porcos para fora sem licença da Câmara, de modo a ficar o terço para o povo. Quem o não cumprisse seria preso e pagaria dez cruzados para a renda do Concelho, o que mandaram apregoar ao domingo à saída da missa; Acordaram ainda que ninguém, mesmo os almocreves, levasse carne de porco para a tornarem a vender fora da vila e seu termo, nem para darem, sem licença da Câmara, sob pena de 1000 réis para a renda do Concelho.</p>
181v	1622.11.13	<p>Termo de pregão dos acordos anteriores efetuado pelo porteiro Manuel Dias, ao Domingo, perante muita gente que vinha do termo à missa.</p>
182	1622.11.17	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho (assinou o juiz Gamito em seu lugar), os vereadores, Manuel Martins em lugar do procurador, por este se encontrar fora, e o escrivão. Notificação feita a Manuel Martins, morador nas Barradas, que tinha porcos suficientes para se cortarem que eram necessários por não existir marchante obrigado, para ele trazer no dia seguinte cinco porcos para se cortarem no açougue desta vila e venderem ao povo os machos a dezasseis réis o arrátel e as fêmeas a quinze, sob pena de seis mil réis sendo metade para o acusador e a outra metade para a bula da Cruzada; Termo de juramento dado a André Martins Gago, morador nesta vila, para assistir à arrematação das carnes e às vereações em lugar do procurador Manuel Figueira que estava fora da terra, por ser homem bom e de bom zelo, ter bom entendimento e ter já servido o cargo de procurador.</p>
184	1622.11.26	<p>Termo de Câmara. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores, André Martins servindo de procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.</p>
185	1622.11.26	<p>Termo de entrada de 23 porcos de Luís Gonçalves da Afeiteira, termo de Santiago do Cacém, no soveral e montado de Heitor Nunes Raposo, de São Lourenço, que foi fiador.</p>
186	1622.12.04	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Gamito, os vereadores, André Martins Gago em lugar do procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.</p>
187v	1622.12.25	<p>Junta dos oficiais da Câmara para se abrir o pelouro. Presenças: os juízes Chainho e Gamito, os vereadores Barradas e Estaço, o procurador Manuel Figueira e o escrivão. Eleitos: juízes – Martim Parreira de Andrade e João de Vilhana; vereadores – Bernardo de Castro (Bernaldo de Crasto), Brás Martins Pato e Bastião Gonçalves Figueira; Os oficiais mandaram ao escrivão que passasse carta para o ouvidor da Comarca para que este passasse carta de confirmação.</p>

189v	1622.12.31	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Chainho, os vereadores Barradas e Estaço, o procurador Figueira e o escrivão. Requerimento do procurador para que fosse notificado o rendeiro da almotaçaria e os seus fiadores Alonso Gomes e Jorge Pires Serrão para que dentro de tempo limitado mandassem fazer a calçada que tinha de obrigação fazer, em conformidade com o auto de arrematação, sob pena de pagarem 2000 réis, depois de presos na cadeia, metade para o acusador e a outra metade para os cativos; Termo de juramento dado aos vereadores e ao procurador do Concelho: Bernardo de Castro, Bastião Gonçalves Figueira, Brás Martins Pato e Diogo Soares; Termo de eleição de dois almotacés para servirem em janeiro, fevereiro e março: Francisco Carvalho e Manuel Álvares, do Pombal, ambos moradores nesta vila; Termo de juramento dado aos ditos almotacés; Termo de notificação dos provimentos do ouvidor da Comarca aos dois almotacés; Termo de juramento aos juízes Martim Parreira de Andrade e João de Vilhana; Lembranças dos oficiais anteriores aos que de novo entraram: - que respondessem sobre o caso da finta deitada a Rui Gomes Correia, rendeiro que havia sido da Comenda desta vila, recordando o que haviam acordado com Bastião Rodrigues, seu filho e procurador; - que ficava por acabar a calçada que o rendeiro da almotaçaria era obrigado a deixar feita no referido ano, a qual se não fizera até ao momento por o tempo estar muito seco e que no livro da Câmara ficava termo com a pena a pagar se esta não ficasse pronta no prazo de três meses; - que cuidassem do pão do terço do celeiro e que vissem em que estado se encontrava; - que respondessem a Sua Majestade sobre o negócio da ponte que se havia de fazer e de que o provedor já tinha conhecimento por o ter deixado o ouvidor em provimento; - mandaram que arrecadassem o último quartel da renda da almotaçaria que ficava devendo o rendeiro ao tesoureiro João Gago.</p>
197v	1623.01.01	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Brás Martins Pato, que servia em lugar dos juízes ordinários por ser o vereador mais velho, na forma da Ordenação, até chegar a confirmação dos mesmos; o vereador Bastião Gonçalves Figueira, o procurador do Concelho Diogo Soares e o escrivão Francisco de Araújo; Juramento a António Pires, morador nesta vila, para servir de guarda enquanto não existisse rendeiro da almotaçaria.</p>
200	1623.01.06	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade; os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Termo de acordo que se fez com Manuel Dias para porteiro do Concelho; Termo da entrega da pilha, pesos, balança e medidas do Concelho a Diogo Soares, procurador do Concelho; Termo de entrega do selo do Concelho a Bartolomeu Luís</p>

		<p>Neto, vereador mais velho no ano anterior; Termo de entrega das duas chaves do cartório da Câmara ao vereador mais velho Bastião Gonçalves Figueira, por ter saído no pelouro como vereador mais velho; Termo da entrega das três chaves do cofrinho onde estava o bolso dos pelouros da eleição; Termo de leitura do regimento aos vereadores; Requerimento do procurador para que os oficiais mandassem notificar o marchante para não trazer porcos no Rossio de São Sebastião porque foçavam e revolviavam a erva que era em benefício das cavalgaduras deste povo e seu termo e que fosse determinada a pena que lhes parecesse. Os oficiais acordaram que fosse notificado o dito André Machado, marchante, para que, com pena de 1000 réis para os cativos e acusador, não trouxesse mais os ditos porcos no Rossio de São Sebastião. Requerimento do marchante aos oficiais para que proibissem a venda de porcos para fora do termo pois não existiam ao momento por causa das licenças dadas por oficiais anteriores para que se vendessem na vila de Setúbal, o que foi deferido pela Câmara e estipulada a pena de 1000 réis para as rendas do Concelho; Termo de pregão do acordo anterior.</p>
209	1623.01.08	<p>Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade; os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Resposta a uma carta do ouvidor da Comarca sobre ele ter mandado pedir o púlpito da Matriz desta vila para se pregar na quaresma. Termo de entrega do enjeitado Manuel a Jorge Luís Verdelho, que já o estava criando por ordem dos vereadores passados por conta do Concelho, por período de um ano e 500 réis por mês.</p>
210v	1623.01.14	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade; os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Termo de entrega de outro enjeitado de nome Manuel a João Raposo, que já o estava criando, por período de um ano e por 600 réis mensais; Termo de notificação feita pelo escrivão a João Dias Paião, rendeiro da Comenda, pelo facto dele ter levado muito pão para forma da terra sem os oficiais saberem quanto era o terço do mesmo para se repartir pelo povo. Foi notificado para que daquela data em diante não levasse ou mandasse pão algum para fora, sob pena de procederem contra ele como lhes parecesse ser justo, ao que o rendeiro respondeu que não levaria mais pão para fora sem primeiro participar aos oficiais quanto era o terço do mesmo; Termo de nova chamada a João Dias Paião, rendeiro da Comenda, para com ele tratarem sobre o preço do pão do terço que se havia de repartir pelo povo e acordaram que o trigo se venderia a 250 réis o alqueire e o centeio a nove vinténs menos cinco réis o alqueire; Termo de apresentação pelo escrivão do celeiro da Comenda da certidão do pão do terço: trigo – onze moios e cinquenta e quatro alqueires e meio, centeio – catorze moios e</p>

		<p>cinquenta alqueires e quarta, cevada – “não houve mais que para pagar aos padres, aos almocreves e redízima” não existindo terço; Termo de notificação que se fez a Manuel Rodrigues, mercador e depositário do dinheiro das casas da Câmara, para que, com pena de 2000 réis para cativos e acusador, não desse dinheiro algum da casa da Câmara que em sua mão estava depositado a António Pilhado e a João Rodrigues, carpinteiro, sem que antes acabassem as obras; Requerimento do procurador para que os oficiais mandassem chamar os almotacés dizendo-lhes para que cuidassem da limpeza das ruas e das travessas da vila, pois estavam muito sujas e eles, ditos almotacés, as não mandavam limpar. Os oficiais os mandaram notificar em conformidade mandando-os cumprir os seus regimentos e cargos; Termo de requerimento do procurador do Concelho para que os oficiais mandassem notificar João Dias Paião, rendeiro da Comenda, para que, com a pena que entendessem, não medisse pão algum do que estava no celeiro da Comenda desta vila pois era para vender ao povo e que tivesse um homem juramentado que medisse o seu pão e o do terço, pois havia notícia que ele media por sua mão para vender ao povo e que este se queixava da sua medida. Os oficiais despacharam em conformidade, com pena de mil réis para cativos e acusador.</p>
<p>215v</p>	<p>1623.01.21</p>	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade; os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Termo de juramento dado a António Gonçalves para servir de guarda em substituição do anterior que era doente e, por esse motivo, não podia servir, pagando-se-lhe das rendas do Concelho; Termo de eleição dos quadrilheiros que faltavam pois dos que estavam eleitos para servir por três anos, sendo este o último, António Simões fora morar para a vila de Alcácer do Sal. Eleição: para a vila – António (?) Rodrigues, carpinteiro, morador nesta vila; para Santa Margarida da Serra – Manuel Martins, morador no termo, e para os Barros Manuel Lopes, morador na dita freguesia; Requerimento do procurador do Concelho para que mandassem requerer a João Gago, tesoureiro do ano anterior, para que fosse dar conta do dinheiro do Concelho que lhe estava entregue para se fazerem os pagamentos necessários aos oficiais da Câmara que nela serviam e que o fizesse até à próxima reunião de Câmara. Os oficiais deliberaram em conformidade e mandaram que o escrivão o notificasse; Termo da notificação que o juiz e vereadores mandaram fazer a António Fernandes, estalajadeiro do Canal, e a Jorge Magro dos Padrões: acabada a reunião os oficiais tiveram notícia que no Canal, termo desta vila, estava uma estalagem na qual se faziam “muitos desastres e procediam dela grandes brigas e trabalhos e desinquietação da gente que mora na dita aldeia por causa de se juntarem na dita</p>

		<p>estalagem escravos cativos e pastores de gado e depois de comerem e beberem se desafiavam muitas pessoas uns aos outros donde procediam muitas brigas e desastres e furtavam os escravos e pastores muitas coisas alheias. Os oficiais, por se tratar do bem comum dos moradores da aldeia do Canal, determinaram que o escrivão fosse notificar António Fernandes, estalajadeiro do Canal, e Jorge Magro dos Padrões, para que com pena de 2000 réis pagos da cadeia, metade para a bula da Cruzada e a outra metade para as rendas do Concelho, não usassem mais de estalagem nem vendessem pão, vinho, carne e outras coisas.</p>
219	1623.01.23	<p>Protesto que mandou fazer Diogo Soares, procurador do Concelho, pois estando este com o escrivão junto ao celeiro para se repartir o pão do terço da Comenda, como na Câmara anterior se acordara, o procurador mandou apregoar pelo porteiro do Concelho, em alta voz pelas ruas públicas, que quem quisesse ir comprar pão do terço o podia fazer e tendo vindo muita gente da vila e do termo para esse fim o procurador e o escrivão colocaram-se à porta do referido celeiro e, por se não apresentarem o juiz e os restantes oficiais da Câmara, foi o procurador para sua casa e mandou que o escrivão lavrasse o respetivo termo de protesto. A tudo assistiu o reneiro João Dias Paião.</p>
220	1623.01.28	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade, os vereadores Pato e Figueira, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Requerimento do procurador para que fosse chamado João Gago, tesoureiro e depositário no ano anterior do dinheiro do Concelho, para que colocassem o referido dinheiro em arrecadação e que este apresentasse suas contas.</p>
221	1623.02.04	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade; os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Termo de leitura dos provimentos e regimentos; Acordo que os oficiais fizeram com o padre frei João da Cruz do convento de São Paulo de Setúbal para pregar na quaresma, na igreja Matriz desta vila, nos dias costumados: todos os domingos desde o último domingo de “carnal” até ao derradeiro de pascoela, todas as sextas-feiras até à sexta-feira da Paixão, e pregaria na Misericórdia às quartas-feiras, por preço de 16000 réis, “por virtude da provisão que há para isso”, sendo o dinheiro fintado pelo povo. O padre João da Cruz aceitou os sermões em questão e assinou (consta referência ao beneficiado da Matriz, licenciado Domingos Rodrigues).</p>
223v	1623.02.11	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade; os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Inexistência de assuntos.</p>
224	1623.02.18	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade; os vereadores Pato, Figueira e</p>

		Castro, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Inexistência de assuntos.
225	1623.02.19	Junta dos oficiais da Câmara sobre a eleição de um quadrilheiro para a freguesia dos Barros dado que o que estava obrigado nunca se encontrava na aldeia e não assistia nela, ocorrendo muitas coisas más e para se evitarem brigas, pendências e ruídos que muitas vezes ocorriam na freguesia elegeram para quadrilheiro António Gago, morador na referida aldeia dos Barros, o qual mandaram notificar para tomar juramento na Câmara onde se lhe entregaria a vara.
225v	1623.02.25	Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade; os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Conta que se tomou a João Gago, tesoureiro e depositário do dinheiro do Concelho no ano anterior; Acordo que se fez sobre nenhuma pessoa de qualquer sorte trazer os seus gados e bestas a pastar por entre os trigos que estavam na herdade de Jorge Pires Serrão nem em qualquer outra parte do termo, entre trigos e centeios, com pena de 100 réis por cada animal para as rendas do Concelho, por cada vez que a pessoa fosse encoimada. Acordaram também que dali por diante ninguém trouxesse bezerros pelas vinhas nem pelas outras benfeitorias da vila, com pena de 50 réis por cada vez para as rendas do Concelho e que ninguém levasse pão cozido de mais de cem réis desta vila para fora, com cem réis de pena para as rendas do Concelho. Todos os acórdãos foram mandados apregoar ao domingo à saída da missa para chegar ao conhecimento de todos.
228v	1623.02.27	Termo do pregão dos acordos anteriores.
228v	1623.03.04	Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade; os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Termo de leitura dos provimentos (regimento); Requerimento do procurador do Concelho sobre o facto do rendeiro da Comenda João Dias Paião gastar todo o pão vendendo-o ao povo pelo preço que queria e que não tinha o terço disponível no celeiro. Desta forma requereu aos oficiais que mandassem medir o pão que se encontrasse no celeiro, que mandassem tomar o que faltava e que lhe mandassem dar uma chave da porta do celeiro e a entregassem a um deles para que assim se não vendesse mais pão sem sua ordem.
230v	1623.03.09	Termo do juramento que se deu nas casas do escrivão da Câmara a António Simões, morador nesta vila, para guarda do rendeiro da almotaçaria João Rodrigues, para guardar as benfeitorias desta vila e termo e lançar todas as coimas no livro da almotaçaria, referindo que no caso do rendeiro lhe não pagar eles lhe mandariam pagar todo o tempo que ele gastasse em correr a dita renda.

231v	1623.03.09	Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade; os vereadores Pato e Figueira, o procurador Soares, o escrivão Araújo e Gonçalo Calado, morador nesta vila, que assistiu em lugar de Bernardo de Castro e ao qual foi dado juramento; Resposta a uma carta do ouvidor da Comarca e discussão sobre o pregador da Matriz; Acordo sobre obrigarem os almocreves desta vila a trazerem uma carga de peixe cada um durante a quaresma para se repartir pelo povo, com pena de 1000 réis para o Concelho e acusador.
233	1623.03.11	Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade, os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Soares e o escrivão Araújo. Emenda da postura anterior sobre os gados dos lavradores desta vila: “que toda a pessoa desta vila e seu termo possa pastar com os seus gados ao longo dos pães e que se entenderá no gado de manada e bois de carretas andarão de cem passos para fora e quanto aos bois de lavradores desta vila e termo poderão andar comendo e pastando cinquenta passos para fora e quanto aos cingeleiros se entenderá como bois de carretas e sendo achados e encoimados alguns gados vacuns desta vila e seu termo nos pães da dita vila e termo qualquer das ditas rezes pagarão duzentos réis cada uma das ditas rezes”; Traslado da carta coimeira de Bento Caldeira de Leão, juiz dos órfãos nesta vila, onde são referidas as razões para a solicitação da mesma: disse que fez um cerrado no sítio do Castelo, com mais de três mil bacelos de vinha e muitas árvores; que reedificou todo o valado e que alguns vizinhos e moradores devassavam o mesmo cerrado por abreviarem o caminho, de tal modo que já entrava o gado dentro dele.
237	1623.03.18	Termo de vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de requerimento do procurador do Concelho para que os oficiais mandassem colocar em ordem a calçada do ano anterior que ficara por fazer; Na conta (verso) encontra-se alusão a dois mandados que foram passados para ser preso o tesoureiro do Concelho.
239	1623.03.19	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato e Castro, o procurador e o escrivão. Termo de desistência que fez o padre Domingos Rodrigues, beneficiado na igreja Matriz desta vila, sobre poder pregar na igreja Matriz desta vila o padre frei João da Cruz da Ordem de São Paulo. O beneficiado afirmou que entre ele e os oficiais da Câmara corria uma causa sobre este assunto mas que desistia do direito de pregar nessa quaresma os sermões das cem horas; Traslado da carta coimeira do padre António Ferreira, morador nesta vila, possuidor duma vinha além da ribeira onde tinha prejuízos por lhe destaparem tapigos e valados, cortando-lhe os zambujeiros e matos que dentro tinha e que na ribeira abaixo da dita vinha tinha um chão que

		confrontava de uma e outra banda com as vinhas, no qual lhe cortaram uma oliveira pelo pé e muitos zambujeiros e freixos e lhe arrancaram duas estacas de oliveira e lhe levaram muita sebe, bem como faziam caminhos causando muitos danos.
245v	1623.03.25	Termo de vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Figueira e Pato, o procurador e o escrivão. Eleição de quatro fintores para fazerem a finta do padre pregador dos sermões da quaresma: Noutel Fernandes Chainho e Manuel Figueira, moradores na vila, para a mesma; João Espada do Aleidão e Simão Rodrigues para o Canal.
246v	1623.04.01	Termo de vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento; Termo do juramento que se deu aos almotacés Manuel Figueira, procurador do Concelho do ano anterior e Bartolomeu Barradas, vereador no mesmo ano, para desempenharem funções nos meses de abril, maio e junho; Termo de leitura dos provimentos do ouvidor aos almotacés; Reformulação do acordo sobre os animais dos lavradores e cingeleiros não poderem pastar ao longo dos pães.
247	1623.04.08	Termo de vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
247v	1623.04.12	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
248	1623.04.22	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato e Figueira (embora o vereador Castro também assinasse), o procurador e João António Milhões em lugar do escrivão que se encontrava ausente. Inexistência de assuntos.
248v	1623.04.29	Termo e vereação. Presenças: Bartolomeu Barradas, os vereadores e o escrivão. Acordo sobre a diminuição do preço do leite por ser bem comum, determinando-se que ninguém o vendesse por mais de uma moeda cada quartilho, sob pena de pagarem 200 réis de coima para as rendas do Concelho; Termo de juramento dado ao cortador da carne do açougue António Simões.
249v	1623.04.30	Termo do pregão do acordo do leite.
250	1623.05.03	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador aos oficiais da Câmara para que mandassem colocar em arrecadação o dinheiro da renda do Concelho, primeiro quartel que o rendeiro tinha que pagar, e que acabasse a calçada a que estava obrigado.
251	1623.05.06	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura

		do regimento e dos provimentos do ouvidor.
252	1623.05.13	Termo de vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
252v	1623.05.20	Termo de vereação. Presenças: o juiz Andrade, João Dias Paião em lugar do vereador Bernardo de Castro e os outros dois vereadores, o procurador e o escrivão. Quitação dada a Henrique de Matos, morador nesta vila, que apresentou uma quitação do padre João da Cruz, pregador da quaresma, de como havia recebido o dinheiro da finta dos sermões que fizera; Termo de apresentação de uma pele de lobo grande e velho que matou André Esteves, da Algeda, entre Corte Vazio e o Azinhal, determinando os oficiais que se lhe pagassem os 1500 réis correspondentes; Termo de entrega de sete sentenças a António Simões, sacador, que importavam em 2400 réis, os quais se obrigou a arrecadar; Requerimento do procurador aos oficiais para que arrecadassem o dinheiro da terça real do quartel em questão, as obras da Câmara, que mandassem o alcaide arrecadar um rol de coimas da revista e que as calçadas se acabassem.
255	1623.05.27	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Figueira e Pato e João Dias Paião em lugar do vereador Castro, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
255v	1623.06.03	Vereação. Presenças: o juiz Andrade; os vereadores Figueira e Pato e Noutel Fernandes Chainho, em substituição de Castro por este ainda se encontrar fora da terra, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento.
256v	1623.06.10	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores, o procurador e o escrivão. Acordaram que ninguém desta vila amassasse pão de centeio para o tornar a vender, apesar de para tal terem licença da Câmara, com pena de duzentos réis para as rendas do Concelho; Protesto que fez o vereador Bernardo de Castro afirmando que na aldeia do Canal se encontrava um mineiro que queria abrir mina na dita aldeia e que para isso trazia provisões régias e que ele tinha a obrigação de apresentar as mesmas na Câmara, o que os oficiais não solicitavam. Castro protestou contra esta situação dizendo que, no caso de Sua Majestade nalgum tempo inquirir os vereadores sobre a situação, que isso o não prejudicasse.
258v	1623.06.18	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
259	1623.06.24	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato e Noutel Fernandes Chainho em lugar de Bernardo de Castro, o procurador e o escrivão. Apresentação de uma provisão de Sua Majestade

		<p>por João Gonçalves, morador nesta vila, na qual se lhe fazia mercê da vara de alcaide pequeno e desobrigaram a João António Milhões, tabelião, que até aí servia de alcaide e carcereiro, ao qual desobrigaram da vara e presos. Os oficiais aceitaram João Gonçalves para o dito ofício, dizendo-lhe que apresentasse fiança até à reunião seguinte e ficou declarado neste termo que os presos que lhe foram entregues eram Gabriel Sanches e a escrava Helena; Auto de posse dado ao escrivão da vara de alcaide Manuel Fernandes, morador nesta vila, que apresentou uma carta de D. João Mascarenhas, alcaide-mor desta vila, na qual lhe era feita mercê do referido cargo durante três anos; Requerimento do procurador aos oficiais da Câmara para que mandassem colocar em arrecadação o dinheiro que se devia ao Concelho, que se acabassem de fazer as calçadas, que o rendeiro trouxesse as varas, que mandassem arrecadar o dinheiro da finta do padre pregador e um rol de revéis da mesma e o quartel do primeiro ano, com protesto de lhe não prejudicar a ele procurador; Traslado de uma provisão de Sua Majestade e carta de apresentação do alcaide-mor D. João Mascarenhas da serventia da vara de alcaide a João Gonçalves.</p>
267	1623.07.01	<p>Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento; Fiança que deu o alcaide pequeno João Gonçalves sendo fiador João Fernandes de Horta até à importância de 20000 réis; Acordaram que o pão de oito réis tivesse peso de cinco quartas e que todas as padeiras que amassassem pesariam o seu pão com pena de perderem o que não tivesse o peso estipulado, que seria repartido pelos pobres da Misericórdia no caso de não existirem presos, e de 500 réis para as rendas do Concelho. (Está escrito que seriam para o rendeiro mas julgo ter sido erro do escrivão); Termo de juramento dado aos almotacés Mateus Estaço e Bartolomeu Luís Neto, vereadores do ano anterior, para servirem nos meses de julho, agosto e setembro; Termo de notificação dos provimentos do ouvidor desta Comarca da vila de Setúbal aos dois almotacés.</p>
268	1623.07.08	<p>Termo de vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade, os vereadores Bernardo de Castro, Bastião Gonçalves Figueira e Brás Martins Pato, o procurador do Concelho Diogo Soares e o escrivão Francisco de Araújo. Termo dos fintores que se fizeram para a finta dos lobos e enjeitados, referindo que não existindo no Concelho dinheiro para se pagar a criação dos enjeitados por ordem do mesmo nem para se pagar o abate dos lobos era necessário fazer finta, para a qual elegeram os seguintes indivíduos: - nesta vila Noutel Fernandes Chainho e Diogo Raposo; - em Santa Margarida da Serra Vicente Gonçalves da Várzea Raposa e nos Barros</p>

		Bartolomeu Nunes.
269v	1623.07.15	Vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade, os vereadores Bernardo de Castro, Bastião Gonçalves Figueira e Brás Martins Pato, o procurador do Concelho Diogo Soares e o escrivão Francisco de Araújo. Requerimento do procurador sobre se estar devendo a renda da almotaçaria do quartel em presença, bem como as varas e que se não acabara a calçada do ano anterior e se não começara a do ano em questão. Deste modo, requeria que os oficiais providenciassem sobre esta matéria e, se não o fizessem, que isso o não prejudicasse.
270v	1623.07.22	Vereação. Presenças: o juiz João de Vilhana, os vereadores Brás Martins Pato, Bernardo de Castro e Bastião Gonçalves Figueira e o escrivão Francisco de Araújo. Termo de apresentação de uma pele de lobo grande e velho que matou Fernão de Mira, morador no Lousal Novo, termo desta vila, que disse haver matado junto da mesma herdade. Os oficiais mandaram que lhe fossem pagos os 1500 réis correspondentes. (Assina Fernão de Meira); Requerimento do procurador sobre o facto de João Gago, tesoureiro do ano anterior, ter ficado a dever 8800 e tantos réis para que lhe mandassem passar mandado para que os pagasse ao Concelho.
272	1623.07.29	Vereação. Presenças: o juiz Martim Parreira de Andrade, os vereadores Brás Martins Pato, Bernardo de Castro e Bastião Gonçalves Figueira e o escrivão Francisco de Araújo. Termo de entrega de dezoito sentenças que entregou o rendeiro João Rodrigues à conta do quartel da terça de Sua Majestade; Termo de juramento dado a Álvaro Fernandes, morador no Torrão, para servir de guarda da almotaçaria com o rendeiro João Rodrigues.
274v	1623.08.12	Vereação. Presenças: os três vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de eleição do sacador para tirar o rol da finta dos lobos e enjeitados, o qual somou 8500 réis: Bento Álvares, morador nesta vila, pessoa segura e abonada, que sabia ler, e que estava acostumada a arrecadar outras fintas; Requerimento do procurador por a calçada do ano anterior não estar acabada, assim como a do ano em presença, solicitando que mandassem ao rendeiro que a fizesse e se não cumprisse que o mandassem prender.
276	1623.08.18	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato e Figueira, o procurador e o escrivão. Leitura do regimento e provimentos do ouvidor.
276v	1623.08.26	Termo de vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato, Castro e Figueira, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador afirmando que, por diversas vezes, lhes tinha requerido que obrigassem o rendeiro e os seus fiadores a fazerem a calçada do ano anterior e a do ano em questão, o que eles oficiais não haviam feito estando tudo por fazer.

279v	1623.09.02	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato e Figueira, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
280	1623.09.09	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato e Figueira e Castro, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
280v	1623.09.16	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato e Figueira, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho sobre não se encontrar totalmente arrecadada a terça real, por faltarem varas para os almotacés e uma resma de papel, por as calçadas estarem por acabar e um moio de cal para o curral do Concelho, tudo da responsabilidade do rendeiro da almotaçaria.
282v	1623.09.22	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato e Figueira, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho sobre se encontrar feita uma finta de lobos e enjeitados que não estava arrecadada, as calçadas se encontrarem por acabar, o moio de cal que não fora entregue e as varas dos almotacés que também não foram entregues e a terça real que estava por arrecadar, tudo da responsabilidade do rendeiro da almotaçaria.
284	1623.09.30	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato e Figueira, o procurador e o escrivão. Termo de juramento aos almotacés Noutel Fernandes Chainho e Manuel Gonçalves Gamito, morador na Corte, juízes no ano anterior, para desempenharem funções em outubro, novembro e dezembro; Termo de notificação dos provimentos do ouvidor da Comarca da vila de Setúbal aos almotacés; Termo de eleição da pessoa que havia de arrecadar o dinheiro que se devia das bulas da Santa Cruzada tendo aparecido em Câmara o padre prior Barnabé Afonso Barradas, comissário nesta vila e seu termo, que apresentou um alvará régio para se cobrar o dinheiro que se devia das bulas da Santa Cruzada. Elegeram Luís Vaz de Sousa, morador nesta vila.
287	1623.10.06	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador e o escrivão. O alcaide João Gonçalves entregou ao procurador do Concelho Diogo Soares, por conta do quartel da terça de Sua Majestade, a importância de 1450 réis; Termo de leitura do regimento aos oficiais.
288	1623.10.14	Termo de vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
288v	1623.10.16	Entrada de 35 porcos de Estêvão Pires, de Santo Aleixo, termo de Moura, no soveral e montado da herdade das Fontainhas de Nuno Álvares Chainho, que foi fiador.
290	1623.10.18	Termo de entrada de 50 porcos de Domingos Esteves, morador no termo de Ferreira, no montado

		de Vale de Joana de Maria Martins da mesma aldeia de Vale de Joana, termo desta vila, obrigando-se por seus bens havidos e por haver, móveis e de raiz.
291	1623.10.21	Termo de entrada de trezentos porcos de Manuel Janeiro, do termo de Vila Alva, no montado das Ferrarias de António Rodrigues e no montado de São Lourenço de Heitor Nunes Raposo que foi seu fiador.
292	1623.10.21	Termo de vereação. Presenças: os vereadores Pato, Figueira e Castro e o escrivão. Termo de juramento dado a André Martins, morador nesta vila, para assistir por procurador do Concelho e fazer todos os requerimentos necessários sobre a arrematação das carnes e marchanteria desta vila e seu termo, dado que o procurador havia ido à cidade de Lisboa; Termo de arrematação das carnes a Salvador de Oliveira, morador nesta vila. Preços: chibarro a 8 réis, cabra a 5 réis, vaca a 12 réis, porca a 13 réis, porco a 15 réis, carneiro a 15 réis e varrão a 13 réis.
292v	1623.10.24	Traslado de uma provisão de Sua Majestade datada de 18 de setembro, sobre as minas de prata e cobre na serra da Caveira, descobertas por Francisco Varão e João de Pelicanha.
298v	1623.10.27	Termo de entrada de dez cabeças de porcos de Francisco Gonçalves de Vale das Lamas, do termo de Santiago do Cacém [Melides], no montado do Vale do Poço, sendo seu fiador André Mendes, lavrador e morador no termo desta vila.
298v	1623.10.28	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Soares e o escrivão. Requerimento do procurador para que os oficiais mandassem arrecadar a terça real, a calçada, a cal do Concelho, e que não o fazendo protestaria e agravaria deles junto do provedor da Comarca e que a ação dos oficiais o não prejudicasse.
300	1623.10.28	Termo de apresentação de seis peles de lobinhos que António Soveral, morador no Viso, matou ao pé da Atalaia do Zambujeiro, entre os Padrões e a Algeda, e que foram apresentadas por Diogo Rodrigues, morador nesta vila, pelo facto de António Soveral não se poder apresentar perante as Justiças. Foi mandado ao escrivão que passasse mandado para o procurador lhe pagar os 1500 réis costumados.
301	1623.10.29	Termo de entrada de trinta porcos de Manuel Janeiro, do termo de vila Alva, no montado de [não foi mencionado], sendo fiador Heitor Nunes Raposo.
302	1623.10.30	Termo de entrada de 166 porcos, machos e fêmeas, grandes e pequenos, de Estêvão Pires, de Santo Aleixo, termo de Moura, no montado de João da Costa e do Outeiro do Magro da Freixeira, obrigando-se a pagar as eventuais perdas e danos.
303	1623.10.31	Termo de entrada de vinte porcos de Diogo Peixeiro, morador na Sesmaria, termo de Santiago do

		Cacém, no montado de Santa Margarida da Serra, de António Soveral do Barranco, obrigando-se a pagar as eventuais perdas e danos.
304	1623.11.04	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato e Figueira, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
304v	1623.11.11	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador do Concelho para que os oficiais mandassem arrecadar a terça real, referindo que a calçada estava por fazer e o moio de cal por entregar.
305v	1623.11.18	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador e o escrivão. Leitura do regimento e dos provimentos do ouvidor da Comarca; Requerimento do procurador devido ao facto do rendeiro da almotaçaria, João Rodrigues, não ter ainda cumprido com a sua obrigação, nomeadamente o pagamento da terça real e do quartel derradeiro, nem trouxera a resma de papel, nem o moio de cal, nem fizera a calçada nem cumprira com outras coisas pertencentes ao seu arrendamento. Solicitou aos oficiais que tudo mandassem arrecadar.
307	1623.11.25	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador sobre a questão do incumprimento por parte do rendeiro da almotaçaria, afirmando que os oficiais não cumpriam igualmente com as suas obrigações; Termo de juramento dado a António Simões, morador nesta vila, para servir de guarda de João Rodrigues, rendeiro do verde e almotaçaria.
LIVRO AB1/5.1 - 1623.12.02 a 1625.08.04		
1v	1623.05.02	Termo de notificação que o ouvidor Manuel Rodrigues Cabral fez em audiência das coimas da revista a Noutel Fernandes Chainho para que, dentro de dez dias, entregasse o dinheiro de que era depositário e que era relativo à fonte, para com ele se fazerem tambores de guerra para esta vila e bandeiras pois não tivera efeito a obra da fonte para que fora arrecadado.
2	1623.12.02	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato, Castro e Figueira, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador sobre os oficiais não obrigarem o rendeiro da almotaçaria nem os seus fiadores a fazerem cento e cinquenta varas de calçada, pagarem o que faltava da terça real, darem um moio de cal para o curral do Concelho e a darem 10 000 réis que faltavam do último quartel da renda.
3	1623.12.10	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato, Castro e Figueira, o procurador e o

		escrivão. João Gonçalves, alcaide, entregou a conta da terça real no valor de 2200 réis a Diogo Soares, procurador do Concelho; Termo de obrigação que fizeram os fiadores do rendeiro João Rodrigues, Jorge Pires Serrão e Alonso Gomes, que passaram a correr a renda por sua conta e se obrigaram a entregar todo o dinheiro que se estava devendo durante o futuro mês de janeiro.
4	1623.12.16	Vereação. Presenças: os vereadores Pato, Figueira e Noutel Fernandes Chainho em lugar de Bernardo de Castro, o procurador e o tabelião Pêro Calado Chainho, pelo facto do escrivão Francisco de Araújo se encontrar fora; Termo de obrigação que fez o rendeiro do verde e almotaçaria, João Rodrigues, de pagar 2300 réis que faltavam da terça real.
5v	1623.12.23	Vereação. Presenças: o juiz Andrade, os vereadores Pato, Castro e Figueira, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
6	1623.12.25	Junta dos oficiais da Câmara para se abrir o pelouro. Presenças: os juizes Martim Parreira de Andrade e João de Vilhana; os vereadores Bernardo de Castro, Brás Martins Pato e Bastião Gonçalves Figueira; o procurador Diogo Soares e o escrivão. Eleição: para juizes - Pêro Gonçalves Serra e Bartolomeu Luís Neto; para vereadores - Manuel Luís dos Algares, Diogo Pires Paião e Mateus Gonçalves do Aleidão e para procurador João Fernandes, o Moço, sapateiro, morador nesta vila.
8	1623.12.31	Vereação. Presenças: os juizes Andrade e Vilhana; os vereadores Pato, Figueira e Castro, o procurador Diogo Soares e o escrivão. Termo de juramento aos vereadores e ao procurador do Concelho; Termo de eleição de dois almotacés para servirem nos meses de janeiro, fevereiro e março: Brás da Serra e Rui Dias Santos, ambos moradores na vila; Termo de juramento dado aos almotacés eleitos; Termo de notificação dos provimentos aos dois almotacés; Termo de juramento aos juizes Pêro Gonçalves Serra e Bartolomeu Luís Neto; Lembrança dos oficiais passados aos novos eleitos: - que nas mãos do escrivão Francisco de Araújo se encontrava uma provisão de informação para o provedor informar sobre a cadeia; - que ficaram por fazer cento e cinquenta varas de calçada da responsabilidade do rendeiro João Rodrigues que foram mandadas fazer na regueira da fonte; - que em poder de João Gago estava um cruzado que ele ficou devendo à Câmara da conta que se lhe tomou de quando foi depositário do dinheiro do Concelho; - que em poder do alcaide João Gonçalves ficava o rol dos revéis da finta dos lobos e enjeitados que ficava ainda por acabar; - que o rendeiro João Rodrigues tinha obrigação de dar um moio de cal para o curral do Concelho, a qual não trouxera por não existir; - que ficara por passar um mandado e certidão do pão do terço; - que o arneiro tinha sido semeado por Francisco Marques,

		junto à vinha de Noutel Fernandes, o Velho, que ficava de fora dos valados velhos e que este dissera que pagaria a sua ração ao Concelho; - que o rendeiro João Rodrigues ficara devendo dezoito varas de calçada além das 150 varas que também devia.
14v	1624.01.06	Vereação. Presenças: os juizes Bartolomeu Luís Neto e Pêro Gonçalves Serra, os vereadores Manuel Luís e Mateus Gonçalves, o procurador do Concelho João Fernandes e o escrivão Francisco de Araújo; Termo de juramento que o juiz Pêro Gonçalves Serra deu a António Simões para servir de guarda enquanto não houvesse rendeiro da almotaçaria; Termo do acordo feito com Manuel Dias, morador na vila, para servir de porteiro do Concelho; Termo de entrega da pilha, pesos e balança a João Fernandes, procurador do Concelho; Termo de entrega do selo do Concelho a Brás Martins Pato, vereador do ano anterior; Termo de entrega das duas chaves do cartório da Câmara a Mateus Gonçalves, vereador mais velho; Termo de entrega das três chaves do cofrinho onde estavam os pelouros dos oficiais da Justiça; Termo de leitura do regimento.
22	1624.01.07	Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: os juizes Neto e Serra, os vereadores Manuel Luís e Mateus Gonçalves, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
22v	1624.01.13	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores Manuel Luís e Mateus Gonçalves, o procurador, o escrivão e Pêro Calado Chainho, em lugar do vereador Diogo Pires Paião, por este não ter ainda provisão para servir. Conta que se tomou a Diogo Soares, procurador e tesoureiro do Concelho do ano anterior; Termo de juramento dado a António Gonçalves, morador na vila, para servir de guarda da almotaçaria enquanto não existisse rendeiro da mesma; Termo de entrega de 38 sentenças do rendeiro da almotaçaria, João Rodrigues, a João Gonçalves, alcaide, as quais importaram em 4200 réis; Termo de apresentação da certidão do pão do terço pelo escrivão do mesmo. Os oficiais mandaram chamar João Dias Paião, rendeiro da Comenda, e foi-lhe lida a certidão do pão do terço, que continha o seguinte: 29 moios e alqueire e meio de trigo; 27 moios e 25 alqueires de centeio e 38 alqueires de cevada; Termo que os oficiais mandaram fazer sobre a notificação feita a Diogo Pires para servir o ofício de vereador. Como Diogo Pires, morador na vila, era cunhado do vereador Manuel Luís, para servir de vereador, era necessário obter provisão de Sua Majestade durante o mês de janeiro. Não a obtendo, elegeriam outro vereador em seu lugar. Diogo Pires Paião queria servir o ofício e afirmou obter provisão no tempo que lhe tinha sido imposto.
28v	1624.01.20	Vereação. Presenças: os juizes Neto e Serra, os vereadores Manuel Luís e Mateus Gonçalves, o procurador, o escrivão e Pêro Calado Chainho, em lugar do vereador Diogo Pires Paião, por este

		<p>não ter ainda provisão para servir. Termo de apresentação da certidão do pão do terço do celeiro. Mandaram chamar Duarte Barradas, escrivão da porta do celeiro deste vila, ao qual mandaram que ele desse ao escrivão a certidão do pão do terço do trigo, centeio e cevada, que continha o seguinte: - trigo 29 moios e alqueire e meio, centeio - 27 moios e 25 alqueires e cevada - 38 alqueires e meio; Termo de permanência de Manuel, enjeitado, em casa de Jorge Luís Verdelho, para que o criasse por 350 réis mensais. Mandaram que Jorge Luís o trouxesse à Câmara para que o vissem e tomassem informação sobre a sua criação e idade, o qual Manuel, sendo vindo com o dito Jorge Luís, a requerimento do procurador, dado existir quem queria criá-lo por menor vencimento, acordaram todos os oficiais que o referido Jorge Luís continuasse criando o enjeitado Manuel mas pelo vencimento de 350 réis mensais. Jorge Luís obrigava-se a assegurar-lhe tudo o que fosse necessário, nomeadamente, alimentação, vestuário e calçado.</p>
31	1624.01.27	<p>Termo de vereação. Presenças: os juízes Neto e Serra, os vereadores Manuel Luís e Mateus Gonçalves, o procurador, o escrivão e Pêro Calado Chainho, em lugar do vereador Diogo Pires Paião, por este não ter ainda provisão para servir. Termo de obrigação e fiança que deu João Rodrigues, rendeiro da almotaçaria do ano anterior, de fazer 168 varas de calçada que ficara devendo e de dar o moio de cal para o curral do Concelho a que se tinha obrigado no auto de arrematação, o que foi atestado por Brás Afonso Saraiva (Sarabia) e Alonso Gomes. João Rodrigues encontrava-se preso na cadeia desta vila e com embargo de bens, por não ter feito as referidas varas de calçada. Brás Afonso Saraiva e Alonso Gomes disseram que ficavam por fiadores e principais pagadores do dito João Rodrigues, que se obrigavam a fazer e a mandarem fazer a dita calçada e lançar o dito moio de cal, até ao último dia do mês de maio; Termo de juramento dado, a requerimento do procurador, a Francisco Rodrigues, carpinteiro e morador nesta vila, para servir de aferidor do Concelho por João Rodrigues, carpinteiro que ocupara o dito lugar, ter falecido.</p>
34v	1624.01.28	<p>Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: o juiz Neto, os vereadores Manuel Luís e Mateus Gonçalves, o procurador, o escrivão e Pêro Calado Chainho, em lugar do vereador Diogo Pires Paião, por este não ter ainda provisão para servir. Termo de juramento dado a André Fernandes, morador nas Taipas, termo desta vila. Apareceu em Câmara, Gaspar Gonçalves Neves, morador nesta vila e mamposteiro pequeno da Santíssima Trindade na mesma vila, e com ele veio André Fernandes, morador nas Taipas, termo desta vila. Gaspar Gonçalves Neves apresentou uma procuração que lhe dava poder para subestabelecer os mamposteiros que faltassem nas</p>

		freguesias. Gaspar Gonçalves Neves renunciou ao cargo de mamposteiro pequeno da freguesia de Santa Margarida da Serra e subestabeleceu o mesmo na pessoa de André Fernandes.
36v	1624.02.03	Termo de vereação. Presenças: os juizes Neto e Serra, os vereadores Mateus Gonçalves e Pêro Calado Chainho, em lugar do vereador Diogo Pires Paião, por este não ter ainda provisão para servir, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
37	1624.02.04	Termo de vereação. Presenças: os juizes Neto e Serra, o vereador Mateus Gonçalves, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
37v	1624.02.10	Termo de vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores Manuel Luís e Mateus Gonçalves, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
38	1624.02.17	Termo de vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores Manuel Luís, Mateus Gonçalves e Pêro Calado Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento e dos provimentos do ouvidor da Comarca.
39	1624.02.18	Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: os juizes Neto e Serra, os vereadores Manuel Luís e Mateus Gonçalves, o procurador e o escrivão. Eleição, por votação, de um vereador em lugar de Diogo Pires Paião, porque este não apresentara a necessária provisão régia. Mandado chamar, Diogo Paião disse que não tinha a provisão para desempenhar o ofício de vereador, que não a pretendia obter e que em seu lugar elegessem quem quisessem. Mandaram chamar as pessoas que costumavam andar na governança para votarem e o resultado foi o seguinte: Noutel Fernandes Chainho, 21 votos e Pêro Calado Chainho, 15 votos, tendo sido eleito e prestado juramento ao mais votado.
41	1624.02.24	Termo de vereação. Presenças: os juizes Neto e Serra, os vereadores Manuel Luís, Mateus Gonçalves e Noutel Fernandes Chainho, o procurador e o escrivão. Quitação geral que deram os oficiais da Câmara a António Pilhado, pedreiro, e a João Rodrigues, carpinteiro, relativamente à obra da Casa da Câmara. Nesta sessão apareceu António Pilhado, pedreiro e morador nesta vila, e em nome de João Rodrigues, carpinteiro, falecido, apareceu Francisco Rodrigues, seu filho, pelos quais foi dito que havia tempo que tinham satisfeito com a sua obrigação das Casas da Câmara, que lhe haviam sido arrematadas, afirmando que tudo tinham feito, cumprindo as obrigações constantes no auto de arrematação da obra. Neste sentido, foram requerer aos oficiais que “vissem se estavam contentes e satisfeitos da dita obra” e dessem quitação a eles e a seus fiadores, bem como os desobrigassem da fiança. Os oficiais disseram que tudo estava acabado e feito em conformidade com o dito auto e que não faltava nada na obra, pelo que os desobrigaram

		e lhes deram quitação e consideraram livres “de hoje para todo o sempre e assim a seus fiadores e a todos os seus herdeiros”; Protesto que fizeram os oficiais da Câmara sobre as emendas das posturas e sobre fazerem outras novas; Termo de como foi mandado chamar o rendeiro da Comenda, João Dias Paião, para com ele chegarem a acordo sobre o preço pelo qual se havia de dar o pão do terço ao povo: trigo a 95 réis e centeio a 60 réis, cada alqueire.
44	1624.03.02	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores Manuel Luís, Gonçalves e Chainho, o procurador e o escrivão. Termo de entrega de sete sentenças, por João Rodrigues, rendeiro da almotaçaria, que importaram em 900 réis, obrigando-se a entregá-las até sábado ao procurador da Câmara; Acordo dos oficiais da Câmara: acordaram e mandaram apregoar que ninguém, de qualquer qualidade, pescasse com tresmalho de <i>enxote</i> nem de noite, nem de dia, durante todo o ano, nos seguintes locais: “de São Lourenço com suas ribeiras que nelas entram de braço até toda a ribeira de junto de Corte Pequena e na da Adega até A dos Corvos” sob pena de 500 réis para as rendas do Concelho.
45v	1624.03.03	Termo de pregão do acordo anterior ao domingo, ao sair da missa, perante muita gente, efetuado pelo porteiro, Manuel Dias, acompanhado pelo escrivão.
46	1624.03.03	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Neto, os vereadores Manuel Luís, Mateus Gonçalves e Noutel Fernandes Chainho, o procurador e o escrivão. Os oficiais mandaram que o escrivão notificasse os seguintes almocreves da vila: Mateus Nunes, Matias Rodrigues, André Machado e o Mil Pés (algunha) e todos os outros para que, sob pena de 1000 réis, metade para cativos e a outra metade para as rendas do Concelho, cada um deles trouxesse uma carga de peixe em cada uma das semanas da quaresma para este povo; Termo de entrega da enjeitada Joana a André Rodrigues Salgado, por 600 réis mensais, pagos das rendas do Concelho.
47	1624.03.03	Termo da notificação feita aos almocreves desta vila.
47v	1624.03.09	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de obrigação que fez o rendeiro da Comenda João Dias Paião a ter disponível o pão do terço para se repartir pelo povo quando lhe fosse mandado, com pena de vinte cruzados para as rendas do Concelho; Termo de leitura do regimento da Câmara e dos provimentos do ouvidor; Acordo sobre as carretas de quadrilha que eram ceivadas pelos carreteiros nas courelas ao longo da ribeira, devido aos prejuízos que provocavam os animais, determinando os oficiais que “da estrada que vai desta vila até à forca para a banda da ribeira por todas aquelas courelas até ao castelo pagarão de pena cada quadrilha mil réis para as rendas do Concelho”.

50	1624.03.23	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
50v	1624.03.21	Termo de juramento dado a António Gonçalves, morador nesta vila, para servir de guarda de João Rodrigues, rendeiro do verde e almotaçaria.
51v	1624.03.23	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo da ida que os oficiais da Câmara fizeram, a requerimento do procurador, acerca do chão do Concelho que Diogo Fernandes, estalajadeiro desta vila, tinha tomado para casas e onde já abrira alicerces sem licença alguma. Os oficiais da Câmara foram fazer a vistoria acompanhados do porteiro e do escrivão e levando o livro dos terrados, onde estavam as datas dos aforamentos dos chãos do Concelho; procederam à medição do terreno que se tinha aforado ao estalajadeiro e verificaram que este tomara terreno público, no qual já levantara uma parede. Mandaram que a mesma fosse derrubada no prazo de oito dias e colocaram um marco no limite do terreno aforado.
53v	1624.03.30	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores Gonçalves e Manuel Luís, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
54	1624.03.31	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado aos almotacés Brás Martins Pato e Diogo Soares, vereador e procurador do ano anterior, para desempenharem o ofício nos meses de abril, maio e junho; Termo de leitura dos provimentos do ouvidor da Comarca da vila de Setúbal.
56	1624.04.06	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
56v	1624.04.13	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
57	1624.04.15	Termo de juramento dado a António Simões, morador nesta vila, guarda do verde e almotaçaria.
58	1624.02.20	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento.
59v	1624.04.27	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
60	1624.05.04	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de entrega ao alcaide João Gonçalves do mandado da revista das coimas efetuada pelo ouvidor da Comarca, a qual mandaram que arrecadasse dentro de vinte dias e importava em 1840 réis.
61	1624.05.11	Vereação. Presenças: os juizes Serra e Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de

		leitura do regimento e provimentos do ouvidor.
62	1624.05.18	Termo de vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de apresentação em Câmara de sete peles de lobos pequenos que apresentou Diogo Rodrigues, morador nesta vila, em nome de António Soveral por ele ser homiziado e não poder aparecer perante o juiz. Para se saber se haviam sido mortos neste termo o escrivão e o vereador Manuel Luís deslocaram-se a casa de Diogo Rodrigues onde encontraram António Soveral, morador no Viso, termo desta vila, o qual, sob juramento, disse que matara os sete lobinhos novos na Atalaia do Viso, tendo os oficiais ordenado que se passasse mandado para o procurador realizar o pagamento. Assinou Diogo Rodrigues; Termo de juramento dado a Pêro Lopes, morador no termo do Torrão, para servir de guarda do rendeiro da almotaçaria.
65	1624.05.25	Vereação. Presenças: os juizes Neto e Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
66	1624.06.01	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
66v	1624.06.08	Vereação. Presenças: o juiz Neto; os vereadores Chainho, Gonçalves e Brás Afonso Saraiva, em lugar de Manuel Luís; o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento.
67v	1624.06.09	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Serra; os vereadores Chainho e Manuel Luís e Brás Afonso Saraiva que assistiu em lugar de Mateus Gonçalves que se encontrava fora; o procurador e o escrivão. Juntaram-se para se chamar o povo e as pessoas que costumavam andar na governança da terra para avaliarem se deviam ou não subir o preço das carnes ao marchante desta vila Salvador de Oliveira; Termo de entrega da enjeitada Joana a Manuel Fernandes, sapateiro, morador nesta vila, pelo salário de 600 réis mensais que era o preço costumado pago pelo Concelho pelo qual se haviam criado outros; Termo de levantamento do preço das carnes referindo que foram mandadas chamar à Câmara as seguintes pessoas que costumavam andar na governança: Estêvão Pires Ichoa, Gonçalo Calado, Diogo Soares, João Dias Paião e Bartolomeu Vaz Frayão. Acordaram responder afirmativamente à petição do marchante para subir o preço das carnes, alterando o preço da carne de vaca para treze réis cada arrátel e a de carneiro para dezasseis réis cada arrátel. Sendo mandado chamar, Salvador de Oliveira ficou insatisfeito pois pretendia autorização para levantar o preço de todas as carnes. Foi mandado embora e mandaram-no vender as carnes pelos preços constantes no auto de arrematação.
70	1624.06.15	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de

		assuntos.
71	1624.06.17	Termo de juramento dado a António Simões, morador nesta vila, para servir de guarda da renda do verde e almotaçaria.
72	1624.06.22	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores Manuel Luís e Chainho e Brás Afonso Saraiva em lugar de Mateus Gonçalves, o procurador e o escrivão. Termo de notificação que os oficiais da Câmara mandaram fazer ao marchante Salvador de Oliveira para que ele, com pena de 2000 réis para as obras do Concelho, matasse outra vaca pois a que tinha para matar estava doente e não satisfazia o povo.
73v	1624.06.30	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado a Bastião Gonçalves Figueira e a Bernardo de Castro, vereadores no ano anterior, para servirem de almotacés nos meses de julho, agosto e setembro; Termo de notificação dos provimentos do ouvidor da Comarca da vila de Setúbal aos dois almotacés.
76v	1624.07. __	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento e dos provimentos do ouvidor da Comarca; Termo de eleição dos fintores que se fizeram para a finta dos lobos e enjeitados. Eleitos: - para a freguesia da vila, Luís Gonçalves do Aleidão; - para a freguesia de Santa Margarida da Serra, Gonçalo Afonso da Ribeira dos Corvos; - para a freguesia dos Barros Bartolomeu Nunes; para a aldeia do Canal, Simão Rodrigues e para a vila, Romão Chainho. Foram mandados notificar para virem tomar juramento e fazerem a finta no valor de 15000 réis. É referido que se tratava de pessoas que podiam fazer bem a finta e “dar o seu a seu dono” por já terem efetuado outras fintas.
78v	1624.07.08	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Serra, os vereadores e o escrivão. O marchante da vila, Salvador de Oliveira, apresentou uma petição aos oficiais da Câmara para que os mesmos subissem o preço da carne de chibarro e vaca um real cada arrátel. Procedendo-se à votação, os oficiais e as outras pessoas da governança que estavam presentes determinaram que na vaca e no chibarro se levantasse um real em cada arrátel, por lhes constar que havia falta de gados e estarem muito caros e por o marchante ter apresentado certidões dos preços praticados noutras vilas comarcãs. Nesta sessão, para além dos oficiais, votaram e assinaram Bartolomeu Vaz Frayão, Pêro Carvalho, Estevão Pires Ichoa, Manuel Gonçalves Gamito e Pêro Calado Chainho; Traslado de um alvará de Francisco Varão, sobre o abrir das minas (Canal).
81v	1624.07.13	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de eleição dos sacadores que os oficiais da Câmara fizeram para sacarem e arrecadarem o dinheiro da finta dos

		lobos e enjeitados. Elegeram, para a vila, António Rodrigues; para Santa Margarida da serra, Bastião Fava e para os Barros, Domingos Martins, da Luberna (Liberna), todos pessoas seguras e abonadas.
82v	1624.07.20	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
83v	1624.07.24	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Serra, os vereadores Chainho e Gonçalves, o procurador e o escrivão. Perante os oficiais apareceu Vicente Ribeiro de Pina, morador nesta vila, e disse que estava provido de propriedade no ofício de escrivão dos órfãos para o qual fora nomeado por seu sogro, à hora da morte, e Sua Majestade lhe tinha feita mercê dele. Os oficiais mandaram que ele desse fiança no valor de 50 mil réis e que formalizasse a fiança junto de um tabelião e em seguida que a apresentasse na Câmara para eles, oficiais, a abonarem.
85	1624.07.27	Termo de vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de apresentação de uma pele de um lobo grande e velho que matou João Rodrigues, morador em Maceira, na herdade da Corte do Freire. Os oficiais mandaram passar mandado para que lhe fossem pagos os 1500 réis respetivos; Leitura do regimento aos oficiais; Termo de notificação que os oficiais da Câmara mandaram fazer a Brás Afonso Saraiva e a Alonso Gomes sobre a feitura das calçadas que o rendeiro João Rodrigues ficara devendo e que ambos deviam ter mandado fazer até ao fim do mês de maio, o que não acontecera. Os oficiais mandaram que o escrivão os notificasse para que comesçassem a fazer a calçada durante os quinze dias seguintes, sob pena de se mandar fazer à sua custa, de serem executados nos seus bens e de pagarem aos oficiais.
87	1624.07.29	Termo da notificação feita pelo escrivão sobre o assunto supra.
88	1624.08.03	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores e o escrivão. O alcaide João Gonçalves recebeu quinze sentenças no valor de 1550 réis para pagamento da terça real.
89	1624.08.10	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
89v	1624.08.17	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento.
90v	1624.08.24	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
91v	1624.08.31	Termo de vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de entrega de onze sentenças ao alcaide João Gonçalves na importância de 1500 réis que eram a

		terça real.
92v	1624.09.07	Termo de vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de apresentação de uma pele de lobo grande e velho que matou Manuel Nunes, morador na freguesia de Nossa Senhora dos Barros, no Porto dos Caneiros, termo desta vila. Os oficiais mandaram que se pagasse os 1500 réis costumados; Termo de leitura do regimento; Termo de entrega de doze sentenças da terça real que fez o rendeiro a João Gonçalves, alcaide, no valor de 1300 réis.
94v	1624.09.15	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
95	1624.09.21	Termo de juramento dado a Baltazar Fernandes, morador nesta vila, para guarda da almotaçaria.
96	1624.09.22	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
96v	1624.09.29	Termo de requerimento e desistência que fizeram os herdeiros de João Fernandes Valadão do Arneiro Redondo que traziam de foro e era do Concelho. Presenças: os juizes Neto e Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Perante os oficiais apareceu Diogo Vaz Louseiro, morador nesta vila, genro e herdeiro de João Fernandes Valadão e de Águeda Chainha, sua mulher, defuntos, e por ele foi dito aos juizes e vereadores que nas partilhas que se fizeram por falecimento dos sobreditos seu sogro e sogra foram carregados a sua mulher Maria Chainha e a sua irmã Luísa Ribeira a posse do Arneiro Redondo, no termo desta vila, entre as herdades das Ameiras de Baixo, Ameiras de Cima e terras do Pedrogão (Pedrogo), o qual terreno era foreiro ao Concelho e Câmara na importância de 120 réis anuais. Segundo Diogo Vaz Louseiro os seus antepassados estiveram prejudicados com a situação pois a maior parte da terra era inútil e, por este motivo, ele vinha, em nome de sua mulher e cunhada, que com eles estava vivendo e de que era procurador, renunciar à posse do dito Arneiro Redondo.
99v	1624.09.28	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Apresentação de uma carta de D. João Mascarenhas, alcaide-mor da vila de Grândola, sobre a nomeação de Cipriano Mestre Chainho, morador nesta vila, para escrivão da vara de alcaide pequeno desta vila, o qual tomou posse e juramento em Câmara; Termo de entrega de vinte e uma sentenças para a terça real a João Gonçalves, alcaide, no valor de 3100 réis; Termo do acordo que se fez com Luís Pires, pedreiro, sobre obrigar-se a fazer 150 varas de calçada, a que o rendeiro estava obrigado, por 3250 réis.

103v	1624.10.04	Traslado da carta do ofício de avaliador e partidor desta vila e seu termo dado a Cipriano Mestre Chainho.
105v	1624.10.04	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado aos almotacés Martim Parreira de Andrade e João de Vilhana, juizes no ano anterior, para servirem nos meses de outubro, novembro e dezembro; Termo de notificação dos provimentos do ouvidor da Comarca aos almotacés.
108	1624.10.04	Termo de entrada de cinquenta cabeças de porcos de Diogo Peixeiro, da Sesmaria, termo de Santiago do Cacém, no montado dos Padrões, sendo fiador Diogo Rodrigues.
109	1624.10.12	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores Mateus Gonçalves e Manuel Luís, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
109v	1624.10.19	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores Mateus Gonçalves e Manuel Luís, o procurador e o escrivão. Termo de eleição dos fintores por virtude da provisão adiante trasladada sobre se fintarem 4000 réis para ajuda da Baía. Os oficiais elegeram Martim Parreira, Diogo Soares e Bastião Rodrigues Correia; Acordo que se fez em Câmara sobre ninguém levar porcos e marrãs mortos para fora da vila e do seu termo, nem para porto de mar nem para outra qualquer parte, sob pena de pagar de cada vez 1000 réis para o Concelho; Acordaram que ninguém levasse da vila e do seu termo carga de qualquer género de mantimento, nem caça nem galinhas, sem que a mesma pessoa trouxesse carga para a terra, sob pena de 1000 réis.
112v	1624.10.20	Traslado da carta e provisão de Sua Majestade sobre a finta para o socorro e apresto da armada que iria defender a Baía [cidade de Salvador – Brasil] dos ataques dos holandeses.
116	1624.10.20	Termo de entrada de 17 cabeças de porcos de Francisco Gonçalves de Vale das Lamas e de seu filho André Gonçalves, do termo de Santiago do Cacém, freguesia de Melides, no montado de seu sogro João da Costa, sendo fiador André Gonçalves.
117	1624.10.26	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
117v	1624.11.02	Vereação. Presenças: os vereadores Chainho e Gonçalves, o procurador e o escrivão. Termo de entrega de seis sentenças a João Gonçalves, alcaide, na importância de 1000 réis, as quais deu o rendeiro da almotaçaria João Rodrigues, à conta da terça-real.
118v	1624.11.09	Termo de entrega de oito sentenças, no valor de 800 réis, que deu o rendeiro ao alcaide para a terça real.
119	1624.11.09	Vereação. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do

		regimento aos oficiais.
120	1624.11.09	Termo de entrada de 50 cabeças de porcos miúdos de Manuel Dias, de Messejana, sendo fiador Gaspar Rodrigues Beirão, da Anisa.
120v	1624.11.09	Termo de entrada de 70 cabeças de porcos, grandes e pequenos, de Manuel Boto, do termo de Ourique, sendo fiador Gaspar Rodrigues. (Tratar-se-á de Gaspar Rodrigues Beirão, da Anisa).
121v	1624.11.17	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
122	1624.11.23	Termo de entrada de 40 cabeças de porcos de André Machado, morador no termo de Santiago de Cacém, no sovelal e montado de João da Costa, morador em Vale do Poço, que foi fiador.
123	1624.11.23	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. O procurador do Concelho referiu que as fintas dos lobos e enjeitados estavam por acabar de arrecadar e requereu que dessem certo tempo ao alcaide para o fazer e que obrigassem o rendeiro da almotaçaria a acabar as calçadas e a trazer a cal que devia.
124	1624.11.30	Vereação. Presenças: os juízes Neto e Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado a André Carvalho, morador nesta vila, para servir de alcaide e carcereiro, por ter fugido um preso ao alcaide João Gonçalves, que, entretanto, se ausentara da vila. A nomeação estaria em vigor até chegar a nova apresentação efetuada pelo alcaide-mor; Termo de apresentação da enjeitada Joana que foi entregue a António Gil para sua mulher a criar por 600 réis mensais.
126	1624.12.08	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o tabelião Manuel Chainho, em substituição do escrivão. Termo de acordo que se fez com o rendeiro da Comenda, João Dias Paião, desta vila, sobre o preço do trigo e do centeio do celeiro: trigo a 100 réis o alqueire e centeio a 60 réis o alqueire.
127	1624.12.14	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Neto, os vereadores, o procurador e o tabelião Manuel Chainho, em substituição do escrivão. Inexistência de assuntos.
127v	1624.12.15	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o tabelião Manuel Chainho, em substituição do escrivão. Inexistência de assuntos.
128	1624.12.21	Vereação. Presenças: o juiz Serra, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
128v	1624.12.25	Junta dos oficiais da Câmara para se abrir o pelouro. Presenças: os juízes ordinários Pêro Gonçalves Serra e Bartolomeu Luís Neto; os vereadores Manuel Luís, Mateus Gonçalves e Noutel

		<p>Fernandes Chainho; o procurador do Concelho João Fernandes e o escrivão Francisco de Araújo. Eleitos: - para juízes Vicente Ribeiro de Pina e Estêvão Pires Ichoa; - para vereadores Brás Afonso Saraiva, da vila, Duarte Barradas, da vila, e Gaspar Martins Parreira, de Vale de João Lourenço; - para procurador Manuel Álvares Magro.</p>
131	1624.12.31	<p>Vereação. Presenças: os juízes Neto e Serra; os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado aos vereadores e procurador do Concelho; Termo de eleição de dois almotacés: Manuel Carrasqueiro e Miguel Jorge de Andrade, moradores nesta vila; Termo de juramento dado aos dois almotacés eleitos; Termo da notificação dos provimentos do ouvidor aos almotacés; Termo de juramento dos juízes ordinários Estêvão Pires Ichoa e Francisco Rodrigues Frayão (e Vicente Ribeiro de Pina?). Frayão não assinou; Lembrança que os oficiais deixaram aos que de novo entraram: - Que estando juntos em vereação com o corregedor discutiram o facto da Câmara não ter dinheiro para o que fosse necessário e que o rendeiro da almotaçaria devia 160 varas de calçada respeitantes ao ano de 1623 que seriam pagas a dinheiro, - Que em poder do alcaide André Carvalho, ficaram cinco róis das fintas dos lobos e enjeitados com algumas dívidas cujo dinheiro deviam arrecadar, - Que o rendeiro da almotaçaria, João Rodrigues, ficava devendo dois moios de cal lançados no curral do Concelho, sendo um do ano de 1623 e o outro de 1624, a qual não deu por não existir nas vilas, e que o mesmo rendeiro ficara devendo vinte varas de calçada que se não puderam fazer; Termo da fé que o porteiro Manuel Dias deu de como trouxera em pregão a marchantaria desta vila aos domingos e dias santos até à derradeira oitava do Natal e que apenas existiram dois lanços <i>que não eram de receber</i>; Termo de como foi chamado Heitor Nunes Raposo, morador no termo desta vila, para dar um pau ao Concelho, pois estava um marcado para o Concelho nas suas terras e o haviam cortado e Heitor Nunes Raposo o levava para si. Sendo chamado o mesmo deu outro dos melhores que tinha.</p>
139v	1625.01.01	<p>Esteve na Câmara o Dr. André Barreto Ferraz, ouvidor do Mestrado de Santiago, que estava nesta vila por ordem de Sua Majestade, em seu serviço, com o juiz Estêvão Pires Ichoa, os vereadores Brás Afonso Saraiva, Duarte Barradas e Gaspar Martins Parreira e o procurador do Concelho Manuel Álvares Magro e trataram de eleger a votos um homem que houvesse de servir de juiz ordinário nesse ano em lugar de Vicente Ribeiro de Pina, por este ser escrivão dos órfãos, e não poder, por isso, servir o cargo de juiz, em conformidade com a Ordenação; Termo do pregão que o Dr. Ferraz mandou dar com os oficiais da Câmara pelo porteiro Manuel Dias na praça desta vila, para que todas as pessoas da governança da vila se juntassem nesse mesmo dia, depois das duas</p>

		horas, na praça da vila para se eleger a mais votos um homem para servir o cargo de juiz ordinário, com pena de vinte cruzados para cativos e acusador; Termo de juramento dado ao juiz eleito Francisco Rodrigues Frayão.
142v	1625.01.02	Termo de juramento de António Simões, morador nesta vila, para servir de guarda enquanto não existisse rendeiro da renda da almotaçaria.
143v	1625.01.03	Vereação. Presenças: os juizes Francisco Rodrigues Frayão e Estêvão Pires Ichoa; os vereadores Brás Afonso Saraiva e Duarte Barradas; o procurador do Concelho Manuel Álvares Magro e o escrivão Francisco de Araújo.
144	1625.01.05	Vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo de acordo feito com o porteiro Manuel Dias, morador nesta vila, para servir o ofício de porteiro nesta vila e seu termo no ano de 1625, com o vencimento de 2000 réis, pagos das rendas do Concelho em dois quartéis, com a condição dele estar disponível para abrir a casa da Câmara aos sábados, domingos e dias santos e em todos os restantes dias que a ela fosse chamado. Ficou obrigado a fazer todas as diligências da Câmara de graça e a limpar a casa da Câmara, juncando-a uma vez por mês. No caso de ele faltar alguns dias os oficiais da Câmara pagariam a pessoa que em seu lugar servisse e, no caso de ele ser revel, poriam outro em seu lugar; Termo de entrega da pilha de pesos e balanças ao procurador Manuel Álvares; Termo de entrega do selo do Concelho a Noutel Fernandes Chainho, vereador do ano anterior e morador nesta vila; Termo de entrega das duas chaves do cartório da arca da Câmara a Brás Afonso Saraiva e ao escrivão da Câmara; Termo de entrega das três chaves do cofrinho onde estavam os pelouros dos oficiais da justiça aos vereadores dos anos anteriores Noutel Fernandes Chainho, Mateus Gonçalves e Manuel Luís; Termo de leitura dos provimentos dos ouvidores e do regimento.
151v	1625.01.12	Vereação. Presenças: o vereador mais velho - Saraiva, em cuja casa ocorreu a reunião, Duarte Barradas e Noutel Fernandes Chainho, que assistiu em lugar do vereador Gaspar Martins Parreira, e João Fernandes que assistiu em lugar do procurador Manuel Álvares, por não estar na terra. Por o porteiro da Câmara não se encontrar na vila por estar com o ouvidor, não se meteu em pregão a renda da almotaçaria.
152v	1625.01.18	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa; os vereadores Bartolomeu Luís Neto, que assistiu em lugar de Gaspar Martins Chainho, ausente de seu ofício por estar preso, e que o substituiria enquanto durasse o seu impedimento; Barradas, Saraiva, o procurador e o escrivão. Conta que se tomou ao procurador do Concelho do ano anterior, João Fernandes.

155	1625.01.20	Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: os juízes Ichoa e Frayão; os vereadores Barradas, Saraiva e Neto que assistiu em lugar de Gaspar Martins Parreira, o procurador e o escrivão. Esteve presente João Rodrigues, rendeiro da almotaçaria do ano anterior, e lançou 33 000 réis e as ordinárias na dita renda. Os oficiais mandaram que no prazo de uma hora apresentasse os seus fiadores, bons e abonados.
156	1625.01.25	Vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores estando Neto a substituir Parreira, o procurador e o escrivão. Termo de apresentação da certidão do pão do terço. Os oficiais mandaram chamar Duarte Barradas, escrivão da porta do celeiro desta vila, que indicou as seguintes importâncias: 19 moios, vinte e três alqueires e quarta de trigo; 4 alqueires de centeio e nada houve de cevada para se pagar; Protesto que os oficiais da Câmara fizeram sobre algumas posturas se encontrarem desatualizadas; Termo do acordo feito com João Dias Paião, rendeiro da Comenda, sobre o preço do pão do terço: trigo a 100 réis cada alqueire e centeio a 60 réis.
158v	1625.01.26	Termo de Câmara e vereação. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores Saraiva, Barradas e Neto em substituição de Parreira e o tabelião Manuel Chainho em lugar do escrivão da Câmara. Termo de acordo com João Rombo, morador em Alcácer do Sal, rendeiro da renda e redízima do terço do pão do Cabido da Comenda desta vila e procurador do mesmo Cabido, para definirem o preço pelo qual o mesmo pão seria vendido nesta vila: trigo a 90 réis cada alqueire e o centeio a 55 réis.
159v	1625.02.01	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores Neto e Saraiva, o procurador Álvares e o tabelião Manuel Chainho, em substituição do escrivão da Câmara. Esteve presente Gaspar Leitão, morador nesta vila, que apresentou um provimento do ouvidor da Comarca de Setúbal para servir o ofício de escrivão da Câmara. Tomou juramento e completou o termo da reunião. (No entanto, verifica-se que Francisco de Araújo continuará a exercer o cargo de escrivão da Câmara de Grândola).
160v	1625.02.02	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa; os vereadores Saraiva, Barradas e Neto; o procurador e o escrivão Francisco de Araújo. Termo da notificação que o escrivão fez aos almocreves da vila. Foi notificado André Machado para que, com pena de 6 000 réis para o Concelho, trouxesse para a vila uma carga de peixe na primeira semana da quaresma. Na segunda semana ficava com este encargo o almocreve Matias Carvalho, na terceira Domingos Fernandes Gigante, na quarta André Rodrigues Salgado, na quinta Bastião Jorge, na sexta Matias Rodrigues e na sétima Mateus Nunes e o Penedo.
162	1625.02.02	Termo da notificação que fez o porteiro Manuel Dias a Manuel Batalha para trazer o terço dos

		porcos, com pena de 6 000 réis para o Concelho, e que fizesse o primeiro talho na segunda-feira e na terça.
162v	1625.02.05	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Ichoa; os vereadores Saraiva, Barradas e Neto, o procurador e o escrivão Araújo. Apresentação de uma carta de D. João Mascarenhas, alcaide-mor, sobre a vara de alcaide ser dada a Domingos Álvares da Horta. O alcaide-mor apresentara, sequencialmente, os nomes de Agostinho Rodrigues Estaço, João Correia e Domingos Álvares da Horta, para os oficiais escolherem o que melhor lhes parecesse; Auto de posse do alcaide-pequeno Domingos Álvares da Horta; Fiança que deu o alcaide-pequeno aos feitos, róis e cousas que lhe entregassem sendo seu fiador Rui Dias Santos, morador nesta vila; Acabada a reunião, mandaram chamar André Carvalho, morador nesta vila, alcaide-pequeno que tinha servido, e lhe tomaram conta dos róis dos lobos e enjeitados que lhe haviam entregado, bem como do dinheiro que deles tinha cobrado, o qual entregou tudo sendo desobrigado.
167	1625.02.09	Termo de vereação. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Saraiva, Barradas e Neto, o procurador e o escrivão. Termo de acordo que os oficiais da Câmara fizeram com o padre frei Luís da Encarnação, guardião da vila de Alcácer do Sal, para pregar os sermões da quaresma. Refere-se que a Câmara não tinha provisão régia para fazer finta para se lhe pagar e o dito padre obrigou-se a alcançá-la. No caso de a não obter aceitava as esmolos que os fiéis lhe quisessem dar voluntariamente.
169	1625.02.12	Vereação. Presenças: os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo da desobediência que o juiz Estêvão Pires Ichoa fez em Câmara aos oficiais, falando-lhes com arrogância e levando para sua casa o selo da Câmara. O problema prendeu-se com os sermões da quaresma e a solicitação de provisão régia para se pagar ao padre frei Luís da Encarnação.
174	1625.02.15	Termo de Câmara que fizeram os oficiais dela. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Saraiva, Barradas e Neto, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
174v	1625.02.16	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Barradas e Saraiva, o procurador e o escrivão. Acordos sobre os almocreves: os oficiais acordaram que nenhum almocreve desta vila que trouxesse peixe e marisco o descarregasse em suas casas nem em qualquer outra parte. Apenas o poderiam fazer na praça pública, com pena de 1000 réis, metade para o acusador e a outra metade para o Concelho. Determinaram ainda que toda a pessoa que metesse a mão na canastra do peixe para venda pagasse 1000 réis, 500 réis para o Concelho e outros 500 para o rendeiro, e que fosse presa na cadeia; Conta que se tomou ao procurador do Concelho do ano

		anterior, João Fernandes, das fintas dos lobos e enjeitados e acharam que recebera de ambas 18935 réis e que se despenderam 16447 réis. João Fernandes entregou a diferença ao procurador Manuel Álvares; Termo da entrega da enjeitada Maria a António Rodrigues, para a criar pela importância de 550 réis mensais.
177	1625.02.22	Traslado de uma provisão régia e da carta que enviou o ouvidor da Comarca de Setúbal, Dr. Sebastião Pereira, ouvidor do Mestrado de Santiago na referida vila, ao juiz de fora da vila de Alcácer do Sal, com alçada pelo dito senhor, e aos juízes ordinários da vila de Grândola e assinada pelos governadores. A carta reporta-se a ataques de piratas argelinos na costa portuguesa e, em especial, no algarve – onde haviam já cativado toda a gente de uma armação – e sobre a necessidade das companhias de ordenanças estarem preparadas para acudir a alguma situação que viesse a ocorrer.
181	1625.02.22	Vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Saraiva e Neto, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
181v	1625.03.01	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores Saraiva e Neto, Jorge Luís Verdelho em lugar do procurador e o escrivão. Requerimento que fez o juiz Estêvão Pires Ichoa aos oficiais da Câmara expondo as razões que teve para levar para sua casa o selo da Câmara pois discordava que se fintasse o povo para pagamento dos sermões da quaresma e os outros oficiais pretendiam fazer a dita finta, procurando para tal obter provisão régia.
183	1625.03.08	Vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Saraiva e Barradas, o procurador e o escrivão. Termo de leitura do regimento; Termo da desistência da vara de alcaide que fez Domingos Álvares. Apareceu Manuel Dinis, morador na vila de Alcácer do Sal, como procurador de D. João Martins Mascarenhas, alcaide-mor desta vila, e apresentou uma carta da vara de alcaide em que apresentava Agostinho Rodrigues, morador nesta vila, para servir o dito cargo de alcaide-pequeno e que, se os oficiais o não aceitassem, agravaria deles. Domingos Álvares desistiu do seu ofício sem nada pretender; Apresentação de uma carta de D. João Mascarenhas, alcaide-mor desta vila, sobre a dádiva da vara de alcaide a Agostinho Rodrigues Estaço, que é considerado homem nobre “e com as partes que se requerem para servir o dito cargo”. Os oficiais da Câmara aceitaram o novo alcaide-pequeno que desempenharia funções enquanto durasse a ausência do proprietário João Gonçalves; Auto de posse de Agostinho Rodrigues Estaço; Fiança que deu Agostinho Rodrigues Estaço, sendo seu fiador Pêro Calado Chainho, morador nesta vila.
187v	1625.03.09	Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: o juiz Frayão; os vereadores Saraiva, Barradas e Neto, o

		procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
188v	1625.03.15	Termo de vereação. Presenças: os vereadores Saraiva e Barradas, João Fernandes em substituição do procurador, e o escrivão.
189	1625.03.16	Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: os juizes Ichoa e Frayão, o vereador Barradas, o procurador e o escrivão. Requerimento do procurador afirmando que tinha tido notícia que algumas pessoas desta vila tinham trazido da pedraria da fonte algumas pedras e as tinham posto em suas janelas e que, como se tratava de dinheiro do Concelho, requeria que mandassem chamar a António Pilhado, pedreiro nesta vila, para que declarasse as pedras que tinha posto, que fossem provenientes da fonte e que as mesmas fossem avaliadas e pagas; Juramento dado a António Pilhado, pedreiro, morador nesta vila, para que ele até à reunião seguinte declarasse as pedras que tinha posto ou que tivessem sido colocadas por outrem, sendo provenientes da fonte.
191	1625.03.23	Vereação. Presenças: os juizes Ichoa e Frayão; os vereadores Saraiva, Barradas e Martim Parreira, em lugar de Neto; o procurador e o escrivão. Declaração sobre as pedras da fonte feita pelo pedreiro António Pilhado, afirmando o seguinte: que ele colocara nas casas da Câmara uma pedra pequena; que o padre prior trouxera uma pedra grande que estava no peitoril da sua janela; Diogo Raposo trouxera outra pedra grande que estava noutro peitoril de janela; Gonçalo Calado ou os seus herdeiros haviam trazido duas pedras grandes; o padre Luís Roubão ou seus herdeiros uma pedra pequena; o padre António Ferreira duas pedras, uma grande e outra pequena e que não sabia de outras pedras provenientes da fonte. Todas as pedras haviam sido levadas sem autorização dos oficiais da Câmara, pelo que o provedor da Comarca ordenara que cada um pagasse ao Concelho o valor das pedras que levava.
193	1625.04.01	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores Saraiva e Barradas, o procurador e o escrivão. Termo de juramento dado aos almotacés João Fernandes e Manuel Luís para desempenharem o cargo de almotacés nos meses de abril, maio e junho; Termo de leitura do regimento e dos provimentos do corregedor aos almotacés; Termo de eleição dos quadrilheiros para a vila e seu termo: para a vila António Lopes, serrador, e Bento Álvares; para a freguesia de Santa Margarida Manuel Martins Frutoso e para a freguesia dos Barros Luís Mateus. O cargo seria desempenhado durante três anos. À frente, menciona-se que em lugar de Bento Álvares elegeram António Tomé, alfaiate, e para os Barros Manuel Lopes Pinto.
197	1625.04.05	Termo de vereação. Presenças: os juizes Frayão e Ichoa, os vereadores Saraiva e Barradas; Diogo Soares, em lugar do procurador, e o escrivão. Requerimento efetuado por Manuel Luís

		protestando sobre a sua eleição para almotacé pelo facto de ter sido o vereador mais velho do ano anterior, o que não era conforme com os provimentos do ouvidor da Comarca.
198	1625.04.12	Vereação. Presenças: os vereadores Saraiva e Barradas; Diogo Soares, em lugar do procurador por não estar na terra, e o escrivão. Emenda do acordo sobre o peixe que se vendia na praça e se meter a mão na canastra, com pena de 500 réis para o Concelho e de outros 500 para o rendeiro, pois algumas pessoas não o tinham ouvido e incorriam na mesma, sendo alguns muito pobres. Dada a situação, mandaram que a pena ficasse somente em 500 réis para o Concelho.
199v	1625.04.17	Traslado de um alvará de Sua Majestade sobre os tesouros de Francisco Varão, no termo desta vila, no lugar do Canal, passado à sua viúva, D. Maria da Silva, para continuar as pesquisas iniciadas por seu marido.
201v	1625.04.22	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores Saraiva, Barradas e Parreira, o procurador e o escrivão. Termo da entrega do rol da revista do ouvidor que se entregou a Agostinho Rodrigues, alcaide, bem como do mandado das pedras da fonte que seriam pagas por quem as levara.
202v	1625.04.26	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa; os vereadores Saraiva, Barradas e Diogo Raposo em lugar de Parreira, o procurador e o escrivão. Acórdão sobre as favas determinando que todas as pessoas da vila e do termo que vendessem favas não levassem mais de quarenta réis o alqueire, com pena de duzentos réis por cada vez para as rendas do Concelho.
205	1625.05.03	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores Saraiva, Barradas e Parreira, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
205v	1625.05.10	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores Saraiva e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
206	1625.05.17	Termo de vereação. Presenças: o juiz Ichoa; os vereadores Saraiva e Barradas e Pêro Calado Chainho que assistiu em lugar de Parreira, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
207	1625.05.21	Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores Saraiva e Barradas, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
207v	1625.05.24	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores e o tabelião Manuel Chainho servindo de escrivão. Inexistência de assuntos.
208	1625.05.31	Termo de Câmara. Presenças: o juiz Ichoa; os vereadores Saraiva, Barradas e Parreira, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
208v	1625.06.07	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa; os vereadores Saraiva, Barradas e Diogo Raposo em lugar de Parreira, o procurador e o escrivão. Apresentação de oito peles pequenas de lobos que

		apresentou André Esteves, morador na Algeda do termo desta vila, e que matara nos matos da Caveira, entre a Algeda e os Padrões; Acordo que os oficiais fizeram sobre o lago do moinho de Maceira devido a queixa efetuada pelos moradores da Ribeira de Maceira que viviam junto do dito lago onde alagavam os linhos “antigamente pelos limites desta Câmara”. A queixa prendeu-se com o facto de muitas pessoas, do termo de Grândola e do de Santiago do Cacém, alagarem os linhos fora dos limites do lago, que estava demarcado pelas pedras do açude e por onde caía a água do ribeiro, o que foi proibido por este acordo que estipulou a pena de 1000 réis para as rendas do Concelho, podendo fazer a coima qualquer dos queixosos desde que acompanhados por uma testemunha.
211	1625.06.11	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Barradas e Saraiva, o procurador e o escrivão. Acordo que os oficiais fizeram sobre o peso do pão vendido pelas padeiras. Os oficiais mandaram dar o juramento dos Santos Evangelhos a Isabel Gomes, padeira, para ela amassar um alqueire de pão para se fazer exame sobre que peso teria cada pão, por o procurador do Concelho assim o requerer devido a queixas de certas pessoas do povo. Os oficiais determinaram que cada pão feito pelas padeiras para vender pesaria dez onças e custaria cinco réis, com pena de duzentos réis cada vez e o seu pão seria perdido para os presos.
212	1625.06.13	Vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
213	1625.06.14	Vereação. Presenças: os vereadores Barradas e Parreira e Brás Martins Pato que assistiu em lugar de Saraiva, Diogo Soares que assistiu em lugar do procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
213v	1625.06.21	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa; os vereadores; João Fernandes, que assistiu em lugar do procurador, e o escrivão. Acordo sobre ninguém levar gado vacuum para fora do termo sem licença da Câmara, com pena de 2000 réis para as rendas do Concelho.
215	1625.06.28	Vereação. Presenças: o juiz Frayão, o vereador Saraiva, André carvalho que assistiu em lugar do procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
215v	1625.07.05	Vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo do juramento dado aos almotacés Noutel Fernandes Chainho e Mateus Gonçalves, vereadores do ano anterior, para servirem nos meses de julho, agosto e setembro; Termo de leitura dos provimentos do ouvidor da Comarca aos almotacés; Termo de leitura do regimento aos almotacés; Termo de acordo com João Barreto, físico (médico), para vir para esta vila ocupar o

		partido que a Câmara tinha, por provisão régia, de 20 000 réis anuais. Os oficiais chamaram certas pessoas que costumavam andar no governo da república e todas foram de parecer que era bom que viesse o dito João Barreto por estar a vila muito carecida de médico e existirem muitos doentes e por ele ser pessoa de que se tinha já satisfação e que cumpria os pressupostos da provisão régia. O pagamento seria efetuado em quatro vezes por ano; Termo de juramento dado a Eliseu Jorge para servir o ofício de juiz de pisoeiro, homem velho e antigo no uso deste ofício.
220	1625.07.05	Junta dos oficiais da Câmara. Presenças: o juiz Frayão, o vereador Barradas e Noutel Fernandes Chainho e Diogo Raposo que substituíram os vereadores ausentes, Pêro Carvalho que assistiu em lugar do procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
221	1625.07.07	Auto que o Dr. Sebastião Pereira mandou fazer com os oficiais da Câmara e mais gente da República – Traslado de uma carta dos governadores do reino para o ouvidor e corregedor da Comarca. Trata-se de um pedido de dinheiro para se fazerem expedições às terras ultramarinas. Os oficiais referiram que as rendas do Concelho eram poucas e o Concelho tão pobre que não tinha de rendimento mais de 1050 réis de foros e que a renda da almotaçaria rendia 30 000 réis anuais, pouco mais ou menos, de que Sua Majestade levava a terça parte e que as duas partes que ficavam não chegavam para as coisas necessárias. Mencionam ainda que não podiam servir o rei com o real do vinho e carne “por serem lavradores que vivem em montes e não se gastarem vinhos nem carnes porque todos se provêm de suas criações”. Contudo, querendo contribuir e ajudar, aceitaram que fosse a população finta no período de três anos na importância de 103 500 réis mas com a condição de que o rei não “obrigasse mais” pois o faziam pela sua vontade em contribuir e não pelas suas posses.
224	1625.07.08	Traslado das cartas de Sua Majestade que o Dr. Sebastião Pereira e os oficiais da Câmara mandaram trasladar neste livro sobre o assunto supra.
228v	1625.07.12	Vereação. Presenças: o juiz Frayão, o vereador Barradas, o procurador e o escrivão. Termo de eleição dos fintores para se fazer a finta do padre pregador: para a vila Diogo Raposo e Bartolomeu Barradas, moradores na mesma, e para a freguesia da vila João Espada e Simão Rodrigues do Canal.
229v	1625.07.13	Junta dos oficiais. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores Barradas e Parreira, o procurador e o escrivão. Acordo que os oficiais da Câmara mandaram fazer sobre nenhuma pessoa levar pão para fora. Nota no canto superior esquerdo: “quebrado este acordo e que se não use dele porque há postura”.

231v	1625.07.19	Vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores Saraiva e Parreira, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
232	1625.07.25	Vereação. Presenças: o juiz Frayão, os vereadores, o procurador e o escrivão. Inexistência de assuntos.
232v	1625.07.26	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores, o procurador e o escrivão. Termo da entrega de 58 sentenças ao alcaide Agostinho Rodrigues Estaço para a terça de Sua Majestade, na importância de 5150 réis.
234	1625.08.02	Requerimento que o procurador do Concelho Manuel Álvares fez ao juiz Estêvão Pires Ichoa para que o marchante desse outra vaca para o povo pois a que estava no curral do Concelho já para lá fora doente de uma perna e era de tamanho insuficiente.
235	1625.08.04	Vereação. Presenças: o juiz Ichoa, os vereadores e o escrivão. Termo que o juiz Estêvão Pires Ichoa mandou fazer em vereação sobre o facto de no dia dois, sábado – dia de talho – Francisco Soares ter apresentado uma vaca pequena e doente para se matar, e o procurador ter dito para que não a matasse. Como os vereadores Saraiva e Barradas se encontravam fora da terra foi dado juramento a Pêro Carvalho e a Heitor Nunes Raposo, homens velhos que haviam servido na governança, para que em substituição destes examinassem a referida vaca para dizerem se era suficiente para o povo, ao que responderam que era das melhores que no mesmo ano se haviam cortado no talho e que não tinha aleijão que justificasse o seu refugio. O juiz mandou que se matasse e, no caso de ser insuficiente, que o marchante desse ao povo outra carne.